

CULTURA  
ACADÊMICA  
*Editora*



# ΣΠΙΣΤΕΜΕΣ FEMINISTAS E A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

PERCURSOS NA PESQUISA SOBRE  
GÊNEROS, SEXUALIDADES E JUVENTUDES

LEONARDO LEMOS DE SOUZA

**EPISTEMES FEMINISTAS E A PSICOLOGIA  
DO DESENVOLVIMENTO:  
percursos na pesquisa sobre gêneros, sexualidades e  
juventudes**

**Leonardo Lemos de Souza**



**Leonardo Lemos de Souza**

**EPISTEMES FEMINISTAS E A PSICOLOGIA DO  
DESENVOLVIMENTO:  
percursos na pesquisa sobre gêneros, sexualidades e juventudes**

Marília/Oficina Universitária  
São Paulo/Cultura Acadêmica  
2024



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC  
UNESP - campus de Marília

*Diretora*

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

*Vice-Diretora*

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

*Conselho Editorial*

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Edvaldo Soares

Franciele Marques Redigolo

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -  
UNESP/Marília*

Henrique Tahan Novaes

Aila Narene Dahwache Criado Rocha

Alonso Bezerra de Carvalho

Ana Clara Bortoleto Nery

Claudia da Mota Daros Parente

Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto

Daniela Nogueira de Moraes Garcia

Pedro Angelo Pagni

**Auxílio Nº 0039/2022, Processo Nº 23038.001838/2022-11, Programa PROEX/CAPES**

**Parecerista: Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira - UNB (Instituto de Psicologia)**

**Capa: João Maiolini**

*Ficha catalográfica*

---

S729e Souza, Leonardo Lemos de.  
Epistemes feministas e a psicologia do desenvolvimento: percursos na pesquisa sobre gêneros, sexualidades e juventudes / Leonardo Lemos de Souza. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2024.  
238 p.  
CAPES  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5954-470-7 (Impresso)  
ISBN 978-65-5954-471-4 (Digital)  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-471-4>

1. Juventude. 2. Feminismo. 3. Psicologia do desenvolvimento. 4. Teoria do conhecimento. I. Título.

CDD 136.5

---

Catálogo: André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Copyright © 2024, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

**Às crianças e jovens cujas vidas  
foram roubadas por ousarem  
expressar seus desejos fora da norma.**



A função de um intelectual não é dizer aos outros o que eles devem fazer,  
Com que direito o faria? Lembrem-se de todas as profecias, promessas,  
injunções e programas que os intelectuais puderam formular durante os  
últimos séculos, cujos efeitos agora se veem. O trabalho de um intelectual  
não é moldar a vontade política dos outros; é, através das análises dos  
campos que são os seus, o de interrogar, novamente as evidências e os  
postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as  
familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e,  
a partir dessa nova problematização (na qual ele desempenha seu trabalho  
específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política  
(na qual ele tem seu papel de cidadão a desempenhar).  
(Michel Foucault, Ditos e Escritos, Vol V, 2004, p. 249).

Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são  
alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo  
e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da  
ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da  
localização limitada e do conhecimento localizado, não da  
transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo  
podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.  
(Donna Haraway, Saberes Localizados, 1995, p. 21)

[...] precisamos aprender a pensar de *maneira diferente* sobre nossa condição  
histórica; precisamos nos *reinventar*. Este projeto transformador começa com  
a renúncia aos hábitos de pensamento historicamente estabelecidos que, até  
agora, têm fornecido a visão “padrão” da subjetividade humana.  
(Rosi Braidotti, Diferença, diversidade e subjetividade nômade, 2002, p. 9)





# SUMÁRIO

PREFÁCIO   <i>Raquel Pereira Gonçalves</i> .....	11
I LOCALIZAÇÕES E SABERES NA PESQUISA SOBRE GÊNEROS, SEXUALIDADES E JUVENTUDES.....	15
II EPISTEMES FEMINISTAS, PSICOLOGIA E O GÊNERO NA CRÍTICA DA CIÊNCIA MODERNA.....	25
2.1 Epistememes feministas e a produção do conhecimento	
2.2 Problemas de gênero no debate feminista e queer	
2.3 Feminismos, saberes localizados e interseccionalidades	
III PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, FEMINISMOS E OS ESTUDOS DE GÊNERO: DESLOCAMENTOS EPIS-TÊMICOS.....	47
3.1 Psicologia, ciência e a crítica feminista	
3.2 Gênero e feminismos nos estudos em psicologia do desenvolvimento	
IV JUVENTUDES, GÊNERO E MORALIDADE: PISTAS DAS EPISTEMES FEMINISTAS NA PROBLEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO COGNIÇÃO E AFETIVIDADE.....	69
4.1 Jovens e violência: estudos sobre as relações entre juízos, valores e ação moral	
4.2 Gênero e moralidade na juventude contemporânea: estudos a partir de situações de homofobia e sexismo em contextos educativos	

V JUVENTUDES, AMOR E VIOLÊNCIA: NATUREZA E CULTURA TENSIONADOS NOS ESTUDOS SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES.....	123
5.1 Experiências amorosas nas diferentes expressões de gêneros e sexuais da juventude contemporânea	
5.2 Gêneros e sexualidades desde conhecimentos localizados: narrativas e cartografias sobre amor, tecnologias e violências	
VI DESLOCAMENTOS PROVOCADOS PELAS EPISTEMES FEMINISTAS NA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: PENSAR A PESQUISA COM JOVENS.....	195
REFERÊNCIAS.....	209

## PREFÁCIO

Prefaciар este livro, que reúne a trajetória de vida acadêmica de um professor e pesquisador como Leonardo Lemos de Souza, é tarefa inquietante e prazerosa que não se contenta em transitar unicamente pelos conceitos porque a vida do autor não está fora do conhecimento que se desenrola e se desdobra na obra em questão.

Conheço Leonardo (Léo) sob muitos aspectos – amigo-irmão, professor, pesquisador, parceiro de pesquisa e de docência. Para efeitos deste texto, reservarei as palavras para dizer do professor e pesquisador, ressaltando que, com esta escolha, os matizes dos demais perfis de Leonardo não se retiram desse escopo, mas, ao contrário, nele se misturam formando uma espécie de amálgama. Isto porque sua história de docência e pesquisa transpira vida. Leonardo não produz conhecimentos sobre objetos de estudo inertes, estanques, distanciados, neutros. Seu processo intelectual é movido por implicações afetivas, sociais; é um movimento político. Nesse fluxo, Leonardo, em sua trajetória no Campus de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso – atualmente Universidade Federal de Rondonópolis –, de onde o conheci e quando iniciou sua imersão nos estudos de gênero e feministas, em diálogos com a psicologia e a educação, não hesitou em desdobrá-los em cursos de formação de professores/as das redes públicas de ensino. Deixou, nesse território, o marco histórico da coordenação das primeiras formações em gênero e diversidade na escola em Mato Grosso e, com isto, corporificou em práticas pedagógicas as teorias e os conceitos trabalhados em pesquisas.

Nesta obra, Leonardo dedica-se ao debate crítico-reflexivo sobre gêneros, sexualidades e juventudes como interrogantes necessários para a psicologia do desenvolvimento em seu afã de perscrutar a vida. Tarefa árdua, se considerarmos a tradição desse campo na produção de normativas que se desdobram em modos de ser esquadrihados em etapas da vida. Nesta obra, Leonardo vai ao encontro de uma das angústias de Walter Benjamin (1985) ao denunciar, com os pés fincados no território da psicologia do desenvolvimento, a marcha imposta pelo progresso que faz da vida um tempo homogêneo. Nessa marcha, o passado coleciona e guarda fatos estanques e o presente tem a tarefa de preparar para o futuro apontado como expectativa da certeza, da coerência e do aperfeiçoamento. No tempo homogêneo, as diferenças, o imprevisível e o inesperado se calam. Leonardo não se curva às narrativas sedimentadas, uniformes e hegemônicas de um “desenvolvimento feliz de uma sintaxe lisa” – como nos diz Jeanne Marie Gagnebin (2013, p. 99) –, tão habituais e recorrentes na psicologia do desenvolvimento. No trajeto da contracorrente, ele segue as fraturas e o descontínuo porque assume um compromisso ético-político com o cuidado e o acolhimento das diferenças.

Permito-me a ousadia de sintetizar esta obra, em sua intensa provocação e desafio para a psicologia e a educação: seu mote é transformar em problemas os processos de colonização da juventude empreendidos pela psicologia do desenvolvimento em sua ambição de descrever e prescrever um regime de inteligibilidade da vida e do sujeito. Assim, gêneros, sexualidades e juventudes são pontos da travessia, pelos quais Leonardo transita ao se deparar e interrogar a produção teórica em série – e também histórico-social e política – de corpos e subjetividades para o funcionamento da engrenagem patriarcal e racista, estruturante da sociedade brasileira, sem deixar

de sinalizar para as possibilidades de desalinhamento do traçado dessas normativas.

Termino este prefácio com palavras das epígrafes que abrem esta obra porque muito expressam e compõem sentidos que são tecidos nas reflexões inquietantes que costuram o texto: sacudir os hábitos; dissipar o que se consolida como estatuto de verdade; quebrar binarismos rígidos – natureza e cultura, mente e corpo, razão e afeto, sujeito e objeto, masculinidade e feminilidade –; responsabilizar-se pelo que aprendemos a ver. Michel Foucault e Donna Haraway são interlocutores potentes de Leonardo nesta empreitada, como se pode notar nos textos iniciais em epígrafe, porém é ele quem torna essa potência no exercício de fazer ecoar as diferenças na psicologia do desenvolvimento.

Rondonópolis, 12 de dezembro de 2023.

*Raquel Pereira Gonçalves*

## **Referências**

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 2. ed. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.



# I.

## LOCALIZAÇÕES E SABERES NA PESQUISA SOBRE GÊNEROS, SEXUALIDADES E JUVENTUDES

Neste trabalho proponho apresentar a sistematização de um conjunto de pesquisas que coordenei e orientei ao longo de 15 anos (2003 a 2017) de vida em e nas universidades em seus diversos percursos acadêmicos. Estes percursos foram se tecendo como frutos de um conjunto de acontecimentos e encontros produzidos ao longo de minha atividade como pesquisador e docente na Universidade, estas pesquisas podem ser analisadas como apresentando um itinerário, no qual a produção de um programa de investigação foi sendo anunciado e construído.

Um percurso é um caminho a ser percorrido ou já percorrido. Ele se refere também ao ato de movimentar-se, percorrer. Ao localizar-me num percurso no plano do trabalho intelectual, tenho a intenção de descrever momentos da organização desse trabalho que se conectam por um fio em que são tecidos sentidos entre os momentos seguintes e os passados. Ele foi sendo traçado em decorrência de questionamentos, conflitos, problemas que se produziam ao longo da pesquisa que davam abertura para outros problemas e a tentativa de inventar novos caminhos para compreendê-los.

Não tenho a intenção de finalizar o caminho, nem negar os desvios de rota, necessários para que pudessem ser inventadas outras



possibilidades. O que apresento é um percurso que se pretende possibilidade de aberturas, de outros fluxos de pensamento sobre a psicologia do desenvolvimento, desde perspectivas críticas da ciência, que se aproximam dos feminismos. Assim, não se pretende aqui encerrar a atividade de pesquisar, mas mostrar como foi sendo sistematizado um campo e um programa de pesquisa que chega, neste momento, num lugar que se abre para outras rotas. Como um rizoma (DELEUZE e GUATARRI, 2011), não há hierarquias e origens no que se apresenta, mas conexões, redes, tecidas nos fluxos de pensamento em busca da compreensão dos fenômenos que vão sendo interrogados.

O trabalho intelectual envolve essa interrogação constante sobre as evidências, como me ensina Michel Foucault (2004). Por vezes, a autoria tem o caráter de propriedade, de posse, algo que vincula o advento da escrita impressa com o capital e individualizada. Uma escrita autocentrada em sujeito é fonte discurso e não efeito dele (FOUCAULT, 2014). Entretanto, a autoria aqui tem o sentido de coletividade, nunca é feita só. A escrita, por sua vez, efeito do produto da tentativa de expressar e organizar as ideias de um autor, é polifônica. Mas é preciso situar de onde se fala quais conexões estão presentes nessa polifonia.

O que se escreve aqui tem a perspectiva de um conhecimento situado (HARAWAY, 1995). Significa que estão imbricados na produção deste conhecimento elementos (sociais, históricos, biológicos, afetivos, econômicos etc.) que me atravessam e privilegiam as conexões em rede. Assim, como sugerido pelas feministas, quero me posicionar desde um lugar e de seus desdobramentos nos contextos em que se põem a circular. Ao mesmo tempo, este conhecimento não trata de um relativismo, que cairia na armadilha das identidades; e não é objetivista, que, de

outro modo, seria a favor de uma pretensa neutralidade e assepsia epistêmica na busca de uma verdade.

Assim, quem escreve está do gênero masculino, de sexualidade dissidente da heteronormativa, pai, professor, pesquisador de universidade pública. Assumo a necessidade de um conhecimento a partir de posicionamentos móveis e do distanciamento apaixonado, como proposto por Donna Haraway (1995). Por isso, de onde pesquiso e escrevo, como atividade e ofício, me coloco momentaneamente num lugar, em iminente deslocamento. Minha tentativa de conhecer e criar conexões e redes exige certo distanciamento, que está na iminência de se romper, pelo envolvimento encarnado com o que se pretende conhecer.

O fato de me localizar neste lugar pode gerar a pergunta: porque os feminismos? Em dias de embate identitário que vivemos, penso que os feminismos contemporâneos nos sugerem as alianças, as políticas de afinidades (LÓPEZ PENEDO, 2008). Estas alianças se recusam a construir muros, alguns dos quais os próprios feminismos, em certa altura, levantaram ou ignoraram a sua presença. O que me refiro como política de afinidades ou de coalisões, tem a finalidade de construir laços entre aqueles que, de alguma maneira, em diversas e diferentes intensidades, desde seus lugares de saberes, experiências e ações vivem como exclusão diante de hegemonias do sexo, da sexualidade, do gênero, da cor da pele, da classe social, do intelecto, da idade etc. Defendo que as alianças são necessárias para o combate a qualquer política de extermínio das diferenças que se justificam pelos argumentos de um grupo específico considerado superior aos outros. Significa, também, para alguns desses aliadxs, reconhecer seus privilégios diante de outrxs aliadxs, e combater as formas de desigualdades produzidos pelo discurso da diferença como recurso para justificar as mesmas.

Penso o que foi delineado neste texto como uma tentativa de fazer parte de coalizões. Ele, o texto, está em processo, com a intenção de disparar outras conexões e promover um movimento contestatório sobre os sistemas de conhecimento e as maneiras de ver (HARAWAY, 1995), produzidos e gestados pela psicologia acerca da pluralidade de gênero e sexual que rompe com as normas e trajetórias estabelecidas. As pretensões contidas nele se desenrolam diante de um conjunto de experimentações de alguém que escreve tendo passado pela infância e juventude. Nessa passagem viu um mundo em que essa pluralidade é constantemente punida e patologizada a partir de uma série de dispositivos de controle: a escola, a família, a comunidade. Muitos deles forjados pelas ciências, especialmente pela psicologia.

A psicologia na sua tentativa de se constituir como ciência, buscou estabelecer um objeto, métodos e técnicas que justificassem uma abordagem objetiva e bem definida de seu campo de conhecimento (ROSE, 2011). Estes caminhos produzidos na/pela psicologia se baseiam nos fundamentos de uma ciência que, nos postulados da neutralidade e da objetividade, operam um conjunto de ações para investigar os fenômenos psicológicos, como a disjunção para encontrar a regularidade e a universalidade dos fenômenos (MORIN, 2000).

Estes postulados e operadores são tomados como referências para a psicologia do desenvolvimento a qual busca, nas regularidades e na universalidade dos processos de mudança, ao longo das trajetórias de vida, a produção de generalizações. Um dos seus objetivos é proporcionar referências para intervenções na educação, na saúde e na assistência social. Segundo Lewis (1999), alguns modelos explicativos produzidos por esta psicologia têm negado as rupturas e discontinuidades nos processos envolvidos no desenvolvi-

mento humano, desdobrando-se em teorias e técnicas que patologizam e criam determinismos sobre a vida.

Num nível epistêmico, a relação sujeito e objeto nesses modelos tem fronteiras bem definidas, que ora tem no sujeito a fonte de todo conhecimento sobre os objetos, ora nas relações entre sujeito e objeto ora no objeto como disparador da atividade do conhecer. O debate clássico entre construcionistas e construtivistas é um exemplo que coloca em questão as relações entre sujeito e objeto do conhecimento (KELLER, 1996; GLASERSFELD, 1996).

Outra cisão estabelecida pelo discurso da modernidade está na relação entre natureza e cultura. Baseada nos modelos clássicos das ciências, apropriados pela psicologia, existe a afirmação da ideia de que a natureza e cultura são polos opostos que explicam comportamentos e os processos psicológicos do sujeito com unilateralidade ou com relações deterministas e de localização binária. A natureza é influenciada pela cultura quando manipulada e dominada por ela e a cultura é produto do humano, da sua consciência e razão que lhe confere poder de transformar.

A dicotomia que também parte de pressupostos da ciência moderna é a relação entre razão e afeto. Considerada também polos opostos, estes fenômenos psicológicos foram, na tradição cartesiana, compreendidos a partir de uma mutualidade que envolve subordinação: Ora as emoções e os afetos dominam a razão, da ordem do incontrollável, ora a razão é quem deve dominá-los para poder transformar a natureza.

No itinerário delineado neste trabalho, existe a busca por referenciais teóricos e metodológicos de investigação que pudessem dar visibilidade às formas de produzir conhecimento a partir da crítica de alguns desses fundamentos modernos. Percebo que a psicologia, em especial a psicologia do desenvolvimento, com a qual

me dedico a trabalhar, tem mantido relações intrínsecas com esse modelo de pesquisa da ciência moderna. Refiro-me à sua aproximação constante com as ciências naturais que operam com uma concepção de sujeito e de conhecimento mantenedora da cisão natureza e cultura, razão e afeto a partir da visão naturalística moderna do desenvolvimento humano em que a trajetória é linear, contínua e progressiva.

Bruno Latour, em *Jamais fomos Modernos* (1994), afirma que a modernidade produziu uma linguagem sobre a ciência que operava para purificar os fatos. Nessa tentativa de purificá-los, estavam em jogo outros atores que não somente o cientista, mas uma rede de ações de humanos e não-humanos que produziam os fatos e que escapavam aos princípios da ciência moderna. O projeto de ciência da modernidade, atrelada à valorização de um modelo de sujeito, racional e autônomo, torna-se inviável. Jamais fomos modernos pois a modernidade, na tentativa de operar sobre a realidade, nega o hibridismo do saber e dos fatos. Insiste então em uma racionalidade científica utópica baseada na purificação dos fatos, que centraliza no humano (Homem) todo destino e explicação dos fenômenos do conhecer.

Autores como Bruno Latour (1994;2012), Donna Haraway (1991;1995), Rosi Braidotti (2015), Michel Foucault (1987) e Edgar Morin (2000) alertam sobre essa ciência que expurga o aleatório, o acaso, o afeto, o cuidado, o não-humano, o incontrolável que se materializam em alguns grupos e pessoas: mulheres, crianças, jovens, velhos, loucos, criminosos, colonizados, negros, travestis, homossexuais, animais, bactérias, vírus. Impera a ideia de um sujeito abstrato que é marcado pela cor branca, do sexo masculino, racional, com senso de justiça, autônomo e livre. Esta abstração exclui outros como agentes produtores de conhecimento,

fazendo da ciência moderna androcêntrica, branca, ocidental, do hemisfério norte, heterossexista e cisnormativa.

Estes tensionamentos são produzidos principalmente pela crítica feminista da ciência. Tentarei demonstrar uma sistematização de minha produção como pesquisador que foi se articulando com as demandas feministas de uma ciência que rompa com o androcentrismo, sexismo, heterossexismo e racionalismo. Escolhi desenvolver essas críticas em pesquisas no campo da psicologia que trabalham com os marcadores etários: a psicologia do desenvolvimento.

Para tanto, apresento no segundo capítulo o campo de estudos críticos feministas sobre a ciência moderna. Terei como intercessores autorias feministas e outras que fazem a crítica da ciência moderna que questionam os conceitos de sujeito e de conhecimento. A crítica a estes conceitos é realizada a partir da discussão no interior dos feminismos do gênero e seu papel no contexto da produção de uma epistemologia feminista. A proposta trazida por estas perspectivas é pensar gênero como um dispositivo de problematização da ciência.

A partir desta interlocução, no terceiro capítulo são apresentadas suas implicações das epistemes feministas, ao eleger o gênero como objeto de estudo, na psicologia, em especial na psicologia do desenvolvimento. Situo a constituição da psicologia do desenvolvimento como área da psicologia e como ciência; a construção de um campo de estudos sobre o gênero e os feminismos como crítica dos fundamentos da pesquisa em psicologia do desenvolvimento. Finalizo com a possibilidade dois eixos nos estudos de gênero e os feminismos na produção de conhecimento em psicologia do desenvolvimento.

Em seguida, proponho a análise destes dois eixos problematizadores da psicologia do desenvolvimento diante dos feminismos e os estudos de gênero, que são: as relações entre cognição e afeto, entre natureza e cultura. Estas relações são debatidas no contexto de produção de pesquisas realizadas e orientadas por mim sobre juventudes, gêneros e sexualidades, cujos argumentos e resultados apresento nos capítulos quatro e cinco<sup>1</sup>. Neles também são discutidos o contexto das críticas sobre as dicotomias, universalismos e dualismos que sustentam teorias sobre essas relações; são apresentados os resultados e a análise das contribuições teóricas e metodológicas na pesquisa com jovens.

No quarto capítulo, apresento minha incursão nos estudos sobre a moralidade humana a partir das relações entre cognição e afetividade. O conjunto de trabalhos discutidos são frutos de discussões seminais desde o mestrado e minha tese de doutorado, bem como de pesquisas desenvolvidas nos primeiros anos após o doutoramento (2003 a 2011). Neles faço uma incursão no interior da psicologia moral no debate sobre o papel do gênero, da afetividade e da cultura na construção da personalidade moral. Este tema gera questionamentos a respeito da perspectiva cognitivo-evolutiva que valoriza uma abstração do sujeito moral centrado, universalizado e masculino, com os temas: do campo teórico (juízo) e prático (ação); da ética da justiça e da ética do cuidado; do

---

<sup>1</sup> Nestes dois capítulos serão utilizados trechos de textos publicados em periódicos científicos e de trabalhos ainda inéditos que foram desdobramentos de pesquisas desenvolvidas no período. Por serem parte de discussões que estiveram constantemente presentes nas nossas reflexões posteriores sobre os estudos sobre juventude, psicologia do desenvolvimento e as epistemes feministas, optamos por não realizar a autocitação direta, considerando-os parte constituinte da proposta que ora apresentamos, com algumas alterações que se fizeram pertinentes. Entretanto, eles serão apresentados no início do texto com a correspondente referência completa no final desta tese.

relativismo e do universalismo; conteúdo e forma no modo de conhecer e dos julgamentos éticos.

Estas pesquisas foram desenvolvidas a partir da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento que se fundamenta em leituras articuladas com os feminismos, de crítica ao patriarcado, e dos novos paradigmas em ciência (complexidade). Seu debate estava centrado na busca de uma leitura e análise da cognição humana que integre aspectos operatórios e de conteúdos (valores, cultura e afetividade) no modo como interpretamos e agimos sobre a realidade.

No quinto capítulo, apresento um rol de investigações realizadas de 2012 até 2017, a partir de perspectivas críticas feministas de base interseccional e pós-estruturalista. Trata-se de desdobramentos em relação às leituras anteriores sobre o gênero na ciência e nos movimentos sociais, que abrem espaço para novas perspectivas teóricas e metodológicas sobre a pesquisa e o conhecimento.

Alguns trabalhos elencados no quarto capítulo se apoiam em argumentos dos estudos de gênero como determinado culturalmente, estabelecendo territórios (dualismos) bem demarcados nas diferenças entre homens e mulheres. O movimento feminista das décadas de 60 e 70 ainda buscava a valorização destas diferenças e o direito ao respeito desta diferença e isto reverbera no campo das mulheres nas ciências.

As leituras trabalhadas no grupo de pesquisas do quinto capítulo, questionam o gênero como determinado biologicamente e culturalmente, bem como o uso do termo gênero para designar somente um tipo de mulher: branca, classe média, heterossexual, cisgênera, mãe biológica. Trazem, portanto, para a discussão, outros elementos que se aproximam da composição plural dos gêneros com



outros marcadores, tais como: idade, classe social, raça/etnia, sexualidade. Os estudos queer, gays e lésbicos passam a ser interlocutores em investigações sobre a juventude e o tema do amor em intersecção com as sexualidades, os gêneros e as tecnologias; estudos sobre jovens travestis e a experiência escolar; os estudos sobre jovens e masculinidades em interface com a violência.

Nas investigações apresentadas no quinto capítulo, portanto, o gênero é um conceito problematizador das relações entre natureza e a cultura na produção do conhecimento (HARAWAY, 1991; BUTLER, 2003; BRAIDOTTI, 2015). Há a eliminação das fronteiras duras e trabalha-se com borramentos de territórios em que dicotomias como sujeito e objeto do conhecimento são desfeitas e retira-se a centralização no humano-homem. É aberto uma nova frente no uso de novas metodologias de investigação que acompanham essa crítica. O uso das narrativas de vida aliados ao método de inspiração cartográfica abriram espaço para a interlocução com outros campos do saber como a filosofia e os estudos sobre linguagem (DELEUZE e GUATARRI, 2011; GUATARRI e ROLNIK, 2011; BAKHTIN, 2006; BENJAMIN, 1994).

No sexo e último capítulo realizo considerações sobre o percurso desenvolvido ao longo destes 15 anos de pesquisas e está dividido em três momentos. No primeiro, analiso as pesquisas desenvolvidas para a compreensão das subjetividades juvenis em interface com os gêneros e as sexualidades. Por fim, analisamos e defendemos as contribuições que as epistemes feministas tem oferecido ao campo de estudos teórico e metodológico da psicologia do desenvolvimento, bem como a possibilidade de um programa de pesquisa que aprofunde na interlocução desses campos do saber.

## II.

# EPISTEMES FEMINISTAS, PSICOLOGIA E O GÊNERO NA CRÍTICA DA CIÊNCIA MODERNA

### 2.1 Epistememes feministas e a produção do conhecimento

O feminismo tem suas origens nos fins do século XVIII, na reivindicação das mulheres pela igualdade na educação, no direito ao voto e no casamento. Considerado a primeira onda feminista, aparece como movimento de contestação da condição da mulher na sociedade capitalista ocidental, cultura patriarcal e androcêntrica que impõe uma organização social, política e econômica na qual o homem é o centro do comando e detém o poder nas decisões em vários setores da vida: na família, no trabalho, na escola e na política. A mulher é excluída da vida social e política da sociedade em que vive, e sua existência é relegada à vida doméstica, ao mundo privado, sem participação efetiva no mundo público, que é privilégio dos homens (BIROLI e MIGUEL, 2014).

A primeira onda feminista reivindica necessidade de inserção das mulheres no mundo da racionalidade, pela oportunidade de estudos, como forma de estender o direito das mulheres de acesso a outras necessidades. Melhor dizendo, estender o direito da mulher branca de classe economicamente dominante, portanto ainda não no sentido de abarcar mulheres inseridas em outras categorias como as negras, lésbicas, pobres e jovens.

Um segundo momento do movimento feminista acontece nos fins da década de 60 dando a ele um não só um caráter político

e social, mas também de ampla construção teórica, configurando um campo de estudos – os estudos feministas (LOURO, 1997). Militantes e estudiosas como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Kate Millet travam debates intensos sobre a condição da mulher na vida pública e privada. Desde a liberação sexual da mulher com o advento da pílula anticoncepcional e seu acesso a uma participação relativa nos campos da política e da ciência a mulher passa a ganhar certa visibilidade nesses cenários, tornando-se o gênero um sinônimo dos estudos sobre o feminino.

No entanto, os estudos feministas se radicalizam e fazem a crítica do gênero na ciência ressaltando a importância de ir além das descrições e denúncias, e voltam-se para as explicações sobre as vidas e experiências de mulheres na economia, no campo jurídico, na política (RAGO, 1998). A construção do campo de estudos da mulher em diversas áreas: na Literatura, na Linguística, na Psicanálise, na Antropologia, na História, na Sociologia e na Psicologia leva ao questionamento sobre os rumos desse tema, destacando o papel das ciências na fomentação de práticas sexistas. Uma questão colocada é: situar a mulher no centro do debate não é desviar o olhar sobre as condições e relações de produção do feminino e do masculino na sociedade?

Há, de certo modo, uma denúncia das desigualdades na condição de vida e trabalho da mulher, mas também a celebração de características ditas “femininas” em oposição às masculinas. Nega-se o caráter relacional do gênero, reforçando um lugar essencialista do feminino e do masculino. A crítica volta-se para a necessidade de se pensar produção do gênero deslocada da diferença entre os sexos, mas também nas suas condições e relações simbólicas de produção (SCOTT, 1995). As críticas a uma literatura da mulher, uma história da mulher e uma psicologia da mulher trazem à tona

generalizações abusivas e o dualismo na relação social de gênero. Assim, o gênero torna-se uma categoria de análise e objeto de debates conceituais.

O feminismo torna-se um movimento de crítica ao androcentrismo, ao patriarcado e os seus produtos, como a ciência moderna (BENHABIB e CORNELL, 1987). O predomínio do termo gênero nos estudos feministas acontece na década de 80. Tendo com inspiração leituras baseadas na psicanálise, na crítica literária, na linguística, no construcionismo social e na filosofia crítica da diferença (Gilles Deleuze, Jacques Lacan, Michel Foucault, Jacques Derrida) são trabalhos de feministas como Julia Kristeva, Luce Irigaray e Hélène Cixous<sup>2</sup> que levam à rejeição da ideia de uma estrutura básica e comum nas distinções entre gêneros e interrogam as práticas científicas e acadêmicas de produção de conhecimento.

Neste contexto, as críticas do feminismo à ciência denunciam o caráter ideológico, machista, sexista e racista na produção do conhecimento. Estas críticas ainda se fundamentam nas leituras sobre as relações de poder e subordinação das mulheres pelos homens, e o decorrente predomínio da visão masculina-universal-racional-branca-heterossexual-ocidental-primeiro mundo-civilizada de produzir conhecimento.

Esta visão é a visão moderna de ciência que é forjada, como aponta Latour (1994), pela negação dos hibridismos e a produção de

---

<sup>2</sup>Podemos destacar algumas obras importantes para o feminismo destas autoras: KRISTEVA, Julia. *Powers of horror: an essays on abjection*. Columbia University Press: New York, 1982; IRIGARAY, Luce. *Speculum of the other woman*. Ithaca: Cornell University Press, 1985; CIXOUS, Helene. The laugh of medusa. In: WHAROL, R.; HERDNL, D. (eds.) *Feminisms: an anthology of literary theory and criticism*. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press, 1991, p. 334-349.

práticas de purificação dos fatos<sup>3</sup>. Ademais, prevalece o discurso de uma racionalidade cartesiana de distinção e dissecação dos fenômenos, isolando-os do contexto de significação e impondo uma interpretação desde uma única perspectiva. O crédito da conquista de se chegar à Verdade é dado ao sujeito cognoscente, centrado no Homem (homem-humano) que domina a racionalidade, é consciente e tem autonomia para agir. A este sujeito é dada, ainda, o direito de impor o seu modo conhecer. Seu modelo passa a ser valorizado, copiado, repetido, subjugando outros alternativos e ocupando o topo na hierarquia de condições de possibilidades de existir mais que esses outros.

Esta visão opera sobre perspectivas racionalistas que pensam nos princípios de objetividade e de neutralidade como a forma legítima de produzir conhecimento, excluindo perspectivas intuitivas, implicadas e a subjetividade encarnada no conhecer. Além disso, ampliam o debate para se pensar as fronteiras produzidas sobre o público e o privado, sujeito e objeto, razão e afeto, natureza e cultura, mantidas pela visão moderna de ciência.

A intenção de produzir uma epistemologia feminista se fundamenta nessas críticas à ciência de pretensões universais baseadas na abstração do sujeito do conhecimento. Kenneth Gergen (1993) afirma que, nos campos de investigação de diferentes áreas (antropologia, sociologia, psicologia) a crítica feminista vem sinalizando diversos equívocos no modo de condução da pesquisa

---

<sup>3</sup>Para Bruno Latour (1994), as práticas de purificação são aquelas que criam zonas ontológicas distintas, as de humanos e não-humanos – as coisas do homem e as coisas da natureza. Os híbridos são as composições, as redes de relações entre as coisas que não se pode negar nas práticas de purificação. Segundo Haraway (1995) Latour não é um feminista notável, mas poderia tornar-se um com leituras como a que faz sobre o laboratório como máquina de produção de fatos e verdades sobre o mundo e nós mesmos. Mais análise sobre este aspecto (não) feminista da obra de Latour está delineado no texto *Bruno Latour, guerra e paz: persursos e contornos feministas*, de Delphine Gardey (2014).

que implicam também no questionamento de seus fundamentos. Dentre elas, destacam-se duas críticas: a) a da condução dos resultados em função das hipóteses formuladas previamente pelos cientistas; b) as teorias científicas serviam a determinadas posições androcêntricas ou estruturas de poder.

Entretanto, Harding (1993) alerta que as muitas tentativas de utilizar de abordagens tradicionais como o marxismo, a hermenêutica, a epistemologia empiricista, a psicanálise, o desconstrutivismo, o funcionalismo, o estruturalismo, a fenomenologia, não foram soluções para a construir uma epistemologia feminista. Para ela, ao mesmo tempo, essas abordagens se aplicam e não se aplicam às mulheres e às relações de gênero. Alguns conceitos oriundos das abordagens tradicionais ficam obscurecidos pelas leituras feministas, e algumas experiências femininas ficam obscurecidas à luz de outros conceitos.

A crítica de Harding se insere num conjunto de outras que nos explicitam argumentos duros em relação aos feminismos que até então queriam se apropriar de teorias não-feministas. Alerta-nos ela que

“tudo aquilo que tínhamos considerado útil, a partir da experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher. As teorias patriarcais que procuramos estender e reinterpretar não foram criadas para explicar a experiência dos homens em geral, mas tão-somente a experiência de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais.” (HARDING, 1993, p. 7-8)

O feminismo, oriundo de um determinado grupo de mulheres que tem o privilégio de poder dizer e formular teorias, acaba por reproduzir, na teoria e na prática política, a experiência

patriarcal. Essa crítica por dentro do feminismo, feita por Sandra Harding e outras feministas contemporâneas como Donna Haraway, Isabelle Stengers e Rosi Braidotti, é impactante no modo de conceber o conhecimento sua produção. O conhecimento passa a não estar localizado no sujeito universal – mulher ou homem -; a relação entre saber e poder passa a ser analisada de maneira a considerar as redes de sua produção e manutenção, desde diferentes perspectivas.

A proposta de produzir uma epistemologia, uma teoria ou um modo de pensar feminista, é um problema indicado por Rago (1998), Harding (1993), Haraway (1991; 1995) pois querer a hegemonia é controlar o pensamento, é ocupar o lugar do dominador. Harding, por exemplo, sugere que a teoria feminista não deve ser uma “ciência normal”, que simule um mundo estável e partir de categorias analíticas estáveis. Pelo contrário, argumenta que a vida social e o mundo são instáveis e incoerentes, uma teoria feminista deveria construir categorias em constante mudança para possibilitar o conhecimento e viabilizar práticas sociais.

Desse modo, também não concordamos com esta intencionalidade de algumas perspectivas dos estudos feministas quando procuram formas específicas de analisar experiências de homens e mulheres a partir, exclusivamente, das regularidades e de categorias que permitem registrá-las. A proposta deste modelo era empreender uma epistemologia feminista ou uma teoria feminista unificada e geral da experiência das mulheres. O que, segundo vimos pelas próprias feministas, é uma ilusão.

Assim, sugerimos para efeito do nosso trabalho, no lugar do termo epistemologia feminista o uso do termo episteme. Pensamos mais no tensionamento que os feminismos provocam na ciência, fazendo-a rever-se, deslocando-se para novos rumos metodológicos e

conceituais, exigindo a produção de outros conceitos, outras linguagens, outras formas de produzir conhecimento. Sem ser um saber subordinado nem dominante, mas um intercessor importante no processo de produção de conhecimento.

Por isso preferimos o termo episteme, em vez de epistemologia. Este último está mais próximo da construção de bases e condições do conhecimento, uma teoria do conhecimento que busca de um caminho da Verdade sobre o conhecer (HARDING, 1987). O feminismo tentou estabelecer uma epistemologia nestes termos, adaptando leituras das abordagens tradicionais, ou tentando estabelecer uma teoria social geral inserindo a perspectiva feminista.

Harding (1987) sugere que existem três propostas epistemológicas nos feminismos: o empirismo feminista; a ciência alternativa ou pós-moderna; a alternativa feminista. Todas pretendendo ser críticas da ciência moderna, ou a “má ciência”, como ironiza Harding.

O empirismo feminista, que busca no argumento de mais mulheres na ciência aumenta a possibilidade de objetividade no conhecimento científico. O fato de mulheres (e homens feministas) serem cientistas amplia a capacidade de emitir juízos de valores mais próximos da realidade. No entanto, para a autora ele tem três problemas: a) ele não considera a identidade social da/o pesquisador/a como relevante na produção dos resultados de pesquisa; b) as metodologias empregadas se aplicam às justificativas e não às descobertas, isto é, a metodologias não são produzidas com base na problemática em estudo; c) manutenção da lógica de investigação androcêntrica, levando à generalizações.

A ciência alternativa ou pós-moderna, para Harding, reúne proposições fundamentadas numa releitura feminista do marxismo, substituindo o proletariado como categoria de análise pela de



mulheres; um segundo grupo de proposições que é cética no modo de refletir o mundo, como espelho, no fundamento da ciência pelo iluminismo. A crítica, neste sentido, é feita em um diálogo ambivalente as críticas do modernismo, como as desconstrucionistas, psicanalíticas, estruturalistas e semióticas. Ela aponta como crítica a esta epistemologia: a) o relativismo que gera dúvidas em relação as posições de poder e privilégios de determinados grupos dominados, geradora de uma falsa consciência; b) uma certa tendência a ver de maneira transcendental a fragilidade humana; c) rejeição de uma política ativa diante dos problemas sociais. Problemas que aproximam esta leitura do pensamento iluminista e burguês que o feminismo se opõe.

A alternativa feminista, por sua vez, recorre a outras epistemologias libertadoras. Valorizam as experiências concretas de mulheres, as suas relações com os trabalhos manuais e mentais, uma abordagem relacional e contextual do conhecimento. A proposta alternativa feminista renuncia a uma explicação unitária das experiências sociais, e deseja a solidariedade em torno de objetivos comuns. Para Harding (1987), ela indica as condições históricas das questões a serem superadas, sem gerar teorias universais.

Entretanto, nos aproximamos mais proposições das alternativas feministas (HARDING, 1987 e 1993; HARAWAY, 1991 e 1995) que recusam essa tentativa de produzir uma teoria social geral ou de uma teoria do conhecimento universal. Estas leituras alternativas se aproximam mais do que podemos chamar de episteme, termo que preferimos utilizar neste trabalho e que pode ser melhor definido pelas palavras de Michel Foucault (1987) em *As palavras e as coisas*:

"não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse se reconhecer; **o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a *epistème* onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente ao seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico.** Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma "arqueologia" (FOUCAULT, 1987, p. 11 – grifos nossos).

A episteme trata então do pano de fundo do conhecimento produzido, das condições de sua produção e manutenção, de suas implicações políticas e éticas. Não se refere a sua proposição como Verdade desde a justificativas lógicas e filosóficas ou a proposição de métodos e técnicas como critérios de validação e objetividade. As epistemes feministas<sup>4</sup>, portanto, seriam os saberes construídos historicamente pelo movimento feministas e estudiosas feministas acerca de conceitos relevantes para situá-las diante das opressões do mundo. É o modo feminista de pensar sobre a realidade e sobre o mundo desde uma perspectiva de gênero (relacional) que nos interessa, assim como os deslocamentos provocados, por esse modo de pensar, na ciência, em especial, na psicologia do desenvolvimento.

Como vimos, a crítica feminista fez observações contundentes sobre alguns dualismos na ciência moderna (razão e emoção; natureza e cultura; sujeito e objeto), mas pouco foram as aproximações aos dualismos presentes na discussão sobre gênero e

---

<sup>4</sup>Em alguns momentos, ao longo do texto, utilizaremos o termo epistemologia feministas devido ao seu uso pelas autoras feministas que trabalhamos.

sexo (HARDING, 1993). Nas próximas linhas trataremos de pensar como este debate sobre o gênero e sexo, desamarrado da matriz biológica e dos determinismos culturais, promove também rupturas nos modelos de conhecer a partir da emergência de outras categorias necessárias para pensar os conhecimentos sobre a realidade e nós mesmos.

## **2.2 Problemas de gênero no debate feminista e queer**

O movimento feminista mais contemporâneo, da década de 1980 até a atualidade, provoca uma revisão dos valores que direcionavam as questões das mulheres. Promoveu uma frente de ações que visava a desconstrução aos determinismos biológicos científicos, que essencializavam a mulher, provocando binarismos e excluindo as diversas mulheres. Seus questionamentos advêm de reivindicações do próprio movimento feminista que a partir da questão: quem é o sujeito do feminismo? (BUTLER, 2003; BRAIDOTTI, 2004) Tensionou as questões de gênero localizadas numa categoria específica de mulher: branca, classe média, heterossexual, ocidental etc.

Este deslocamento acabou por produzir uma série de reflexões acadêmicas de mulheres feministas (lésbicas, negras, latinas, trans) na direção de uma epistemologia feminista que abarcasse as diferenças como potência e, ao mesmo tempo, o gênero como uma ferramenta de análise crítica da realidade e delas mesmas. Assim, o gênero não passa a ser um conceito exclusivo para tratar das questões referentes às mulheres cis (correspondência entre sexo biológico e expressão de gênero) e com outras interseccionalidades.

Apresentaremos neste momento algumas leituras dos estudos feministas e queer<sup>5</sup> sobre esse debate no intento mapear o modo como se pensa o gênero e seus efeitos críticos sobre as relações sujeito e objeto, natureza e cultura, razão e afeto. Estas considerações abrem espaço para repensar o uso do gênero na pesquisa e nas teorizações em psicologia (AZEREDO, 2010).

Um primeiro conjunto de autoras como Joan Scott, Gayle Rubin, Judith Butler, Teresa de Lauretis, nos auxiliam no modo como podemos pensar as articulações entre os conceitos de gênero e sexo de modo a romper com dimensões binaristas e deterministas da vida erótica<sup>6</sup>.

Joan Scott (1995) parte das discussões sobre gênero como categoria de análise destacando seu caráter sociocultural e histórico. Introduce esse papel ao gênero ao criticar os estudos que se pautam na distinção entre os sexos marcada por explicações biológicas. Nessas explicações afirma-se uma a-historicidade do termo gênero, que define as relações entre os sexos nos moldes do patriarcado – demarcadas apenas pela diferença sexual anatômica – a partir da

---

<sup>5</sup>A teoria queer, ou o que denomina-se perspectiva queer acerca dos gêneros e das sexualidades, é um conjunto de ideias que se desdobram das produções de autores contemporâneos feministas e dos estudos gays e lésbicos que se vinculam às contribuições do pós-estruturalismo francês e dos Estudos Culturais norte-americanos. Desde esta origem emergência, trata-se de politizar a sexualidade e afirmar modos de vida considerados desviantes. Ela surge em meio ao enfrentamento das políticas conservadoras em relação aos pacientes com AIDS nos Estados Unidos na década de 80 do século XX. A atribuição da disseminação da doença era atribuída ao modo de vida homossexual, considerado promíscuo e desviante. Algumas manifestações e a organização de movimentos sociais enfrentaram esses rótulos em busca de direitos, indo para as ruas se mostrar e fazer mostrar em toda a sua diferença (SAEZ, 2007).

<sup>6</sup>O termo erótico é uma alternativa ao termo sexualidade para pensar a incursão do social na vida afetiva vinculada ao sexo. Uma tentativa de romper com o uso do termo sexualidade para referir-se a sexo, ou ao ato sexual em si mesmo. Sugere-se o termo erótico como algo destaca a complexidade da vida sexual, afetiva e social.

divisão sexual do trabalho e das ideias evolucionistas sobre as exigências para a reprodução biológica da espécie.

As considerações sobre os estudos de gênero, realizadas por Scott, se dão no campo da Historiografia. Ela busca trazer para o campo da história o gênero como categoria de análise integrando as diferentes posições dentro da Historiografia e dos estudos feministas. Dessa forma ela define o gênero como “(1) ... um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

A obra de Joan Scott, que faz uma crítica dura ao patriarcado, é seminal em muitas discussões sobre o debate do gênero nos feminismos e nas ciências humanas. Embora esta leitura, tenha aberto o espaço para a crítica dos discursos biologizante e dualista do sexo e do gênero outras propostas produziram uma radicalidade nesta episteme. A chamada perspectiva queer é tomada como frente de investigação pelas ciências sociais e pela filosofia, empreendendo uma crítica à naturalização das sexualidades e dos gêneros, questionando binarismos, essencialismos e universalismos. Tal crítica se ancora na problematização das hierarquias baseadas nas diferenças entre os sexos, produzindo práticas discursivas sexistas, geralmente colocando as mulheres na condição de subordinadas em relação ao discurso do masculino e a crítica aos fundamentos da vida social baseada somente na heteronormatividade dada como obrigatória, implicando em excluir outras formas de vivências e expressões de gêneros e das sexualidades dissidentes das normas na sociedade e na cultura.

Teresa de Lauretis (1994) é a primeira em um artigo a abordar o termo teoria queer em sua obra. Sua preocupação trata da necessidade de superar o conceito de gênero baseado na diferença

sexual. Por um lado, esta base levou a construir um pensamento feminista baseado na binaridade, remetendo à essência da mulher e por outro reforça uma epistemologia feminista baseada na crítica ao patriarcado, cujo sujeito é oposição ao masculino. Ao contrário, necessita abarcar um sujeito gendrado que está num campo social heterogêneo, atravessado por questões de raça, sexo, classe.

Esta autora ainda contribui a pensar o gênero como uma tecnologia. Como representação e autorrepresentação o gênero é produto e processo de diferentes tecnologias sociais como o cinema, os discursos e práticas sociais cotidianas. O gênero é relacional, se refere a uma representação de uma relação, a de pertencer a uma classe (ampliação do termo para além do sexo). Isto é, ela se remete a ideia de pertencer a algum lugar.

Quando o que é “privado” se torna “público”, ou “põe a cara no sol”, é estigmatizado, vigiado, violentado, exterminado. Travestis e putas a luz do dia devem ser invisibilizadas. A noite é seu lugar. As mulheres estão dentro e fora da representação do que é ser mulher num modelo androcêntrico e patriarcal. Puta/esposa/ infértil/ parideira/ mãe/ negação de maternidade/doméstica/trabalha fora de casa.

O deslocamento da mulher/mulheres no conceito de gênero pelos feminismos, segundo Lauretis, provoca uma contradição irreconciliável: dentro e fora do gênero, dentro e fora da representação. Aproximações e distanciamentos com o patriarcado, o androcentrismo e a heterocisnormatividade.

Gayle Rubin (2003) nos sugere pensar as dimensões interseccionais que envolvem a produção de uma hierarquia de valores sobre o sistema sexo-gênero e nos apresenta as diversas composições acerca das sexualidades e gêneros. Ela nos indica que nas bordas do círculo, seus limites exteriores, estão o que é mau,

anormal, não natural: homossexuais, promíscuos, sadomasoquistas etc. Estes ficam longe da parte encantada e saudável do círculo, que se refere ao sexo heterossexual, monogâmico, pro criativo, em dupla, sem pornografia.

Aquelxs que fogem da norma estabelecida nesse caminho do sistema sexo-gênero vão ocupando as bases da pirâmide ou as bordas do círculo como menos favorecidos no contexto sócio-político-econômico de uma sociedade. Neste lugar estão o que a sociedade define como população abjeta: travestis, transsexuais, negras pobres lésbicas, gays negros pobres; sadomasoquistas etc, São aqueles que, por fugirem da norma, produzem efeitos de normalização, legalização e controle das suas sexualidades.

O resultado da operatividade do sistema sexo-gênero é esmiuçado em *Tráfico de Mulheres – uma economia política do sexo* (1993), no qual Rubin sugere pensarmos no sistema sexo-gênero como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (p. 2).

Pensemos desde uma hierarquia baseada no sistema sexo - gênero, que é representativa da diferença sexual as identidades de gênero e suas práticas sexuais devem corresponder: sexo biológico feminino – mulher – identificação com modos, valores, afetos, pensamentos considerados exclusivamente femininos (cuidado, sensibilidade, delicadeza, etc.); sexo biológico masculino – homem – identificação com modos, valores, afetos e pensamentos considerados exclusivamente masculinos (razão, força, agressividade, insensibilidade, etc.).

Interessante notar que as migrações das populações eróticas descritas por Rubin nos Estados Unidos e Europa nas décadas de 60

a 80, mencionadas no início deste texto, indicam como ao se deslocar da periferia ao centro, estas comunidades provocaram efeitos de práticas de controle das sexualidades. A necessidade de estar no urbano centro para existir (economicamente, socialmente e afetivamente) provocou efeitos de anulação e controle. As expressões sexuais e de gêneros periféricas e da periferia não podem existir na centralidade, nem social, nem geográfica. Devem existir de maneira apócrifa e no gueto, voltadas para si mesmo com os mecanismos de regulação dada pelos dispositivos de controle (leis, violência, opressão).

Judith Butler (2003) insere na problematização sobre o conceito de gênero nos feminismos outra dimensão no sistema sexo-gênero, o desejo. Na ideia proposta de pensar um sistema sexo-gênero-desejo, no qual se produzem pluralidades de existências. Assim, uma pessoa pode nascer do sexo masculino, com gênero feminino e ser lésbica.

O conceito de gênero de Judith Butler interroga os binarismos e determinismos produzidos pela ordem discursiva normatizadora (da heterossexualidade, do androcentrismo, etc.). Para ela o gênero é um ato performativo intencional em que se subvertem a ordem estabelecida e produzindo significados sobre o masculino e feminino. Há um tensionamento sobre a relação natureza (da qual a origem dos sexos provém) e a cultura (na qual o gênero poderia estar alocado e somente seria a expressão do dado natural). O gênero seria aprisionado pelo sexo nesse caso. No entanto, para Butler, ele se desloca, flui, performatiza outras possibilidades de existência.

Assim como Gayle Rubin (1993;2003) e Teresa de Lauretis (1994) as proposições de Judith Butler (2003) tentam produzir



também uma crítica aos feminismos baseados nas diferenças sexuais estabelecidas pelo sistema sexo-gênero.

A ideia de performatividade insere o gênero no plano da discursividade e da experiência (não submissão da gendricidade a matricialidade biológica). Esta ideia permite-nos de fato falar em expressões de gênero, subvertendo o conceito de gênero colado à identidade e libertando ele das amarradas dos dualismos explicativos (natureza e cultura) e dos binarismos (masculino e feminino). O que interessa a Butler é uma leitura difusa e não da gênese do gênero. O foco está em como ele escapa, atravessa e se vincula a instituições e práticas ao longo do tempo e quais os efeitos de verdade que isso produz. Pensar o corpo é uma alternativa para Butler (2011) para se pensar o gênero. Para ela o corpo não pode existir fora de uma discursividade do gênero, e a materialidade do corpo existe, mas só a aprendemos a partir do discurso generificado.

Haraway (1995) discorda da potencialidade do conceito de gênero isolado – por vezes ele é isolado inclusive do sexo. Quando junto o sexo torna-se a matéria-prima para o gênero (desvelar-se homem ou mulher, masculino ou feminino). Pensar na produção das corporalidades pode ser uma via para superar os dualismos incitados pelos conceitos tradicionais de gênero e de sexo. A metáfora do *ciborgue* (HARAWAY, 2009) é um recurso da autora para descolonizar o pensamento de dualismos, universalismos e essencialismos.

Num quadro geral da discussão sobre o gênero no feminismo, ele provocou questionamentos sobre o pensamento ocidental de tradições e costumes e da própria ciência. As autorias que destacamos defendem a capacidade dos feminismos provocar deslocamentos a partir da reformulação dos problemas inicialmente interpelados pelas mulheres sobre as suas experiências. Isso implica

em produzir deslocamentos nos modos de pensar, sentir e agir, articulando-os com outros mundos, como o da poesia, literatura, sentimentos, emoções, do teatro, da música, das tecnologias de rede, da biologia, da ecologia.

## **2.2 Feminismos, saberes localizados e interseccionalidades.**

A produção de saberes vindo das experiências de mulheres, dispararam outras ideias sobre os modos de fazer ciência, pensar a realidade. As políticas de localização engendradas, a partir destes feminismos, abrem espaço para o questionamento de conceitos, pressupostos, explicações, métodos de análise sobre os fenômenos sociais.

Tais políticas epistêmicas se dedicam a questionar as ciências produzidas na centralidade masculinista, heterossexual e cisgênera. Tratarei aqui de algumas autoras feministas que promovem rupturas epistêmicas nas ciências modernas com suas ideias: as contribuições de Donna Haraway, Gayatri Spivak e Gloria Anzaldua. Não trabalharei aqui com as legitimidades deste ou daquele feminismo, mas com as potencialidades conceituais que eles podem nos oferecer para abordar nossa proposta de pensar as epistemes feministas em sua relação com a pesquisa em psicologia do desenvolvimento. As leituras escolhidas, dentre outras, nos oferecem interlocuções com o material produzido a ser analisado no terceiro capítulo deste trabalho.

O conceito de saberes localizados, formulado por Haraway, advém de discussões no interior dos estudos feministas que buscam descolar a visão centrada no Homem. O adjetivo de conhecimento objetivo ficou restrito à visão masculinista excluindo todas e todos que estivessem fora do antropocentrismo. A proposta de alguns

feminismos, como de Haraway (1995) é reabilitar o conceito de objetividade.

“Os olhos têm sido usados para justificar uma realidade perversa – esmerilhada à perfeição na história da ciência vinculada ao militarismo, ao colonialismo e à supremacia masculina – de distanciar o sujeito cognoscente de todo e de tudo no interesse do poder desmesurado”. (HARAWAY, 1995, p. 19)

A objetividade feminista significa saberes localizados. Ao contrário da objetividade que, segundo ela, está relacionada a homem, branco, europeu, ocidental do norte. Para Haraway (1995), a objetividade do feminismo é corporificada, tem nome e lugar. A proposta é se desvincular dos modelos renascentistas e de descorporificação que forjaram a ciência, que seja utilizável e não inocente. Haraway quer

“...uma escrita feminista do corpo que enfatize metaforicamente a visão outra vez, porque precisamos resgatar sentido para encontrar nosso caminho através de todos os truques e poderes visualizadores das ciências e tecnologias modernas que transformaram o debate sobre a objetividade. Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular os objetivos aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, na dimensão dos espaços mental e físico que mal sabemos nomear. Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falta visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades.” (HARAWAY, 1995, p. 20-21)

A perspectiva parcial é a que promete a visão objetiva de fato. É ela que se abre, se coloca implicada com o que produz, responsável pela parcialidade que se impõe pelo lugar que ocupa. Assim, recusa a divisão sujeito e objeto assim como todas as outras cisões impostas pela transcendência, resulta em considerar que “...a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado” (HARAWAY, 1995, p. 21).

Haraway avança em dizer que do contrário, um conhecimento não localizado é irresponsável, no sentido de ser incapaz de prestar contas com o que produz. Mas ela toma precauções. Apesar de considerar de grande valor ver desde “as periferias e dos abismos” (HARAWAY, 1995, p. 22), ela alerta que não devemos ter uma atitude romantizada, devemos empreender a crítica desde baixo. A preferência sobre a perspectiva dos subjugados se deve por ser mais transformadora do mundo, mas que requer habilidade dos corpos e das linguagens.

O problema do relativismo sobre o qual pode pesar este posicionamento esbarra no fato de tratar-se de questões mais éticas e políticas do que epistemológicas. Portanto, os saberes localizados valorizam os pontos de vista e lugar de quem fala sobre determinada experiência, corporificada, situada. Ao fazer isso, se responsabiliza pelos efeitos que tem e pela qualidade e intencionalidade do que se diz.

Pensamos que desde esses preceitos, as expressões de gênero e sexuais têm o que dizer para a sociedade sobre o lugar que (não)ocupam no conjunto de sistemas e operacionalidades sobre seus corpos, sexo e desejo em diferentes experiências.

O mesmo quando este lugar é configurado a partir dos conteúdos a serem trabalhados pelo currículo escolar. Quando eles compõem planos e práticas pedagógicas que exigem

posicionamentos que implicam em tratar ética e politicamente as experiências de transexuais, transgêneros, lésbicas, gays e bissexuais, nas suas pautas: direitos, violências, história.

Com Haraway, potencializamos os saberes e as expressões de gêneros e sexuais que são ditos desde as periferias do sistema. Periferias diante das hegemonias discursivas sobre gêneros e sexualidades: masculinista, heteronormativa, sexista, cisgênera. Entretanto, a insistência em invisibilizar e/ou exterminar essas periferias não é viável, pois eles constituem o sistema, não podem ser excluídos, dizem de dentro. Ao mesmo tempo, a periferia aqui é um lugar de atravessamento que deve se autocriticar, se deslocar para outras possibilidades de interlocução, sem perder a sua localização, sua encarnação no mundo de onde fala.

Os feminismos pós-coloniais também têm contribuído com sua crítica aos modelos hegemônicos de pensar e conhecer. O deslocamento provocado por eles nos leva para a latinidade, para a intersecção, para as epistemologias do sul global, com a crítica aos saberes colonizadores e também aos pós-colonialistas europeus e brancos<sup>7</sup>. Esta ruptura incorpora à visão do saber localizado de Donna Haraway outros elementos.

Propondo uma visão desde as periferias, dos lugares subalternizados pelo discurso colonizador, Gayatri Spivak (2010) por exemplo, argumenta que deve ser problematizada a ideia de representação. Falar por si mesmo ou ser representado pela crítica ao discurso hegemônico é perigoso para também não produzir opressão

---

<sup>7</sup> Segundo Nogueira (2017), a perspectiva interseccional nos feminismos pode ser localizada nos questionamentos do feminismo multirracial que questiona as generalidades do feminismo radical (branco e heterossexual). A teoria interseccional estuda as relações entre diversos marcadores identitários na explicação dos sistemas de opressão, discriminação e violência. Dentro da proposta de um feminismo interseccional podemos indicar os trabalhos propositivos de McCall (2005) e Brah (2006).

e anulação do lugar de fala. A crítica também deve ser constante para não tratar o Outro como objeto de conhecimento.

Spivak atenta também para o perigoso uso das culturas desde o lugar do colonizador. A crítica radical por vezes se apropria de culturalidades tornando-as objeto de conhecimento e essencializando estas culturas como retratos de uma diferença que nem sempre, quem a retrata como representativa de algum grupo, consegue dar conta da complexidade envolvida e nas singularidades que escapam a essa essência construída.

Chegamos na ideia de uma interseccionalidade que torna-se outra leitura possível desde os feminismos pós-coloniais. Considerando que esta perspectiva a partir da abordagem mestiça de Gloria Anzaldua. Em seu texto *Borderlands/La frontera: the new mestiza* (1987 apud COSTA e AVILA, 2005) ela mistura idiomas e formas textuais para expressar os deslocamentos provocados pelos lugares diferentes que ocupa. Sua proposição é levar epistemologicamente para outros rumos o feminismo da diferença, incorporando inerseccionalidades na narrativa crítica feminista com novas textualidades. Ela traz todo um universo simbólico chicano e indígena sobre a mulher (lésbica, indígena, chicana, americana, negra...) que rompe com as formas eurocêntricas dessa interpretação. Figura entre-lugares que tensionam momentos de submissão e outros de transgressão, de nomadismo e pertencimento, num exercício constante de interrogar-se e afirmar-se. Contra os binarismos e as dicotomias, são deslocamentos contínuos, mestiços, que borram as fronteiras. A tradução impetrada no modo de existir, trai, corrompe hegemonias, entra no fluxo de interstícios, numa episteme que rompe as assimetrias centro-periferia.

“Como mestiza, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a queer em mim existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. Soy un amasamiento, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados.” (ANZALDUA, 1987, p. 80-81 apud COSTA e AVILA, 2005)

As contribuições de Spivak e Anzaldúa nos oferecem possibilidades de produzir perspectivas de leituras periféricas que não essencializam os lugares de fala. A crítica de Spivak (2010) sobre a subalternidade na produção de conhecimento denuncia a opressão dos saberes colonizadores e a necessária autocrítica do lugar de fala para não repetir a opressão. Anzaldúa provoca o deslocamento desses lugares em interstícios, nômades. Promove mestiçagens que deslizam entre sujeição e transgressão. Ambas apostam na crítica das hegemonias e da valorização do periférico crítico de si mesmo e/ou nômade, tendo marcadores diversos.

### III.

## PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, FEMINISMOS E OS ESTUDOS DE GÊNERO: DESLOCAMENTOS EPISTÊMICOS

### 3.1 Psicologia, ciência e a crítica feminista

As aproximações dos feminismos com vários campos da ciência, provocaram mudanças ontológicas, epistemológicas e metodológicas. As relações da Psicologia com os feminismos têm uma história que está relacionada a explicações das diferenças entre homens e mulheres. Estas vão desde perspectivas biologizantes, a ausência das mulheres e do gênero nos estudos em psicologia até as perspectivas interseccionais e críticas que abordamos na seção anterior (SAAVEDRA e NOGUEIRA, 2006; PORTUGAL e JACÓ-VILELA, 2012).

A Psicologia, na sua intencionalidade de se tornar uma ciência buscou a construção de um corpo teórico e metodológico unificado alicerçado na tradição experimentalista das ciências modernas (FIGUEIREDO e SANTI, 1999; ROSE, 2011). Nesta proposta, acabou por incursionar nos estudos sobre as diferenças entre homens e mulheres, cujos resultados corroboravam perspectivas sexistas da superioridade masculina sobre a feminina, bem como da naturalização das explicações destas diferenças a partir do discurso da biologia.

Percorrendo o caminho traçado por Saaverda e Nogueira (2006) sobre os feminismos e a psicologia pode ser afirmado que



desde o final do século XIX até os anos de 1930<sup>8</sup>, a psicologia se apropriou de referências metodológicas e de explicações da biologia para estabelecer as explicações das diferenças entre homens e mulheres. Os estudos concentravam-se no estabelecimento de explicações pela fisiologia do corpo e na anatomia cerebral das diferenças intelectuais e motoras. Assim, mulheres tinham um cérebro menor e com menos circunvoluções que o homem o que indicavam, menos complexidade e, portanto, apontavam para menos domínio da consciência e de comportamentos baseados na racionalidade. As mulheres estariam menos aptas ao trabalho acadêmico, por exemplo, também dada as suas condições físicas durante o período menstrual, o que atestaria ainda mais sua vocação para a maternidade do que para o trabalho intelectual. Sobre a motricidade, as explicações atestavam que o homem, por conta de sua constituição muscular e celular, tinham mais força, rapidez, precisão em movimento amplos e de deslocamento no espaço e a mulher mais domínio da coordenação motora de precisão específica, manual. Estas, em função das origens evolutivas da função de nutrição, tinham sua fisiologia caracterizada como anabólica, lenta e cumulativa, incapacitando-a para tarefas físicas mais duras.

Mesmo diante destas explicações, Saaverdra e Nogueira (2006) sinalizam que autorias femininas como as de Helen Thompson Wooley e Letta Stetter Hollingworth<sup>9</sup> foram críticas,

---

<sup>8</sup>O período indicado trata de um recorte desde a leitura da Psicologia norte-americana. A obra de Portugal e Vilela (2012) apresenta um conjunto de textos que tratam das questões de gênero na história da psicologia em diferentes países, além da América do Norte: Espanha, Brasil, Argentina, Alemanha.

<sup>9</sup>As autoras citam os trabalhos de Letta Stetter Hollingworth e de Helen Thompson Wooley que questionam as hipóteses que depreciam as capacidades da mulher nos trabalhos de Stanley Hall (*Adolescence: its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion, and education*, Vols. 1-2. Norwalk, CT: Appleton-Century-Crofts, 1904) e Edward Lee Thorndike (*The contribution of psychology to education. The Journal of Educational Psychology*, Teachers College, Columbia

apontando inconsistências nas explicações entre hereditariedade e meio social. Argumenta da necessidade de se investigar o papel das questões sociais (educação e divisão social do trabalho) envolvidas nas produções destas diferenças.

Já a partir dos anos de 1930, segundo Morawski (1987, apud SAAVEDRA e NOGUEIRA, 2006)<sup>10</sup>, o interesse é deslocado dos estudos sobre a cognição e a motricidade para as diferenças de personalidade de homens e mulheres, devido a dificuldade em chegar-se a leituras consistentes destas diferenças. As explicações são tratadas em termos de habilidades e competências vinculadas aos sexos. Com isso, surgem as teses dos papéis dos sexos nas configurações familiares, configurações familiares e funcionalidade dos papéis feminino e masculino, respectivamente de expressividade (de sentimentos, afeto, cuidado) das mulheres e de instrumentalidade (resolução de problemas, assertividade, praticidade) dos homens. Ainda, estudos preocupados em desenvolver medidas de avaliação de não correspondências entre sexo biológico com sexo psicológico, com implicações para explicar as homossexualidades e os problemas de ajustamento.<sup>11</sup> Segundo

---

University. 1, 5-12, 1910): HOLLINGWORTH, Letta S. Function al periodicity: an experiment al study of th e me nt al a nd motor abilities of women during menstruation. Contributions to Education, No. 69. Teachers College, Columbia Univ ersity, 1914. HOLLINGWORTH, Letta S. Variability as related to sex differe nces in achie v eme nt: a critique. *American Journ al of Sociology*, 19, 510-530, 1914. WOOLEY, Helen Thompson. Th e mental traits of sex: an experiment al investigation of the normal mind in me n and wome n. Chicago: Th e University of Chicago Press, 1903. WOOLEY, Helen Thompson. A review of the rece nt literature on th e psychology of se x. *Psychological Bulle tin*, 7, 335-342, 1910.

<sup>10</sup> MORAWSKI, Jill G. Th e troubled quest for masculinity, femininity and androgyny. In SHAVER, Philip e HENDRICK, Clyde (Eds.), *Review of person alit y and social psychology: sex and gender*. New York: Sage Publications, 1987, p. 44-69.

<sup>11</sup> As autoras citam como exemplos destes trabalhos: PARSONS, Talcott & BALES, Robert F. *F amily , socialization and int er action process*. New York: Free Press, 1995; TERMAN, Lewis M. e MILES, C.C. (1936). *Sex and Personality*. New Haven, CT: Yale University Press, 1936.

Saavedra e Nogueira, estas discussões ainda permanecem até os anos de 1970, com pesquisas com as mesmas finalidades.

Neste contexto, ainda estão presentes a busca de categorias universais e estáveis, com explicações localizadas nos atributos individuais e no argumento da inferioridade da mulher. Nestes contextos, a psicologia reforçava papéis sexuais normativos e justifica práticas opressivas e discriminatórias com base nas diferenciações produzidas por suas explicações. Relacionam a mulher à exclusiva competência do trabalho doméstico, dos cuidados e com a maternidade, recusando a ela a ocupação de outros espaços como de ter educação e de ocupar cargos e funções que exigem capacidades superiores às delas. A articulação da psicologia com as ciências experimentalistas e positivistas legitimavam as diferenças e construíam discursos das diferenças entre homens e mulheres alinhados à biologia evolutiva e a uma episteme da ideia de distanciamento de sujeito e objeto de conhecimento, bem como a SAAVEDRA e NOGUEIRA, 2001, 2006; PREHN e HÜNING, 2005.

Num segundo momento, o feminismo ocupa maior espaço no debate sobre a ciência, definindo para uma maior politização e leitura de questões sociais (PREHN e HÜNING, 2005). Para Saavedra e Nogueira (2006) entre as décadas de 1970 e 1990 temos vinte anos de debate entre as feministas na psicologia sobre as teorias, metodologias e implicações políticas na pesquisa sobre mulheres e o gênero e o sexo como categorias de análise.

O debate é gerado pelas posições de que as diferenças afirmadas pelas perspectivas psicológicas até então produzidas deviam ser analisadas de maneira crítica, pois generalizam as competências de homens e mulheres, sem considerar o interior das diferenças entre os sexos. Ademais, as feministas se concentraram

nos seguintes esforços: a) estabelecer argumentos da crítica da forma de investigação que reforça a igualdade, e não a diferença, que legitima desigualdade; b) argumentos para justificar as diferenças; c) valorização das diferenças com base na crítica à universalidade.

As feministas na psicologia estavam preocupadas em produzir investigações que combatessem a desigualdade baseada nas diferenças de gênero, produzindo argumentos sobre as semelhanças (intelectuais, afetivas, éticas) entre homens e mulheres. Quando a diferença era demarcada as explicações sobre ela tendiam a estabelecer relações com os processos de socialização vividos pela mulher (PREHN e HÜNING, 2005; SAAVEDRA e NOGUEIRA, 2006; NOGUEIRA, 2001). Articuladas com as ideias dos movimentos sociais, a intenção em produzir uma crítica social e política das diferenças, em determinado momento da história dos feminismos na ciência psicológica, volta-se para reforçar as características individuais, de atributos femininos, inclusive em forma de intervenção a partir de referenciais como a perspectiva comportamental e da aprendizagem social.

Saavedra e Nogueira (2006) destacam a emergência da valorização das características específicas na personalidade das mulheres, acreditavam, poderiam resgatar a visibilidade e a inserção em contextos de visibilidade de trabalhos e ações das mulheres. As pesquisas de Carol Gilligan (1993) e de Nancy Chodorow (1978) são exemplos destes trabalhos, assim como o de Sandra Bem (1974), que constrói o conceito de androginia como forma de modelo de saúde do funcionamento mental, em que haveria certo equilíbrio entre habilidades e competências masculinas e femininas na maneira de lidar com situações pessoais e interpessoais. Sexo e gênero se mantêm distintos nestas leituras, sendo o primeiro como algo natural, biológico, e o outro como social e cultural.

É a partir dos anos de 1990 que a psicologia começa a se apropriar das discussões feministas da terceira onda. Diante da impossibilidade de manter um discurso sobre a verdade das diferenças entre homens e mulheres até então produzidas, a psicologia se aproxima das discussões feministas sobre gênero que ora o pensam como determinado social e culturalmente, ora como produto das relações de poder, ora como expressão da da subjetividade baseada na performatividade dos discursos sobre os papéis femininos e masculinos. Estas perspectivas são contra os essencialismos que sustentariam as diferenças estruturais de personalidade de homens e mulheres. Trata-se de ter a linguagem e o discurso como objetos de análise, afirmando a produção do gênero nas relações e não centrado no indivíduo, uma invenção das sociedades humanas que regula as construções sobre as masculinidades e feminilidades em crianças, jovens, adultos e velhos. As perspectivas pós-modernas retomam a politização da produção de conhecimento (SAAVEDRA e NOGUEIRA, 2006; HARDING, 1994).

A passagem de uma perspectiva das mulheres na psicologia (essencialista, universalista, binária) para uma perspectiva Feminista (relativista, crítica, interseccional) atenta às diversas formas de opressão de diferentes mulheres, e não de uma única mulher, leva à revisão, não são somente teóricas, mas tem implicações metodológicas e de intervenção (BURMAN, 1998; GERGEN, 2001).

Uma leitura das epistemes, e suas implicações na construção de práticas e metodologias, presentes nessas análises sobre as relações entre os feminismos e os estudos de gênero na psicologia pode ser

realizado a partir do trabalho de Nogueira (2001)<sup>12</sup>, em que localiza duas posições ou domínios emergentes nos programas de estudos psicológicos de gênero: uma empiricista e outra pós-moderna.

O programa empiricista é predominante em Psicologia e se refere ao modelo tradicional de pesquisa em que as cientistas “identificam o sexismo e o androcentrismo como vieses sociais que podem ser corrigidos pela estrita adesão às normas da pesquisa científica” (NOGUEIRA, 2001, p. 139). Nesta, duas abordagens emergem: a essencialista e a da socialização. Na abordagem essencialista, sexo e gênero são equivalentes, uma propriedade estável, inata e bipolar da diferenciação sexual. Desse modo, ela determina a expressão e a qualidade dos comportamentos humanos como a cognição, a afetividade e o julgamento moral, por exemplo. Na abordagem socializante, muda-se o foco da biologia para a socialização, situando o gênero como produto das relações sociais do contexto de vida do indivíduo. Portanto, para essa perspectiva, o gênero é uma característica aprendida e modelada, não sendo de origem inata.

As duas abordagens merecem críticas, e concordamos nestas com Nogueira (2001), já que a primeira localiza na biologia a origem das características de gênero e a segunda, apesar de ressaltar o caráter cultural e social do gênero, utiliza a polarização convencional do feminino e do masculino. Ele refere-se também a propriedades fundamentais e persistentes do gênero separadas da experiência de vida (não necessariamente de origem biológica). A prescrição e a modificação do comportamento de gênero são outros aspectos que podem ser criticados. Sendo possível a modificação do comportamento de gênero, a tendência é utilizar os conceitos

---

<sup>12</sup>Nogueira se inspira nas proposições de Harding (1987), como apresentamos neste mesmo capítulo no item 2.1, propondo-a para a analisar a psicologia.

formulados para modelar comportamentos femininos e masculinos estereotipados e correspondes ao esperado pelo sexo biológico.

Por fim, a análise histórica do gênero na Psicologia, de acordo com Rutherford (2012) sugere uma abertura às novas propostas epistêmicas que rompem com determinismo e do dualismo oferecido pelo programa de pesquisas do modelo empiricista. Este último valoriza a busca de uma verdade geral e absoluta, já o primeiro se pretende abarcar a experiência humana e o poder nas relações de gênero.

Até o momento tratamos de Psicologia em geral, mas em alguns campos específicos os feminismos e as perspectivas queer tem ganhado força. A psicologia social é um deles. Os estudos de Adriano Nuernberg et al (2011), Jesus e Galinkin (2015) e Santos et al (2016), destacam o papel da psicologia social na apropriação dos feminismos. Estes estudos, juntos, avaliaram a produção científica da psicologia no Brasil nas últimas três décadas e a psicologia social figura como principal articuladora das ideias feministas, produzindo discussões teóricas e metodológicas.

Nogueira (2001 e 2004) apresenta um dos princípios propostos da psicologia social a partir dos feminismos: uma psicologia crítica na produção de teorias e métodos, comprometidas com a transformação social. O uso da crítica à ciência pelas mulheres e o conceito de gênero problematizado pelas discussões feministas desde a segunda onda (década de 1960) até a atualidade, desembocam no desenvolvimento de práticas e teorias que deem visibilidade às mulheres e denunciem o androcentrismo. Assim, os métodos e as teorias em psicologia estariam impregnados de corporeidade e da concretude dos objetos com que as quais se ocupam.

Adotar esta perspectiva de é posicionar-se política e eticamente diante do que se investiga e analisar os fenômenos de maneira a considera a complexidade em que são produzidos. Trata-se não de operar com dualismos e determinismos polarizados na explicação, mas de ampliar a visão para a multiplicidade de elementos que compõe o que se quer conhecer. A necessidade de se produzir outras linguagens, roteiros, métodos e narrativas sobre as experiências de mulheres, homens, gays, lésbicas, heterossexuais, travestis e transexuais.

Azeredo (2010), Teixeira-Filho et al (2013), Borges (2014) sugerem a ruptura dos estudos de gênero em psicologia com estes cânones. Azeredo (2010) aposta na análise de narrativas literárias sobre as experiências com o gênero como forma de rasgar a psicologia que teoriza sobre a universalidade e a binaridade do gênero. Já em Teixeira-Filho et al (2013) encontramos um conjunto de textos que dão visibilidade às dissidências sexuais e de gênero, apostando no queer como estratégia para romper com os discursos e práticas homogeneizantes. Borges (2014) indica que uma apropriação das perspectivas feministas e queer pela psicologia social é envolta de tensões e desafios dado o fluxo de debates constante destas propostas. De qualquer modo, estas perspectivas provocam a psicologia em buscar autonomia e a contestar as rotas normativas, na direção de políticas subversivas das teorizações e das práticas psi.

Como vimos, a Psicologia tem se apropriado das epistemes feministas para o desenvolvimento de pesquisas e práticas em diversos campos, notadamente da psicologia social. Dentre os campos de investigação, a Psicologia do Desenvolvimento é outro que tem se apoiado em leituras feministas para uma revisão dos modelos de pesquisa quando da crítica do gênero nos processos de



investigação e teorização sobre os tempos da vida e os processos de mudança (BURMAN, 1995; 1998).

Pretendo apresentar no próximo capítulo um percurso decorrente de 14 anos de pesquisas desenvolvidas e orientadas por mim sobre juventudes, gêneros e sexualidades, em que se estabeleceram aproximações e distanciamentos das epistemes feministas e queer. Este movimento do pensamento, que foi se materializando nas escolhas dos objetos, métodos e fundamentos epistemológicos na pesquisa em psicologia do desenvolvimento, produziu um campo de tensões que ainda estão presentes entre esta, o gênero e os feminismos.

### **3.2 Gênero e feminismos nos estudos de psicologia do desenvolvimento**

Nos capítulos anteriores apresentei a construção do campo dos estudos feministas e as decorrentes críticas às ciências, que produziram um conjunto de epistemologias ou epistemes feministas. Abordei ainda o fato de que psicologia é um dos campos em Ciências Humanas que tem se apropriado dos feminismos, desenvolvendo métodos e teorias que provocaram a revisão de posicionamentos sobre a relação sujeito e objeto na produção do conhecimento.

Entretanto, estas apropriações se deram de maneiras diferentes em cada uma das áreas específicas da Psicologia. Na Psicologia Social, por exemplo, como vimos, há uma extensa literatura produzida a partir da apropriação dos estudos de gênero e feministas como crítica de modos de intervenção tradicionais sobre problemas sociais e a incorporação de teorias de gênero que valorizam as experiências das(os) sujeitas(os). Sobre a Psicologia do

Desenvolvimento, pode-se localizar a influência dos feminismos com as preocupações iniciais em descrever as diferenças entre as habilidades e competências psicológicas de homens e mulheres, como demonstrado por Rutherford (2012) e Saavedra e Nogueira (2006).

A Psicologia do desenvolvimento tem e teve um papel fundamental na construção da ciência psicológica (MOTA, 2005; DESSEN e COSTA JÚNIOR, 2005; DESSEN e GUEDEA, 2005). Atuou como dispositivo de práticas e teorias acerca do sujeito e seus processos de mudança. Para estes autores é unânime a definição de que o estudo do desenvolvimento humano trata de investigar os processos de mudança ao longo das trajetórias de vida do indivíduo.

Mota (2005) sugere, com base em Cairns (1983), a emergência da psicologia do desenvolvimento em quatro momentos no contexto europeu e norte-americano. Um momento denominado de formativo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, em que surgem um conjunto de estudos sobre os processos psicobiológicos, a psicologia da personalidade e o desenvolvimento cognitivo de crianças. Logo após viria uma primeira fase, em que há a institucionalização da psicologia do desenvolvimento humano com os estudos de Santley Hall sobre a adolescência e envelhecimento<sup>13</sup> e sobre a adolescência sobre a de preocupação história da psicologia do desenvolvimento humano.

No pós segunda guerra mundial têm-se um novo momento em que os estudos voltam-se para as preocupações com o desenvolvimento de crianças, focando nas variáveis que criam os desvios de rota (patologias) e aquelas que podem promover o desenvolvimento de maneira saudável. Na segunda metade do século

---

<sup>13</sup> HALL, G. Stanley. *Senescence – the last half of life*. Lighning Source, (1922/2008)

XX até o final da década de 1980, há uma ampliação dos estudos a partir de métodos experimentais e longitudinais com ênfase nas teorias da aprendizagem social, comportamentalista e um retorno dos estudos da psicologia genética piagetiana. Após esse período, há maior ênfase em aspectos interdisciplinares, ampliando as análises a partir da abordagem do ciclo vital (BEE,1997) e da bioecologia do desenvolvimento humano (BROFRENBRENNER, 2011), considerando influências de novos paradigmas na ciência, como a teoria sistêmica.

A Psicologia do Desenvolvimento tem revisto teorias e métodos diante das necessidades produzidas pelas próprias pesquisas e pelas críticas sobre os fundamentos epistemológicos e metodológicos nas ciências naturais e sociais (DESSEN e GUEDEA, 2005; SIFUENTES, DESSEN e OLIVEIRA, 2007). As críticas realizadas mencionam a necessidade de novos modelos explicativos sobre as mudanças nas trajetórias de vida. Primeiramente, sugerem ampliar os estudos sobre outros tempos da vida, deixando a concentração dos estudos nos primeiros anos de vida até a adolescência, para a abordagem do ciclo vital (Life Span Theory) e a incorporação da perspectiva sistêmica, considerado os sistemas complexos envolvidos na ontogenia dos processos evolutivos.

De acordo com Sifuentes, Dessen e Oliveira (2007) estas leituras atuais questionam o processo evolutivo como único e sugerem a ideia de trajetórias probabilísticas, baseadas nas relações entre variáveis de influências diversas, sobre as mudanças no curso da vida. Ainda há os que criticam a relação destas concepções de desenvolvimento a partir do contexto histórico que configura necessidades e valores que tem implicações sociopolítico e econômicas (LOPEZ NIETO e DOMENCQ, 2017).

Alguns princípios são destacados como sendo eixos fundamentais da ciência do desenvolvimento humano que exige uma abordagem interdisciplinar e, por consequência, sugerem o uso deste termo em vez de psicologia do desenvolvimento humano. Para Magnusson e Cairns (1996 apud DESSEN e GUEDEA, 2005) destacam-se sete princípios que norteiam as pesquisas sobre o desenvolvimento humano: a) funcionamento e desenvolvimento psicológico integrado (maturação, experiência e cultura); b) dinâmica contínua em interação com diversos contextos sociais e culturais; c) influências recíprocas entre subsistemas (cognitivo, afetivo, emocional, fisiológico, morfológico, conceitual e neurobiológico); d) regularidade no funcionamento psicológico; e) aceleração ou retardo nos processos de mudança; f) organização hierárquica: de sistemas elementares a mais complexos; g) transformações resultam de ações internas e externas aos organismos.

Estes princípios revelam profundas influências de aspectos biológicos (evolutivos), atualizados ou não, sobre as teorias psicológicas do desenvolvimento humano (DESSEN e COSTA JÚNIOR, 2005). Mais do que rechaçar estas leituras como um componente importante de explicações do processo, penso que elas devem não dirigir as explicações, mas estar em diálogo com as leituras sociais, econômicas, políticas e históricas que envolvem as experiências das(os) sujeitas(os) no curso de suas vidas. Estes princípios, embora pareçam considerar os aspectos contextuais do desenvolvimento humano e sua flexibilidade em termos de trajetórias, ainda mantém a preocupação principal com as descrições de regularidade e as explicações das mudanças em termos multifatoriais (de implicação determinista), bem como de um modelo de início e chegada no desenvolvimento psicológico durante as trajetória de vidas.

Mesmo considerando as contribuições destas perspectivas como mais dinâmicas, que incorporam elementos como o acaso e os desvios de rota no curso da vida, o pano de fundo epistêmico ainda trabalha com determinismos e dualismos em algumas explicações. Ao longo dos trabalhos de mestrado e doutorado (LEMOS-de-SOUZA, 2003 e LEMOS-de-SOUZA, 2008) foi possível entrar em contato com leituras de alguns temas emergentes, os quais vem de encontro à estas abordagens, e se coalizam com epistemes contemporâneas, situando novos problemas e temas para a Psicologia do Desenvolvimento, a partir das problematizações históricas e epistemológicas de teorias caras a este campo.

Podemos elencar, dentre eles, os debates sobre as relações entre cognição e afeto (SASTRE e MORENO, 2000; ARANTES, 2003) seja sobre o debate entre biologia e cultura nos processo de desenvolvimento (BURMAN, 1995 e 1998; CASTRO, 1996; LEWIS, 1999), seja sobre as redefinições de conceitos como os de cognição e atenção (MILLER, 2006; KASTRUP, 2004), de tempo e vida (LEWIS, 1999; KASTRUP, 1999). Todas elas implicadas em situar as produções destes temas em relação à normatização de sujeitos em instituições, bem como os processos históricos e políticos que envolvem essa produção.

Assim, a partir dos marcadores etários infância, adolescência, juventude e velhice, a Psicologia do Desenvolvimento construiu um programa em que definiu normas sobre as trajetórias do sujeito ao longo do tempo especialmente em relação aos processos cognitivos, linguísticos, afetivos, perceptivos, morais e outros que dimensionam o sujeito domínios de compreensão binários, lineares, regulares e universais (CASTRO, 1996; LEWIS, 1999; BURMAN 1995; BROUGHTON, 1987).

Lewis (1999) faz uma crítica aos modelos de desenvolvimento humano, baseado em teorias organicistas, que excluem o acaso e uma noção de temporalidade que tem a ver com a experiência da(o) sujeita(o). Contratando a ideia de desenvolvimento como fotografia e narrativa, sugere esta última como uma metáfora mais ética e com flexibilidade para promover mudanças, desde um modelo contextual, diante de determinismos sobre dificuldades ou atrasos no desenvolvimento. A narrativa, de acordo com as bases conceituais de uma psicologia cultural e contextual, surge como estratégia para ressignificar a complexidade das trajetórias de vida. Kastrup (1999) sugere uma releitura da cognição a partir do resgate de conceitos filosóficos dados por Henri Bergson e Gilles Deleuze, bem como, críticas aos modelos deterministas sobre os processos de mudança. Michael Lewis e Virginia Kastrup e inserem o acaso e a inventividade como elementos componentes dos processos vitais de mudança; trazem os desvios de rota, as discontinuidades, como processos que não podem ser patologizados e sim considerados viáveis de manter a atividade vital.

Outras leituras, desde perspectivas teórico críticas do contexto anglo-saxão (BROUGHTON, 1987, BURMAN, 1995), nos oferecem uma releitura das principais teorias e controvérsias teóricas na Psicologia do Desenvolvimento, produzindo problematizações sobre a questão etária: as idades como referência de práticas e teorias, bem como a crítica sobre a produção neoliberal das trajetórias de vida baseada numa teleologia e em etapismos. Criticam a natureza evolucionista desta disciplina e suas vinculações com a perspectiva moderna de ciência que opera disjunções e simplificações de relações entre eventos, tensionando as relações sujeito e objeto, natureza e cultura.

Burman (1995), especialmente, nos mostra como estas abordagens constituem poderosos recursos discursivos na regulação das mulheres e famílias, marginalizando a classe trabalhadora e as minorias étnicas, normalizando as configurações familiares ocidentais, de classe média e mães patologizadoras<sup>14</sup>. Nesta obra, a autora empreende leituras críticas das principais teorias de desenvolvimento humano, trabalhando a construção discursiva sobre a criança, a adolescência e suas características psicológicas baseadas em princípios universais, descontextualizados, que excluem as vozes de crianças e adolescentes em suas especificidades culturais, étnicas, de gênero, sociais e econômicas.

Esta área da psicologia tem como um dos eixos fundamentais para delinear suas explicações acerca dos processos de mudança as relações natureza e cultura. Esta relação é explicada a partir dos alicerces da ciência moderna, que polariza e cria um infundável debate sobre estes domínios e seus efeitos uns sobre os outros, mas desde o modelo de explicação moderno. Se aproveitando dos métodos das ciências naturais, sem os quais não se legitima como ciência para deixar de lado a história especulativa e filosófica que tenta expurgar de sua constituição, a Psicologia do Desenvolvimento é disciplina que trabalha com estas linhas duras na intenção de promover uma ciência psicológica.

Seu modo de produzir conhecimento e as implicações deste na produção de práticas psi tem fundamentado políticas públicas no campo da educação, da assistência social e da saúde que produzem,

---

<sup>14</sup> Em 2015 foi publicado na *Feminist & Psychology* (Deconstructing Developmental Psychology 20 years on: Reflections, implications and empirical work, 2015, n. 25 v. 3) um número comemorativo dos 20 anos da publicação de *Deconstructing the Developmental Psychology*, de autoria de Erica Burman. O presente livro tem o mérito de ser um dos que inauguram as perspectivas críticas sobre os fundamentos epistemológicos dos estudos do desenvolvimento humano, considerando perspectivas pós-estruturalistas e feministas.

muito mais exclusões e efeitos despotencializadores de forma de vida. Aproxima os desvios de rota patologias e outras anomalias que geram práticas de retomada de caminhos reguladores e normatizadores da vida. Seja nas explicações biologizantes, localizadas no corpo, na célula, no gene ou no cérebro, seja nas explicações contextuais, culturais, de valores ela purifica.

Sem generalizar a disciplina nestes procedimentos e fundamentos, este é o modo como a Psicologia do Desenvolvimento vem se configurando em mais de 100 anos de sua existência, quando a busca pelas regularidades dos processos de mudança na criança disparou modos de fazer e saber sobre a mesma e, conseqüentemente, criaram estratégias de controle e normatização da vida (FOUCAULT, 1988; BURMAN, 1995).

Destacamos neste grupo as críticas ao programa da Psicologia do Desenvolvimento àqueles que partem do gênero como dispositivo de problematização da ciência do desenvolvimento humano. Especialmente os trabalhos de Gilligan (1993) nos chamaram a atenção como um exemplo do gênero, a partir da perspectiva feminista, como crítico da modernidade contida no programa da Psicologia do Desenvolvimento.

Rosser e Miller (2003) apresentam em seu estudo as contribuições de dez teorias feministas (liberal, pós-moderna, existencialista, essencialista, radical, psicanalítica, étnica africana-americana, pós-moderna, pós-colonial e ciberfeminista) para a perspectiva de estudos na psicologia do desenvolvimento humano. Entretanto, as incursões feitas pelas autoras apontam que estas teorias não exploram em profundidade as possibilidades epistêmicas dos feminismos sobre os processos de mudança. Em geral, apontam que estas leituras lutam por uma explicação dos processos de mudança que considerem as experiências de meninas e mulheres.



O trabalho de Miller (2006) sugere uma imersão dos feminismos sobre os estudos dos processos de mudança nas diferentes idades. Nele faz uma crítica aos estudos feministas como adultocêntricos, destacando a necessidade de se realizar mais estudos sobre outros marcadores etários. Seu trabalho incursiona sobre a crítica de três referenciais importantes nesta disciplina: o sociocultural, o piagetiano e a core-knowledge theory<sup>15</sup> e tece considerações sobre as contribuições destas teorias do desenvolvimento mais recentes sobre o feminismo, na intenção de uma outra teoria que fundamente questões dos feminismos.

Em artigo sobre a teoria feminista e o desenvolvimento cognitivo de crianças Miller e Scholnick (2015), parte de princípios destacados por Burman (1995) sobre a crítica feminista da psicologia do desenvolvimento, para o estudo da cognição em crianças. Seus argumentos se aliam e leituras importantes dos feminismos sobre o conhecimento: a perspectiva contextual que parte da experiência concreta das crianças, escapando de uma afirmação genérica, abstrata e universal das funções cognitivas das crianças, que nas ciências do desenvolvimento tradicional o final é o modelo do funcionamento cognitivo da criança branca, euroamericana. Decorrente dessa visão, os modelos de intervenção parental e educacionais, que visam o desenvolvimento da cognição, se deslocam das necessidades concretas das crianças.

Jacklin e MacBride-Chang (1991) tem como onjetivo pensar como o gênero foi e tem sido trabalhado nas produções sobre

---

<sup>15</sup> A core knowledge theory tem como pressuposto teórico que existem capacidades básicas inatas para conhecer e aquelas que são adquiridas. Se preocupa em diferenciar estes tipos de capacidades sobre diferentes aspectos psicológicos, inclusive os papéis de gênero. Existem muitos estudos dedicados a investigar a cognição, a linguagem e a resolução de problemas. Uma perspectiva de análise é a comparação destas capacidades inatas e adquiridas com outros as capacidades de outras espécies (para um quadro mais preciso da core knowledge theory ver SPELKE, 2000).

Psicologia do Desenvolvimento? Sobre este tema discutiram os efeitos dos feminismos na Psicologia do Desenvolvimento, mas especificamente sobre o tema da construção de diferentes papéis sexuais e de gênero, de modo a situá-los longe de binarismos. No entanto, vale-se de referenciais construídos no interior da própria Psicologia do Desenvolvimento por algumas feministas.

O trabalho de Miller situa como contribuições aos feminismos contemporâneos conceitos contidos no programa duro da Psicologia do Desenvolvimento cunhados na ciência moderna. O trabalho de Jacklin e MacBride-Chang, faz o mesmo caminho, ao ter como referências para as explicações sobre o gênero, as pesquisas construídas em bases estruturalistas.

Worrel (2000) busca compreender as epistemes feministas na Psicologia e o papel de uma psicologia feminista, em oposição a uma psicologia da mulher, na construção de novos métodos, técnicas, objetos e objetivos na psicologia. Nesta perspectiva de feminização da psicologia, Worrel, destaca a potencialidade de construções teóricas mais próximas das experiências de mulheres, como as de Sandra Bem e Carol Gilligan.

Erica Burman (1998) apresenta um contraponto a Worrel. Para contribuir ainda às críticas feministas ao estudo do desenvolvimento humano pela psicologia apresenta uma a necessidade de desconstrução da própria psicologia feminista. No fluxo dos debates no interior dos próprios feminismos, entende que alguns deles reforçam binarismos e lugares demarcados de cisão entre o masculino e o feminino, oferecendo a necessidade de desconstruir uma ideia de disciplina ou área como psicologia feminista, pois ela pode tender a operar com as dicotomias e determinismos produzidos o modelo racionalista e moderno de ciência.

Sabemos que há um predomínio, na Psicologia, da produção de pesquisas sobre os feminismos e o gênero na psicologia a partir do programa empiricista (NOGUEIRA, 2001). Este se refere ao modelo tradicional de pesquisa em que as cientistas “identificam o sexismo e o androcentrismo como vieses sociais que podem ser corrigidos pela estrita adesão às normas da pesquisa científica” (NOGUEIRA, 2001, p. 139). Neste, duas abordagens emergem: a essencialista e a da socialização. Na abordagem essencialista, sexo e gênero são equivalentes, uma propriedade estável, inata e bipolar da diferenciação sexual. Desse modo, ela determina a expressão e a qualidade dos comportamentos humanos como a cognição, a afetividade e o julgamento moral, por exemplo. Na abordagem socializante, muda-se o foco da biologia para a socialização, situando o gênero como produto das relações sociais do contexto de vida do indivíduo. Portanto, para essa perspectiva, o gênero é uma característica aprendida e modelada, não sendo de origem inata.

Algumas críticas podem ser feitas a estas abordagens de acordo com Nogueira (2001). A primeira localiza na biologia a origem das características de gênero e a segunda, apesar de ressaltar o caráter cultural e social do gênero, utiliza a polarização convencional do feminino e do masculino. O empiricismo refere-se também a propriedades fundamentais e persistentes do gênero separadas da experiência de vida (não necessariamente de origem biológica). A prescrição e a modificação do comportamento de gênero são outros aspectos que podem ser criticados. Sendo possível a modificação do comportamento de gênero, a tendência é utilizar os conceitos formulados para modelar comportamentos femininos e masculinos estereotipados e correspondes ao esperado pelo sexo biológico.

Por fim, Nogueira aposta no denominado programa pós-moderno das ciências, no qual se busca a rejeição do determinismo e

do dualismo oferecido pelo programa de pesquisas do modelo empiricista. Este último valoriza a busca de uma verdade geral e absoluta, já o primeiro “aceita a multiplicidade, a incoerência e o paradoxo, tudo o que os paradigmas positivistas sempre excluíram” (NOGUEIRA, 2001, p. 145). Sobre ambos, existem implicações na produção de práticas psi. As produções de cada uma delas podem e tem fundamentado políticas públicas no campo da educação, da assistência social e da saúde. Tanto podem romper quanto manter modelos que produzem muito mais exclusões e efeitos despotencializadores de forma de vida.

Diante deste quadro sobre psicologia do desenvolvimento, gênero e feminismos, parecem ser abertas duas rotas. Uma delas é pensar a psicologia do desenvolvimento desde as epistemes feministas e problematizar os fundamentos teórico e metodológicos; o modo de fazer e pensar a pesquisa. Outra é traçar como o gênero, sendo objeto de problematização dos estudos (pós)feministas e queer, pode ser teorizado a partir de aproximações com os marcadores etários numa perspectiva da mudança. Este primeiro é o que propomos ao analisar o nosso próprio percurso como pesquisador neste trabalho. No entanto o segundo, é também uma nova frente, ao considerarmos as formulações atuais dos feminismos e dos estudos queer, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico na psicologia do desenvolvimento. A interseccionalidade (OLIVEIRA, 2010), por exemplo, também tem sido conceito estratégico para contemplar as necessidades dos temas e problemas elencados pelas pesquisas sobre/com gêneros e os feminismos.

No próximo capítulo será proposto um itinerário das pesquisas com a finalidade de mapear e problematizar a produção da Psicologia do Desenvolvimento, considerando as contribuições dos estudos de gênero e feministas. Proponho analisar a um conjunto de

trabalhos produzidos e orientados por mim dentre os anos de 2008 e 2016, no sentido de apontar as aproximações e distanciamentos do empiricismo feminista, da ciência ou ponto de vista feminista, e da alternativa feminista (HARDING, 1987; 1993) no campo da psicologia do desenvolvimento. Desde essas leituras possíveis buscase também a produção de outros modos de saber/fazer pesquisa em psicologia, assumindo perspectivas políticas e éticas que se aproximam de demandas referendadas também pelos marcadores etários.

#### IV.

## JUVENTUDES, GÊNERO E MORALIDADE: PISTAS FEMINISTAS NA PROBLEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO COGNIÇÃO E AFETIVIDADE<sup>16</sup>

Neste capítulo tratarei de comentar as pesquisas que realizei e orientei sobre o campo da psicologia moral, tendo como foco os jovens<sup>17</sup>. Denomino esta primeira fase como aquela em que o gênero operou como elemento crítico da psicologia do desenvolvimento humano, trazendo à tona a perspectiva de gênero, desde as mulheres, pressupondo a correspondência sexo-gênero nas investigações, enquanto categoria mais cultural e biológico-sexual do que performática, portanto mais próxima das considerações empiricistas feministas. O interesse por este campo de investigações surgiu desde minhas incursões sobre a psicologia genética piagetiana. Compreender como o conhecimento social era possível no sujeito e ainda como esse conhecimento era constitutivo da possibilidade do sujeito ético, tornava um campo de investigações desafiador diante

---

<sup>16</sup> Como já explicitado no capítulo I deste texto, apresentarei textos já publicados e outros ainda inéditos sobre estas pesquisas. Alguns textos têm extensas análises quantitativas com gráficos e tabelas. Não é minha intenção retomar estes dados desta mesma maneira na íntegra. Comentarei as pesquisas realizadas a partir dos dados qualitativos decorrentes das análises das pesquisas e destacarei aqueles que são mais pertinentes à proposta deste trabalho.

<sup>17</sup> Optamos por utilizar o termo juventude, em vez de adolescência, para identificar o tempo da vida que foi nossa preocupação de estudos por todo este tempo. Tal propósito deve-se ao campo epistemológico de questionamento sobre a adolescência diante da sua captura pela psicologia, psicanálise, criminologia e psiquiatria (COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO, 2005). Estas questões serão discutidas ao longo do texto, principalmente no capítulo VI.

das realidades vividas naquele momento na sociedade brasileira: a violência cometida e vivida por adolescentes e jovens.

As pesquisas que apresentarei foram pensadas e produzidas a partir do contexto vivido no início dos anos 2000, com mais de dez anos de Estatuto da Criança e do Adolescente. Naquele momento havia um debate intenso em diversos setores da sociedade sobre o adolescente autor de infração. Os altos índices de violência cometidos por jovens e as dificuldades em se efetivar as medidas socioeducativas como forma alternativa à exclusividade da privação de liberdade, geravam estudos e pesquisas sobre o perfil do jovem autor de infração, os contextos de educação necessários para a construção de valores éticos, estudos sobre o contexto social produz e mantém a violência.

A psicologia era inquirida a dar respostas a esta realidade de adolescentes e jovens. Nas suas diferentes áreas de investigação, eram várias as explicações e sempre procurando compreender o sujeito que comete delitos por múltiplos fatores. A terminologia adolescente infrator ou delinquente era problematizada, pois era um adjetivo que atribuía ao adolescente e ao jovem uma essência violenta, algo que está relacionado ao caráter. O discurso crítico corrente era a de se pensar ele como em processo, em desenvolvimento, portanto, em construção.

Por estes anos ainda, destaca-se um movimento crescente de discussão sobre a violência de gênero e a homofobia na escola estavam em pauta. As discussões que desembocaram na lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) e das políticas públicas de combate à homofobia<sup>18</sup> na sociedade (notadamente na

---

<sup>18</sup> Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia” foi um documento publicado em 2004 para o delinear políticas públicas de

educação escolar), ganharam fôlego e foram gatilhos de uma série de pesquisas, dentre as quais algumas que se transformaram em publicações (LEMOS de SOUZA, 2008; LEMOS de SOUZA, 2004; LEMOS de SOUZA et al, 2010; ANDRADE e LEMOS de SOUZA, 2012; LEMOS de SOUZA, 2012). As juventudes tornam-se foco de políticas públicas de intervenção na saúde, na educação, na segurança, no trabalho (NOVAES e VANNUCHI, 2003).

A psicologia moral, como campo que trata da construção do sujeito ético ou moral, poderia trazer contribuições importantes, tanto para conhecer o funcionamento do sujeito moral quanto para fornecer pistas para a produção de processos e contextos educativos que possibilitassem a construção de valores democráticos. Incursionei nesse campo buscando estas pistas para compreender o funcionamento psicológico dos jovens que cometem delitos no mundo contemporâneo, sofrem e cometem homofobia e violência de gênero. Especificamente, quais os valores, sentimentos e juízos envolvidos nas suas decisões diante de conflitos morais, bem como o papel do gênero nessas decisões.

Adentrar nesse campo da psicologia é se deparar com um universo de debates sobre várias questões teóricas e metodológicas. Tendo grande contribuição das perspectivas cognitivo-evolutivas (PIAGET, 1932/1994; KOHLBERG, 1992), a psicologia da moralidade, nessa perspectiva buscava a ideia de um sujeito moral universal definido pela racionalidade como meio e a justiça como valor central das decisões morais. Sustentava a ideia de uma

---

promoção da cidadania LGBT. Desdobrou-se em ações no campo da saúde, da educação e da segurança pública. No entanto, com as políticas de banimento dos gêneros e das sexualidades perpetradas pelas bancadas de cunho religioso radical e de extrema direita foram deixando de se tornar prioridade de governo, nunca sendo, de fato, uma política de estado.



progressão evolutiva da moralidade, descrita em tendências, estágios ou etapas, com um telos no qual uma excelência moral era descrita.

As interrogações provocadas por esta perspectiva foram realizadas por vários autores que vão desde releituras para ampliação dos conceitos de moralidade e sujeito proposto, até as críticas pós-modernas (CAMPBELL e CHRISTOPHER, 1996). Algumas destas leituras tem as contribuições de epistemes feministas nos resultados e metodologias desenvolvidas pelos pesquisadores da moralidade, nas quais a ciência moderna, a racionalidade, a justiça e universalismo produziram um modelo de sujeito abstrato e distante da experiência e da vida concreta das pessoas que tem gênero, sexo, raça, idades, classe social etc.

As principais questões que suscitam outras leituras sobre a moralidade referem-se as descontinuidades entre juízo e ação moral que levaram pesquisadores a relativizar o papel da justiça e da racionalidade como princípios exclusivos das decisões morais. Surgem modelos teóricos e alternativas metodológicas de investigação sobre o papel da afetividade e da cultura na construção da moralidade. Foi por estes caminhos que as pesquisas que apresentarei percorreram, e podem nos fornecer pistas sobre quais epistemes feministas estão em diálogo nas críticas e na construção de conceitos e novos modos de investigação sobre a moralidade de adolescentes e jovens.

#### **4.1 Jovens e violência: estudos sobre as relações entre juízos, valores e ação moral**

Tratarei aqui de situar a discussão sobre algumas das questões do feminismo nas ciências e nos estudos em psicologia, em especial da psicologia moral: a razão como atributo psicológico que

deve ser conquistado pelo sujeito para ser moralmente competente; a busca de uma moralidade universal que seja o fim de todo o processo de construção da moral no sujeito; a valorização da ideia de continuidade entre juízo e ação moral, a partir do domínio de competências morais racionais. As críticas feministas operam deslocamentos nestas afirmações quando: a) alertam para a afetividade como componente dos processos de construção do sujeito moral (GILLIGAN 1993); b) ressaltam a necessidade de se pensar o sujeito concreto e não universal na explicação da moralidade (BENHABIB, 1992); c) quando incorporam em suas análises do sujeito moral as descontinuidades e, portanto, a multiplicidade de caminhos na construção de valores (CAMPBELL e CHRISTOPHER, 1996).

Estes temas são trabalhados neste capítulo a partir da interlocução entre três textos (LEMOS de SOUZA e VASCONCELOS, 2003; LEMOS de SOUZA e VASCONCELOS, 2009; VASCONCELOS et al, 2010). No primeiro deles apresentei a pesquisa desenvolvida sobre a moralidade de adolescentes autores de infração a partir da perspectiva da teoria dos modelos organizadores do pensamento. Neste estudo, encontramos diferentes formas dos adolescentes resolverem a situação de conflito, desvelando sentimentos e valores que fogem do modelo de justiça e racionalista (masculina) da perspectiva cognitivo evolutiva. No segundo, foi trabalhado o problema teórico das relações entre juízo e ação moral, relacionada ao tema do adolescente autor de infração, no debate em psicologia moral. Nesse debate, várias perspectivas buscam elementos de análise para compreender as continuidades ou descontinuidades sobre os juízos de realidade e os juízos de valor. É tensionado, nos estudos em psicologia moral, o papel da afetividade e dos conteúdos da situação

que a acionam o que está envolvido em pensar e agir moralmente. No terceiro, foram elencados um conjunto de pesquisas desenvolvidas a partir da teoria dos modelos organizadores do pensamento e suas contribuições nos estudos da moralidade humana, notadamente sobre o papel da cognição e da afetividade.

Em Lemos de Souza e Vasconcelos (2009) esboçamos um quadro dos estudos sobre a moralidade em psicologia que debate a relação entre juízo e ação moral e os desdobramentos deste sobre o campo de investigação. Iniciamos com a análise do livro *Juízo Moral na Criança* (1932/1994), considerada obra inaugural sobre os estudos psicológicos sobre a moralidade, Jean Piaget se propõe abordar cientificamente a moral, retirando-a do campo especulativo das filosofia.

Para Piaget a moral é um sistema de regras que respeitamos. Sua preocupação foi a de descobrir o desenvolvimento do respeito a regras, ou o modo como a consciência se obriga a respeitá-las. Piaget adverte que se propõe a investigar a consciência moral no que diz respeito ao juízo e não aos comportamentos ou sentimentos morais. Investigou o jogo de bolas de gude entre os meninos e, e entre as meninas, o de “pique”. Sobre estas últimas não há comentários além de uma nota explicativa sobre o desenvolvimento moral inferior das meninas, a partir da menor complexidade de suas brincadeiras.

Mediante observação, entrevistas clínicas e mesmo jogando com as crianças, Piaget observou que existem mudanças na maneira como as crianças pensam e praticam as regras do jogo. Existem dois níveis de análise propostos por Piaget sobre o juízo: o pensamento verbal teórico (sobre situações hipotéticas) e o pensamento moral efetivo (sobre situações reais). O pensamento moral verbal teórico seria uma tomada de consciência das reflexões do pensamento efetivo na vivência de situações de conflito pelo sujeito. Assim, o

pensamento verbal teórico retoma fatos e elementos destacados pelo pensamento no decorrer da ação.

A filosofia moral kantiana influencia toda obra de Piaget, notadamente os elementos que elege no seu trabalho sobre a moral, tais como: a noção da justiça, os deveres e as obrigações morais e a razão como principal aspecto da moralidade. Assim como Kant, ele afirma a origem do respeito à regra como uma necessidade racional, lógica. A razão daria a liberdade (autonomia) em relação às pressões sociais e grupais. Liberdade esta necessária para o sujeito usar sua consciência moral. Porém, Piaget opõe-se ao filósofo, quando considera que essa razão é construída na experiência, na ação e na interação do sujeito, e não a priori. Portanto, as normas e regras decorrentes da utilização da razão são oriundas da cooperação, da elaboração conjunta das mesmas pelos indivíduos, sendo válidas se todos as respeitarem.

O paralelismo entre o desenvolvimento moral e a cognição é afirmado na obra piagetiana através da sua fórmula: “a lógica é uma moral do pensamento assim como a moral é uma lógica da ação”. Nesse sentido, segundo Freitag (1992), Piaget procura unir razão prática e razão teórica, cuja divisão foi realizada por Kant. Em sua posição, Piaget afirma a possibilidade de o desenvolvimento do pensamento hipotético dedutivo orientar e esclarecer decisões no âmbito da moral. Entretanto, o este formalismo não nega o conteúdo como indispensável à construção da moralidade. As relações sociais, polarizadas nos dois tipos - coação e cooperação -, agregam valores, sentimentos e outros fatores que são próprios à cultura e determinam a qualidade da experiência moral dos indivíduos.

No enfrentamento dos problemas como a violência e os atos que ferem a sustentação da vida em sociedade, a inteligência é fator

necessário, embora não seja suficiente, já que indivíduos intelectual e moralmente desenvolvidos, no plano dos juízos, podem utilizar essa inteligência para interesses próprios. É inegável, portanto, mesmo para a abordagem de Piaget sobre a moralidade, que outros fatores como os valores, as crenças, os sentimentos também estão envolvidos no funcionamento psíquico que atua sobre os juízos e as ações morais. Embora ele afirme que a moral deva ser construída sobre os alicerces da racionalidade.

As ideias piagetianas sobre a psicogênese da moralidade atravessaram décadas e foram retomadas por diversos pesquisadores, mas foi o psicólogo Lawrence Kohlberg que se tornou notório em suas investigações acerca da moralidade, ampliou e criou outra tipologia de tendências morais a partir das elaboradas por Piaget, consolidou perspectivas teóricas e práticas e influenciou diversos estudos subsequentes.

Kohlberg iniciou suas pesquisas sobre a moralidade a partir de sua tese de doutorado, publicada em 1958, na qual buscava verificar a continuidade do desenvolvimento do juízo moral na adolescência e idade adulta. Ele considera um pressuposto contido na tese piagetiana: a existência de uma evolução natural do pensamento moral que se dá em estágios invariantes. O fato intrigante era de que os estágios de autonomia eram dificilmente encontrados em idades posteriores aos descritos por Piaget, acreditando, portanto, que o trajeto até a autonomia deveria percorrer um caminho mais longo.

Ele utilizou em suas entrevistas dilemas morais hipotéticos nos quais solicitava do sujeito a resolução do conflito proposto e a justificativa de suas respostas. Um exemplo é o dilema de Heinz, no qual o personagem, com sua mulher doente, diante da impossibilidade de obter o único remédio que a curaria, é colocado

em situação de conflito quando se vê na condição de ter que decidir entre dois valores: o direito à propriedade ou o direito à vida humana. A escolha do primeiro implica não roubar o remédio do farmacêutico que o possui e deixar de salvar a vida de sua mulher; a escolha do segundo salvaria sua mulher, embora tivesse de cometer uma ação considerada criminoso na sociedade em que vive.

Fiel à vertente estruturalista no campo da psicologia da moralidade, assim como Piaget, Kohlberg estava interessado no estudo do juízo moral de estrutura, e não de conteúdo. O juízo moral de conteúdo é revelado a partir da escolha da resposta ao dilema. O juízo moral enquanto estrutura, por sua vez, se refere à argumentação ou à justificativa para a escolha realizada. Como esclarece o próprio Kohlberg, quando falamos da forma de um estágio nos referimos só à estrutura de justiça, que se compõe de operações de justiça e do nível perspectiva social conquistada a partir da qual se fazem os juízos morais prescritivos.

A partir de suas pesquisas, ele formulou a tese de que eram seis os estágios pelos quais descreveu o juízo moral, da infância até a idade adulta. Num primeiro momento, definiu esses estágios como orientações do pensamento (KOHLBERG, 1992, p. 35), considerando que era necessária a ampliação das amostras, dos estudos longitudinais e ainda das investigações interculturais.

Empreendeu pesquisas sobre a moralidade do adolescente e do adulto durante mais de três décadas (60, 70 e 80), em conjunto com diversos colaboradores, que buscavam validar o caráter de universalidade e de sequencialidade dos seis estágios evolutivos. Este empreendimento resultou na elaboração de três níveis de moralidade, agrupando dois estágios cada um, num total de seis estágios que se sucedem evolutivamente, sendo o último mais complexo e mais adequado em relação ao primeiro. Tais níveis e

estágios são definidos segundo a perspectiva moral (o que é correto e as razões para agir corretamente) empregada pelo sujeito e a perspectiva social na qual se fundamenta sua argumentação (KOHLEBERG, 1992). Na passagem de um nível para outro, bem como de cada estágio para outro, observam-se elementos de transição que apontam para a sequencialidade dos níveis que tendem a um progressivo equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade.

Assim, o desenvolvimento moral para Kohlberg (1992) dá-se em estágios estruturados das noções de justiça, que são construídos em função das interações sociais, além de organizarem e serem organizados pela sociedade em que o sujeito vive. É na interação entre as condições internas (maturidade do sistema nervoso, níveis do desenvolvimento cognitivo) e externas (possibilidade de assumir papéis ou mudar de perspectiva) que o sujeito avança em cada estágio e torna-se capaz de construir modos de pensar e raciocínios morais mais avançados que os anteriores.

Kohlberg não exclui o desenvolvimento paralelo das estruturas cognitivas e as do desenvolvimento moral. Ele afirma que existe uma relação entre ambas, concordando com as proposições de Piaget, e transpondo a ideia piagetiana de *hard stage* sobre o desenvolvimento cognitivo para o desenvolvimento do juízo moral. A capacidade de formar juízos mais evoluídos necessita não só do conhecimento das regras e normas, mas também do desenvolvimento de estruturas cognitivas, o que possibilita a descentração e a coordenação de perspectivas, necessárias ao avanço no juízo moral, pois permite a comparação, o estabelecimento de relações, a hierarquização e a classificação dos elementos envolvidos. No entanto, o desenvolvimento cognitivo é necessário, porém não suficiente para o desenvolvimento moral.

Esta tese é desenvolvida por ele em estudos sobre adolescentes autores de infração. Cabe ressaltar que as pesquisas sobre o desenvolvimento moral de adolescentes autores de infração têm várias perspectivas de análise<sup>19</sup>. Entretanto, trabalharei apenas desde esse referencial tendo em conta a proposta de discussão sobre as epistemes feministas geradas no interior desse referencial, que será visto mais adiante.

No Brasil, dentre os estudos sobre o desenvolvimento moral do adolescente autor de infração, destacamos na pesquisa realizada, desde estes referenciais, os que foram desenvolvidos por Bzuneck (1979) e Koller (1989). Bzuneck (1979), ao realizar um estudo sobre a moralidade de adolescentes infratores e não-infratores, procurou verificar se existia diferença entre o nível de julgamento moral apresentado por estes dois grupos. Com base nas ideias de Kohlberg e a partir da análise das respostas dadas pelos sujeitos, Bzuneck pôde constatar que a maioria da população de infratores pesquisada tem níveis de julgamento inferiores (pré-convencional – estágio 2) aos de adolescentes não infratores (convencional - estágio 3).

Já Koller (1989), com o objetivo de verificar se existia diferença entre os níveis de julgamento moral dos adolescentes infratores e não infratores institucionalizados (internos em

---

<sup>19</sup> Destacam-se, principalmente, três tendências teóricas. A maior parte tem como referência a perspectiva cognitivo-evolutiva de Lawrence Kohlberg, baseando-se nos níveis evolutivos descritos por esse autor e nas suas propostas de educação moral. Outra perspectiva refere-se à moral pró-social de Nancy Eisenberg, que tem como objetivo analisar o desenvolvimento da moral através do raciocínio sobre situações que envolvem atitudes altruístas e de colaboração com o outro (EISENBERG, 1979). Com esse enfoque, aparecem pesquisas sobre a eficiência de ações preventivas nas escolas e em outros espaços de interação do adolescente e do adolescente autor de infração (por exemplo: CARLO, EISENBERG & KOLLER, 1998). Também aparecem, com frequência, análises da moralidade sob a perspectiva psicanalítica. Estas buscam compreender a constituição egóica dos sujeitos e sua relação com a transgressão e a violência (por exemplo: AL-FALAI, 1992.)



programas de assistência social), aplicou o Moral Judgement Interview (Entrevista de Julgamento Moral), de Kohlberg, em 40 sujeitos nessas condições, de nível socioeconômico baixo, com idade média de 16 anos e que cursavam o ensino fundamental. Desses, 20 (10 meninas e 10 meninos) eram infratores e 20 (10 meninos e 10 meninas) eram não-infratores, em situação de orfandade. Os resultados que obtive são semelhantes aos de Bzuneck (1979) e de outras amostras americanas. Os dados mostraram que os adolescentes não-infratores tinham nível de desenvolvimento mais alto que o dos infratores, sendo que a maioria se encontrava no estágio 2 – da moralidade pré-convencional.

Os resultados e o referencial utilizado nessas pesquisas levam a entender que o nível de desenvolvimento moral dos adolescentes autores de infração está situado no estágio-2 do nível pré convencional kohlberguiano. Esse estágio se define pela moralidade que se orienta pelo individualismo com finalidade instrumental. O sujeito que se encontra nesse estágio considera válida ou correta a regra ou a lei que traz favorecimento para si ou para outrem, ou ainda, que resulte numa compensação ou numa troca.

O comprometimento com os valores de um grupo ou de uma sociedade somente é efetivado se dentro desses parâmetros de julgamento. Para essa linha de análise, o desenvolvimento cognitivo do adolescente que se encontra nesse estágio se encontraria nos níveis mais baixos, próximo de um nível operatório concreto, em cujas ações ainda predominaria o pensamento egocêntrico. Assim, dependendo da situação e dos conteúdos envolvidos, as representações dos sujeitos variam, sendo menos ou mais complexas. Nesse sentido, a vertente utilizada por Bzuneck e Koller nos parece incompleta para o estudo dos pensamentos ou raciocínios morais.

Algumas das críticas a respeito deste referencial explicativo, sobre as relações entre juízo e ação moral, tem como fonte no debate feminista de uma ciência masculinista, que privilegia o desenvolvimento da moralidade a partir do domínio e uso da razão nas decisões morais. Junta-se com a proposta universalista baseada nestes recursos operatórios da consciência. As críticas voltadas sobre essa perspectiva de análise salientam que o desenvolvimento do raciocínio moral não pode ser descrito apenas alicerçado nos recursos operatórios e/ou analisado exclusivamente num princípio ou valor como a justiça (GILLIGAN, 1993; SASTRE & MORENO, 2000; ARANTES, 2000).

Na busca de novos referenciais que pudessem auxiliar na compreensão dos processos cognitivos e afetivos envolvidos na moralidade e na complexidade da relação entre juízo e ação moral, desenvolvemos uma investigação com adolescentes autores de infração que frequentavam medias socioeducativas em meio aberto entre os anos de 2001 a 2003 (LEMOS de SOUZA e VASCONCELOS, 2003).

Esta investigação teve como pano de fundo teórico metodológico a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (MORENO et al, 1999). Esta perspectiva de análise dos processos cognitivo-afetivos diante do modo como o sujeito compreende a realidade tem sua origem nas críticas às ciências modernas e sugere a reformulação de suas bases na direção de uma ciência que avance da regularidade para a complexidade.

Questionamentos dessa natureza já foram anunciados por algumas ciências, como a Física e a Biologia, diante da impossibilidade de explicar fenômenos com base no pensamento tradicional científico. Na Psicologia, os fenômenos psicológicos, notadamente os da cognição, foram estudados quase exclusivamente pela via da

regularidade, muitas vezes sendo considerados como verdade e como naturais.

No entanto, já sabemos que esse caminho é insuficiente e que o fenômeno psicológico tem várias faces. É necessário, também, trilhar o caminho da diversidade e da complexidade e, uma vez descrita a regularidade, buscarmos as explicações na mudança (MORENO et al, 1999).

Desde quando a Psicologia passou a estudar o ser humano enquanto sujeito que evolui, incluiu na esfera psicológica a ideia de mudança. Mas em toda mudança há algo que permanece, e a conjugação da permanência e da mudança aumenta a complexidade dos novos fenômenos que se vislumbram, "urgindo a necessidade de modelos capazes de descrever e interpretar simultaneamente o que permanece e o que muda, isto é, capazes de dar conta da complexidade" (MORENO et al, 1999, p.16-17). Dentro do paradigma da complexidade é que está a raiz da Teoria dos Modelos Organizadores.

A complexidade dos modelos organizadores pressupõe relações entre estrutura e conteúdo e é composta pela realidade objetiva e subjetiva construída pelo sujeito. Segundo Moreno et al (2000), os modelos são elaborados na interação do indivíduo com o meio, que atua como um regulador da atividade cognitiva. O sujeito - ativo nesse processo - assimila os dados de uma situação concreta e atribui significado e uma função a eles, construindo um modelo para explicar a situação.

Nesse sentido um modelo organizador é um conjunto de representações que o sujeito abstrai elementos de uma situação (presentes nela ou não) a partir dos quais cria significados e implicações que lhes permite interpretar e agir sobre problemas e conflitos no cotidiano.

O contexto de experiência é fundamental no processo de seleção de elementos de uma situação observada. Não são retidos todos os elementos possíveis a respeito da situação; somente aqueles a que se atribui significado e que podem ser relacionados entre si mediante uma organização. Isto também não quer dizer que o sujeito desconheça os outros dados da situação, somente que não são considerados como representativos dela. Distinguir uma propriedade ou abstrair um dado de determinado objeto ou de uma situação é diferenciá-lo do conjunto de dados presentes – o que traz implícita uma atribuição de significado. O processo de abstração de um dado traz consigo a sua significação e as implicações para a ação.

Portanto, Moreno et al (2000), um modelo organizador pode ser descrito a partir de duas ideias básicas: (a) são modelos de realidade; e (b) são construídos pelo sujeito no processo de apropriação do conhecimento. São modelos de realidade porque se constituem produto da representação da realidade de fato elaborada pelo sujeito. O termo “realidade” utilizado pelas autoras ressalta a diferença que elas fazem de realidade objetiva e subjetiva. A primeira é aquela que serve de referência aos modelos organizadores, e a segunda é o que o sujeito compreende da primeira.

Num texto que pude escrever com colegas especialistas nessa perspectiva, realizamos uma avaliação das principais contribuições dela para o estudo da moralidade e do funcionamento cognitivo (VASCONCELOS et al, 2010). Cabe destacar, antes de tudo, que as bases críticas dessa perspectiva se assentam na defesa da complexidade como componente dos processos psicológicos; da necessidade de alternativas de análise da relação entre cognição e afeto, portanto sobre a possibilidade de se considerar nesta a presença e descrição dos conteúdos e recursos operatórios envolvidos no modo como construímos significados sobre a realidade.

Outros trabalhos, como os de Arantes (2003), Pavón (2002) e Sastre e Moreno (2000) concluíram que a Teoria dos Modelos Organizadores tem contribuído para a compreensão da relação entre afetividade e cognição no âmbito da moralidade, bem como para o entendimento de tipos de raciocínio utilizados pelos sujeitos na resolução de conflitos morais, por permitir a visualização dos conteúdos utilizados. Em sua tese de livre docência (ARANTES, 2013), abordou ainda o desenvolvimento teórico metodológico sobre a análise dos modelos organizadores em diversas produções acadêmicas, sugerindo uma análise mais próxima da microdinâmica do funcionamento cognitivo.

Há demandas epistemológicas feministas presentes nessas proposições da teoria dos modelos organizadores. Primeiramente, esta perspectiva sugere a necessidade de agregar a concretude e as experiências das/os sujeitas/os no modo como interpretam seu cotidiano. Existe também, na relação do pensamento operatório com a afetividade, a demanda feminista de incorporação dos afetos, da cultura e da experiência (dos conteúdos) sobre os processos de conhecer<sup>20</sup>. Embora tenha a intenção de atender estas demandas, ainda percebe-se uma imersão numa perspectiva epistemológica feminista de agregação da perspectiva de gênero, desde a experiência das mulheres, como recurso para se ampliar a análise dos fenômenos psicológicos, como mencionados por Nogueira (2001) e Saavedra e Nogueira (2006).

---

<sup>20</sup> Monserrat Moreno e Genoveva Sastre, idealizadoras da teoria dos modelos organizadores do pensamento, são professoras eméritas da Universita de Barcelona e desenvolveram diversas pesquisas sobre as temáticas de gênero buscando intervenções educativas e psicológicas diante da violência contra as mulheres. Sua militância feminista fica explícita em diversos destes trabalhos, como: *Resolução de conflitos e aprendizagem emocional: gênero e transversalidade* (2002), *Como se ensina a ser menina* (MORENO, 1999), *Amor, cooperación y conflicto* (SASTRE e MORENO, 2011). *Amor y Política* (SASTRE e MORENO, 2015).

Neste momento, estes eram referências potentes que me ofereciam ferramentas para produzir deslocamentos nas análises sobre os aspectos psicológico morais de adolescentes autores de infração. Na pesquisa que realizei (LEMOS de SOUZA e VASCONCELOS, 2003) foi investigado os modelos organizadores aplicados por adolescentes autores de infração na resolução de conflitos morais, envolvendo uma situação de roubo e agressão nas quais foram feitas duas perguntas: uma referência a juízos de realidade (pensamentos e sentimentos) e outra sobre juízos de valor (dever). Participaram da pesquisa vinte adolescentes autores de infração, todos do sexo masculino e com idade entre 13 e 18 anos, de nível socioeconômico baixo. Esses participantes faziam parte de programas socioeducativos, que executam medidas socioeducativas (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), promovidos por prefeituras de dois municípios do interior do Estado de São Paulo.

A partir das entrevistas, analisei 20 protocolos de respostas em cada questão, o que resultou num total de 40 protocolos de respostas elaboradas pelos 20 participantes da pesquisa. Os modelos organizadores identificados foram um total de 10, cinco para cada uma das duas questões colocadas aos jovens sobre a situação. No processo de “extração” dos conteúdos, os modelos foram organizados através da análise das relações entre os elementos que foram destacados e/ou criados pelos sujeitos, seus significados e as implicações dos raciocínios emitidos.

Os conteúdos dos modelos estenderam-se para além dos elementos presentes no conflito narrado, com vários sujeitos recorrendo às necessidades dos personagens, às leis, a figuras de autoridade, às normas sociais e regras de relacionamento interpessoal. A interpretação da realidade dependeu do sistema de

inferências do participante. Mesmo sem ser solicitados (como na primeira questão), os participantes recorreram a ações e juízos de valor moral para solucionar o conflito narrado. Tal fato nos leva a refletir sobre as relações entre representação e ação, e reitera a importância do pressuposto de que os modelos de um sujeito servem de ponto de partida para a ação, já que esta não tem como base a realidade, mas o que cada um acredita ser a realidade (MORENO et al, 1999). Conhecer os modelos inferidos pelos sujeitos nos aproxima de suas ações e/ou, no mínimo, das explicações para suas ações.

Mesmo sendo distintas as duas questões propostas (uma a partir de um juízo de realidade e outra a partir do juízo de valor), a construção dessas categorias emergiu em função da continuidade de princípios que orientaram os raciocínios dos adolescentes: a busca da resolução da situação por parte de personagens explícitos e/ou não explícitos no contexto. Mais ou menos em torno de 40% (quarenta por cento) dos modelos estão incluídos na categoria A, que expressa uma ação direta do protagonista, e 60% (sessenta por cento) dos modelos estão incluídos em categorias (B e C) que recorrem a outros personagens. Isso revela que, na maioria das vezes, a representação dos participantes não foi imediatista e centralizadora, mas, sim, recorrente a conteúdos exteriores. Foi possível visualizar, também, a integração de perspectivas, como a expressa pela Categoria C, que leva em consideração diversos aspectos para resolver a situação de conflito: as necessidades dos personagens da situação, as expectativas em relação às autoridades (polícia, pais) e direitos e deveres estabelecidos pela sociedade. A definição das categorias nos permitiu verificar um aspecto que estava além de nossos objetivos, mas que é extremamente relevante no contexto da realidade que envolve

adolescentes infratores e traz implicações para as ações desenvolvidas pelas instituições que cuidam dessa população.

Constata-se que a agressão e o roubo são comportamentos condenáveis na maior parte dos modelos, mas considerados eventualmente "necessários", diante de uma situação real. Tal fato indica que regras sociais mais gerais são internalizadas pelos adolescentes, mas relativizadas na ação, dependendo das contingências e necessidades do sujeito. Portanto, os modelos construídos pelos participantes indicam que seus julgamentos nem sempre são centralizadores, pois na maioria das situações recorrem a personagens que não estão presentes no conflito para solucioná-lo; consideram as consequências dos atos, pois afirmam que roubo e agressão são "errados" e que podem produzir consequências; relevam as figuras de autoridade, pois em 60% dos modelos incluem a polícia como personagem para solucionar o caso.

Finalmente, os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de ampliação de investigações envolvendo ação e juízo moral, para que possamos compreender melhor por que esses adolescentes pensam de uma maneira e agem de outra forma. A relação entre estrutura e conteúdos permitiu perceber que valores, sentimentos e princípios diversos estão em jogo nos modelos que organizam o pensamento na resolução de conflitos morais.

A diversidade e as regularidades que compõem as complexas representações que fazem parte da realidade desses sujeitos sugerem que uma reflexão mais ampla sobre os desdobramentos sobre a construção da moralidade a partir da conceituação de um self moral que se compõe por valores, sentimentos, juízos diante da complexidade. A perspectiva de análise que ressalta o self moral é um dos desdobramentos das críticas à ciência moderna pelos feministas, pois tenta articular os processos afetivos e cognitivos,



além de culturais na compreensão da construção da moralidade (BENHABIB, 1992; PUIG, 1998; SASTRE e MORENO, 2002).

Tentei avançar na contribuição a esta leitura do self moral a partir da perspectiva das virtudes morais (LEMOS de SOUZA e VASCONCELOS, 2010) ou mesmo nas análises das abordagens socioculturais (LEMOS de SOUZA, 2010) que pudessem contemplar as questões colocadas pelas críticas pós-modernas e feministas à psicologia da moralidade.

William Damon (1995) e Augusto Blasi (1995) oferecem contribuições importantes sobre o funcionamento do self moral. Partem do pressuposto de que os valores estão agregados à concepção que o sujeito tem de si mesmo. Para eles a motivação em agir segundo estes valores morais ou não estão relacionadas à centralidade destes valores em seu self. Entendido aqui como um conjunto de representações de si ou a sua identidade.

As perspectivas de Damon e Blasi nos permitem refletir sobre os diversos aspectos que estão implicados na produção da violência cometida por esses adolescentes ou nos seus atos infracionais. Aspectos esses que se referem a sua condição de socialização e cultura (diversidade e quantidade de pessoas e relações), que o colocam, muitas vezes, sob pressão (situações de conflitos) e acabam agregando valores a sua forma de pensar sobre si e a realidade. Consequentemente, tais valores, vinculados a sua identidade, atuam sobre como agir no seu cotidiano. Assim, a relação entre a moralidade do adolescente e sua propensão a agir violentamente pode ser analisada sob essa perspectiva. Como aponta La Taille (2000), existem formas de violência que não têm justificativa moral e formas de violência que são legítimas. Quer dizer que há violência moralmente justificável, podendo até mesmo não ser considerada ato violento, por exemplo, como o ato de

defender-se (com violência física, até a morte) para salvar a própria vida.

La Taille (2000), de acordo com as proposições de Damon e Blasi, refletiu sobre a relação entre ação e raciocínio moral entre adolescentes autores de infração. No caso da violência que não tem justificativa moral, o autor parte de uma perspectiva em que a violência (ou a propensão a agir violentamente) não se localiza exclusivamente no contexto nem exclusivamente no indivíduo. Com isso, ele afirma que quanto mais central os valores morais numa personalidade, mas propenso o sujeito está em agir conforme estes valores. Aqueles que cometem ações que ferem seus próprios princípios éticos, agregados ao conjunto de representações de si (*self*), sentir-se-iam com vergonha diante deles mesmos e perderiam o autorrespeito.

Muitas vezes os valores agregados ao conjunto de representações de si são valores contrários aos morais. Se o indivíduo não respeita os valores agregados à sua identidade (conjunto de representações de si), atribui valor negativo à sua autoestima. La Taille sugere que os valores morais podem estar presentes ou ausentes na identidade dos adolescentes autores de infração. Se ausentes, agir por dever é inexistente; se presentes, podem ser centrais ou periféricos e, dependendo dessa posição, é mais frequente ou não a coerência entre juízo e ação moral.

Neste caso a leitura está mais próxima da vida concreta e da multiplicidade de fatores e processos envolvidos na construção da moralidade. A ideia de um sujeito moral universal é tensionada e se considera possibilidades de uma composição múltipla dos valores. Embora haja a ideia de centralidade de valores morais na identidade, ou *self*, eles não são necessariamente definidos universalmente como

morais ou éticos, a depender das condições de socialização e de experiência.

Numa perspectiva sociocultural<sup>21</sup>, destacam-se uma série de estudos que fazem emergir a cultura como elemento explicativo da moralidade e o self como integrador dos elementos que a compõe. Considerando os processos de mediação e a atividade na construção de valores, os pesquisadores na abordagem sociocultural sugerem a investigação do funcionamento mental na solução de problemas morais, a partir dos aspectos linguísticos e identitários. São ressaltados, nesse caso, o recurso da narratividade e a ideia de dialogicidade (LEMOS de SOUZA, 2010).

As considerações acerca do *self* e a perspectiva narrativista de investigação também parecem promissoras e conectadas aos paradigmas contemporâneos de ciência e as leituras com críticas ao androcentrismo na psicologia moral. Gilligan (1993) por exemplo, vale-se do recurso das narrativas como proposta de investigação sobre as experiências morais de mulheres com o aborto. Conectada à dimensão concreta da vida das pessoas, a narrativa, como forma de registro da experiência, foge da compreensão do sujeito universal e abstrato na teleologia da psicologia moral. A atenção às necessidades, desejos, valores morais ou não, princípios, sentimentos e afetos que compõe a vida que se depara constantemente em situações de conflitos e pretende resolvê-los com base no que acredita e interpreta como possível.

---

<sup>21</sup> Para melhor compreender esta perspectiva ver: SHWEDER, Richard. Culture and moral development. KAGAN, Jerome. & Lamb, Sharon. (orgs) *The emergence of morality in young children*. Chicago: University of Chicago Press, p. 1-83, 1987; SHWEDER, Richard. e HAIDT, John. The future of moral psychology: truth, intuition and the pluralist way. *Psychological Science*. V.4, n. 6, Nov, 1993, p. 360-365. TAPPAN, Mark *Language, culture and moral development: a vygostkyan perspective*. *Developmental Review*. 17, 1997, p. 78-100.

## **4.2 Gênero e moralidade na juventude contemporânea: estudos a partir de situações de homofobia e sexismo em contextos educativos**

As reflexões apresentadas aqui são decorrentes de pesquisas realizadas no período do doutoramento e após ele entre os anos de 2004 e 2011. O que foi produzido tem como base os questionamentos sobre o papel do gênero na resolução de conflitos morais e éticos. Desde o doutoramento as pesquisas subsequentes foram desenhadas para se pensar como as representações de gênero eram elementos que implicavam em diferentes processos do conhecer e agir diante de situações de conflito como a homofobia e o sexismo.

Inicialmente pesquisei estes aspectos com crianças, adolescentes e jovens universitárias/os (LEMOS de SOUZA, 2004; LEMOS de SOUZA, 2008; LEMOS de SOUZA, 2014; LEMOS de SOUZA et al 2010; LEMOS de SOUZA et al, 2014). Cada uma das pesquisas buscou romper com o modelo linear da trajetória da construção psicológica da moralidade, baseada exclusivamente na racionalidade, no domínio do valor justiça como avaliador da moral e do universalismo das etapas de desenvolvimento moral. Foram aliadas para estas discussões, as perspectivas críticas feministas sobre a moralidade desde Carol Gilligan (1993), Marilyn Friedman (1995) e Seyla Benhabib (1992), bem como as críticas à psicologia da moralidade vinculada ao projeto de ciência moderna (CAMPBELL e CHRISTOPHER, 1996; PUIG, 1998; SCHNITMAN, 1996; MacINTYRE, 2001). Em todas elas foram utilizados questionários abertos sobre situações de conflito que envolviam preconceito e discriminação de gênero e homofóbica. Assim, alguns dos trabalhos desenvolveram discussões que tem

implicações diretas sobre a educação contra a discriminação e o preconceito advindos do sexismo e da heteronormatividade<sup>22</sup>.

Foi delineado este conjunto de investigações para se compreender os deslocamentos de atribuições de princípios, juízos e valores morais a partir da perspectiva de gênero. A ideia era perceber, nas situações de conflitos morais apresentadas, como o gênero era um componente organizador das formas de se interpretar a realidade. Permanecemos no campo teórico e metodológico da teoria dos modelos organizadores que, aliado às leituras críticas feministas sobre o gênero na moralidade, ampliam as análises sobre os processos de conhecer e interpretar a realidade. Em contraposição ao grupo de pesquisas anterior, há um aprofundamento dos estudos acerca do gênero como conteúdo, seja desde a perspectiva de gênero de quem responde, seja desde as representações sobre as ações, os sentimentos e os juízos baseadas nos sexos das personagens envolvidas nas situações de conflitos apresentadas.

Comentaremos cada uma delas para delinear o campo de investigação que foi produzido por mim em conjunto com equipes de pesquisadores e pesquisadoras que me acompanharam nestes últimos anos. Início a tarefa aprofundado a discussão do ponto de vista teórico em outras investigações sobre o tema das representações de gênero e a moralidade. Trata-se de pensar o gênero interrogador da tradição da abstração, universalidade, deontismo, e racionalismo na explicação da moralidade.

---

<sup>22</sup> As reflexões e implicações para uma educação contra o preconceito e a discriminação das sexualidades e gêneros dissidentes sempre fora uma preocupação das investigações que realizei e foram publicadas em alguns textos (LEMOS de SOUZA e ARAÚJO, 2012; LEMOS de SOUZA, 2016; LEMOS de SOUZA, GONÇALVES e TREVISAN, 2013; LEMOS de SOUZA et al, 2010; ANDRADE e LEMOS de SOUZA, 2012).

Como já foi visto nesta tese, os estudos de psicologia moral têm como marco de referência a perspectiva cognitivo-evolutiva representada pelas produções de Jean Piaget (1932/1994) e Lawrence Kohlberg (1992). Piaget inaugura e torna notório o estudo psicológico da moralidade a partir do estudo da psicogênese da prática e da consciência das regras e das noções de justiça entre crianças. Em função da manutenção e diferenciação das regras, envolvidas nos jogos de meninas e meninos, ele acaba por concluir que as meninas “têm o espírito jurídico menos desenvolvido que os meninos” (PIAGET, 1932/1994, p. 69), o que acarretou a acusação de sua obra, *O juízo moral na criança*, como um trabalho de caráter sexista.

Kohlberg (1992), que deu continuidade aos estudos de Piaget sobre a moralidade, produziu extensa obra, com seus colaboradores, na qual buscou comprovar a universalidade da moral e a sua continuidade em estágios evolutivos depois da infância. Os dados obtidos por Kohlberg (1992), em amostras do sexo feminino, demonstraram que as mulheres não atingiam os níveis mais altos de desenvolvimento moral (localizavam-se nos estágios 3 e 4). As mulheres, portanto, seriam pouco desenvolvidas moralmente em função das relações sociais às quais estão submetidas desde a infância, com brincadeiras pouco estimulantes na troca de papéis e que exigem a resolução de problemas a partir de uma perspectiva lógica (KOHLBERG, 1992).

Entretanto, além do fato de Piaget não ter explorado a questão das diferenças de gênero, dado seu propósito não consistir em realizar um tratado sobre a moral infantil e avançar nesse tema, o próprio contexto histórico e temporal de suas pesquisas não ofereceu a oportunidade para uma crítica sobre essas diferenças. O contexto de produção da obra inicial de Kohlberg se situa entre as décadas de

1950 e 1970, início das problematizações feministas e culturalistas sobre as relações entre ciência e gênero. Embora Kohlberg (1992) tenha revisado suas afirmações sobre a moralidade masculina e feminina, manteve o caráter universal e racional da moral em seu programa teórico. A razão como principal regulador moral e a justiça como principal valor demarcam as explicações sobre as diferenças de gênero a partir do ponto de vista androcêntrico.

A universalidade da moral diminui o peso das relações sociais e da cultura na produção das diferenças de gênero e no campo da resolução de conflitos morais. Desse modo, as ideias e pesquisas de Piaget e Kohlberg geraram críticas das feministas, notadamente aquelas que se dedicavam a ressaltar o papel da mulher na ciência não só como pesquisadora, mas também como categoria a ser lembrada nos estudos científicos, já que uma ciência androcêntrica é excludente (BENHABIB, 1992).

A principal crítica ao androcentrismo, na psicologia da moralidade de Piaget e Kohlberg, é de Carol Gilligan (1993). Gilligan realizou entrevistas abertas, com dilemas, junto a homens e mulheres de idades que compreendiam a infância, a adolescência e a maturidade, encontrando a predominância entre os homens de uma ética da justiça e nas mulheres uma ética do cuidado. Em outro estudo, Gilligan e Attanucci (1988) afirmam algumas relações entre as orientações morais (cuidado e justiça) e o sexo dos participantes: a) o cuidado e a justiça são dimensões da moral tanto no mundo público quanto no mundo privado e b) homens e mulheres usam as duas orientações. No entanto, homens orientam-se mais pela justiça e mulheres mais pelo cuidado. A ética da justiça e a ética do cuidado estão presentes no homem e na mulher embora em níveis diferentes de uso. São complementares, não antagônicas.

De acordo com Gilligan (1993), tal articulação exige trazer a dimensão do eu para a explicação da moralidade, sendo que o eu compreende o modo como o sujeito se representa (sua identidade). A construção da identidade moral do sujeito é efetivada pela relação entre a identidade pessoal e a identidade coletiva ou cultural de gênero. O debate continua atual, e pesquisas indicam que há diferenças de estilos morais entre os gêneros (ética da justiça e ética do cuidado) que podem ser explicitadas pelas referências de gênero que o sujeito elabora sobre si mesmo em relação aos outros (SKOE et al, 2002).

Outros estudos, como os de Walker (1984) e Friedman (1995), afirmam a importância da cultura de gênero e, ainda, do modo como o sujeito a interpreta na análise da moralidade humana. Walker propõe uma meta-análise dos estudos baseados em Kohlberg e constata que as diferenças entre os sexos, nos estágios morais, encontrados por esse último, desaparecem quando a ocupação profissional e o nível educacional de homens e mulheres são os mesmos. Já Friedman também considera o fator cultural, mas acrescenta ainda que as diferenças de gênero em relação à moralidade também se devem às imagens que o sujeito constrói sobre o que é ser homem e ser mulher na sociedade.

Entretanto, em meio ao debate, ainda há outros que articulam o gênero como variável psicológica e o sexo como variável biológica, estabelecendo que as diferenças existentes nas orientações morais de homens e mulheres têm pouca influência da identidade (de gênero) e da cultura (contextuais: nível de escolaridade, religião, nível socioeconômico) nas orientações morais, afirmando que não há diferenças de estilos de julgamento moral que possam se fundamentar na cultura de gênero (ANWAR, BHUTTO, MAITLO, & KHAWAJA, 2012; YOU, MAEDA, & BEBEAU,



2011; FUMAGALLI et al., 2010; KOLLER, VINAS, & BIAGGIO, 1992).

O conceito de gênero que atravessa as pesquisas apontadas anteriormente é afirmado como uma construção psicológica em oposições ou contrastes (masculino, feminino e andrógino). Então, o conceito tende a uma organização do gênero que é essencialista/naturalista em sua raiz, já que não está expressa a ideia de pluralidade sobre o masculino e o feminino. No tocante ao conceito de moral e ao papel dos conteúdos na orientação da resolução de conflitos e dilemas, a perspectiva cognitivo-evolutiva tem como marco a ética da justiça e a razão como reguladoras das decisões morais.

Outros estudos (KELLY, 2011; MCGILLICUDDY-DeLISI, SULLIVAN, & HUGHES, 2003), na tradição da perspectiva cognitivo-evolutiva, buscaram compreender as relações entre as representações de gênero e a elaboração de julgamentos morais por adolescentes e crianças, considerando diferentes histórias, cujos participantes têm que julgar as situações a partir da perspectiva de gênero (com personagens dos sexos masculino e feminino). Tais pesquisas indicam que há influência dos papéis e das representações de gênero nas formas de julgar moralmente uma situação, seja pelas orientações da ética do cuidado, da justiça ou ambas (mista).

As contribuições de Gilligan ainda se destacam para a discussão ao apresentarem um quadro que aponta para o papel da cultura (modos de ser e fazer) de gênero e as representações produzidas nessa cultura na construção da moralidade. A introdução da cultura de gênero na explicação das diferenças entre homens e mulheres, no que tange aos modos como resolvem problemas morais, traz grandes avanços à questão. Todavia, o binarismo proposto, ética do cuidado e ética da justiça, marca uma linha

divisória entre os gêneros e reforça as tendências essencialistas da diferença. Mas a autora também contribui quando destaca que o *eu*, ou as representações de si, agrega o gênero como referência – a identidade pessoal é produzida na relação com a identidade coletiva ou cultural – e configura formas de ser e agir. Embora ainda seja considerada estruturalista em sua análise (CAMPBELL e CHRISTOPHER, 1996), outros autores a consideram revolucionária na investigação e na proposta de revisão dos estudos da moralidade (BOOKMAN, 1999).

Como foi visto, o tema da diferença de gênero adentra o campo de estudos da Psicologia Moral com tendências naturalistas e dualistas sobre os comportamentos, considerando alguns avanços como nas leituras de Gilligan (1993), Friedman (1995) e Walker (1984). No sentido de problematizar essas tendências, a introdução de ideias como as de construção e de pluralidade de gênero (masculinidades e feminilidades) e a de complexidade foram consideradas em nossas investigações, durante este trabalho, cujo objetivo foi investigar o modo como as representações de gênero atuam nas formas de resolução de conflitos entre jovens na escola.

Com os novos paradigmas em ciência (SCHNITMAN, 1996), procura-se romper com as dicotomias, abstrações e reduções no campo da pesquisa. As perspectivas que elaboram críticas feministas nos estudos de gênero (SCOTT, 1995; GILLIGAN, 2011; BENHABIB, 1992) auxiliam no avanço do estudo da moralidade a partir dos novos entendimentos sobre o masculino e o feminino como produzidos numa rede de relações entre diferentes dimensões. O gênero exige um tratamento de análise em que se considere também o seu caráter cultural, histórico e social (embora não determinista), pluralizando o masculino e o feminino e a emergência de identidades diversas.

Para as pesquisas que vou apresentar aqui, o conceito de gênero foi compreendido como conjunto de experiências e de sentidos em construção, em processo, não sendo entendido como uma categoria binária e essencial, mas que tem marcas de significação na história, na cultura e no corpo. Masculino e feminino podem ser considerados em suas pluralidades, podendo se organizar em formas de pensar, sentir e agir diferentes arbitrariamente a qual sexo (homem ou mulher) se vinculam. Tais considerações foram dialogadas com os estudos que se dedicam a problematizar o gênero em psicologia da moralidade.

A Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, permaneceu como núcleo teórico e metodológico de investigação que vai ao encontro de estudos sobre os modos de o sujeito interpretar o mundo e a si mesmo, diante de diversas situações cotidianas (notadamente morais) (VASCONCELOS et al, 2010). Os trabalhos sobre a moralidade nesta perspectiva de análise (SASTRE e TIMÓN, 2003; SASTRE, MORENO e PAVÓN, 1998) têm se articulado com às críticas feministas à perspectiva cognitivo-evolutiva, ampliando o conceito de moralidade e abordando outros aspectos envolvidos na sua construção, tais como a afetividade, os sentimentos, o conhecimento social e a cultura.

Esta opção ainda permaneceu neste momento dado a ideia de modelo organizador do pensamento (ARANTES, SASTRE e GONZÁLEZ, 2010; MORENO e SASTRE, 2010; SOUZA, 2009) como um construto teórico que pretende possibilitar a aproximação com as regularidades e diversidades da construção de significados diante de situações cotidianas. Sua definição abarca também que estas construções são base para a interpretação para o agir diante destas situações.

Os estudos realizados, a partir do marco teórico e metodológico da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, fornecem algumas pistas sobre o papel do gênero (como uma representação coletiva e pessoal) na construção da moralidade.

Com uma investigação acerca das representações de gênero de sujeitos de diferentes idades (meninos e meninas) sobre a resolução de um conflito moral, Sastre et al. (1998) encontraram diferentes representações de gênero sobre as quais perceberam uma evolução em relação às idades, diferente da encontrada nas propostas por Kohlberg em estudos semelhantes, destacando-se que os sujeitos, à medida que a idade aumenta, mostram maior preocupação pelo bem-estar do amigo do que o respeito pela moral.

Sastre e Timón (2003) estudaram as formas de articulação da justiça, do comportamento de ajuda e dos sentimentos no raciocínio moral a partir das diferenças de gênero. Meninas e meninos elaboraram, em sua maioria, representações que se voltam mais para a atenção e cuidado na relação entre eles do que direitos e deveres. No entanto, os meninos tendem a ter uma visão sobre si mesmos como mais fortes, menos vulneráveis e mais objetivos, revelando maior facilidade em elaborar modelos a partir da perspectiva da justiça, do que os referendados na felicidade e na ajuda. Já as meninas conseguem integrar diferentes domínios (sentimentos e ajuda), elaborando modelos de justiça com maior complexidade, indicando que elas têm maior flexibilidade e abertura na valoração de comportamentos.

Destacam-se também os trabalhos de Leal (2003) e Pupo (2007), que investigaram as representações que meninos e meninas de diferentes idades elaboram sobre cenas de conflitos, envolvendo homens e mulheres, na escola e na vida doméstica. Ambos indicam

que meninas e meninos apresentam uma homogeneização e forte interiorização dos estereótipos de gênero. Pupo (2007) ressalta ainda que foram encontradas diferenças significativas entre as representações femininas e masculinas sobre a situação, notadamente sobre a ação esperada pelo sexo oposto na situação apresentada.

Stach-Haertel (2009) investigou as crenças e valores sobre a socialização de gênero de adolescentes de um contexto urbano. Seu estudo aponta para uma hierarquização e subordinação das relações de gênero em adolescentes na medida em que crescem. Quanto maiores as idades, mais duram as marcas das diferenças pautadas pelas desigualdades entre os sexos. Já Martins (2008) analisou o papel da cultura de gênero na organização do pensamento de estudantes universitários e estudantes adultos que cursaram somente o Ensino Fundamental. A autora utilizou situações de conflito ético envolvendo o tema gênero e violência. Em sua análise, identificou elementos da cultura na apropriação das situações pelos sujeitos, indicando também diferenças em função dos níveis de educação formal.

Todas essas pesquisas tentam avançar teoricamente na ampliação do conceito de moral, destacando as múltiplas relações entre cultura, cognição e afetividade na elaboração das representações sobre uma dada realidade. Metodologicamente, avançam na busca de instrumentos e análises que deem conta da complexidade, envolvida na produção de significados, sobre a realidade e de seu impacto sobre as ações do sujeito no cotidiano, e procuram superar as dicotomias dos estudos da moralidade que criam expectativas sobre os comportamentos, sentimentos e representações de homens e mulheres em situações de conflito.

Alguns desses estudos (com exceção dos de STACH-HAERTEL, 2009; MARTINS, 2008; PUPO, 2007) não colocam o

gênero como objeto central de investigação, mas como categoria que auxilia na interpretação dos resultados, embora mencionem os contextos ou relações educativas em que o gênero é produzido e suas consequências sobre o modo como os sujeitos resolvem problemas interpessoais e morais.

Os estudos apresentados apontam que o heterossexismo e o androcentrismo que atravessam as práticas sociais cotidianas são perpetuados por meio das instituições que mantêm os valores e representações a respeito do homem e da mulher na sociedade – a igreja, a família e a escola são alguns exemplos.

A presença de sexismo e heterossexismo no cotidiano nos remete ao conceito de homofobia. Segundo Borrillo (2010), “a homofobia é a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais; portanto, homens ou mulheres”. Entretanto, ela extrapola essa definição, considerando que é a partir do sexismo (diferenças transformadas em desigualdades entre homens e mulheres) que a homofobia se estabelece, quando papéis de gênero ou a própria identidade de gênero não correspondem ao sexo biológico.

As consequências desse fato se revelam no estudo de Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2013) em que verificam que, no Brasil, entre 1973 e 2011, diversas pesquisas indicam que o preconceito contra não-heterossexuais não é homogêneo e pode ser localizado, em sua maior parte, em valores sexistas e no preconceito em relação à não-conformação de gênero. Do mesmo modo, a presença de uma masculinidade e feminilidade hegemônica pode construir atitudes homofóbicas. O estudo de Seidler (2000) é expressivo nesse sentido, quando desvela as estratégias que relacionam à masculinidade hegemônica a razão e a moral da justiça, o que inferioriza as mulheres e homens que não se identificam com esse modelo. Já Kimmel (1994) aponta que essa masculinidade hegemônica

referente ao homem branco, heterossexual, classe média, ajuda a construir a homofobia em relação a todas e todos aqueles que não estão incluídos nessa categoria.

Uma aproximação com estes temas se deu com a investigação sobre gênero como conteúdo sexista. Foi no trabalho *Modelos de gênero e sua problematização no contexto escolar* (LEMOS de SOUZA, 2004) que investigamos as representações de gênero construídos por 28 crianças, 18 meninos e 10 meninas entre 10 e 11 anos de idade, de uma escola de periferia urbana.

Perguntamos a todas(os) as(os) participantes o que era ser menino e ser menina. A partir de suas narrativas escritas e desenhos buscamos os elementos abstraídos e retidos como significativos e percebemos que atribuíram grupos de elementos que se referiam às brincadeiras, valores e responsabilidades. Vale ressaltar que as categorias brincadeiras e valores aparecem nas respostas de todos e todas, meninos e meninas, e a categoria responsabilidades nas respostas de ambos, mas somente ao definirem o que é ser menina. Apresento, a seguir, as representações de meninas e meninos a partir das perguntas que foram realizadas a ambos.

No caso das brincadeiras abstraídas pelas participantes sobre o que é ser menino e menina, ao lado de brincadeiras como pião, pipa e esportes, como futebol, que são consideradas atividades masculinas, as meninas abstraem também aquelas cujo modelo é o de cuidado e de responsabilidade para com as tarefas domésticas (comidinha, casinha). Assim, são atividades em que se reforçam papéis sociais sobre o que é esperado de uma mulher e de um homem no contexto em que vivem.

A respeito dos valores as meninas abstraíram sobre o que é ser menino um maior número de valores (e muitos podem ser considerados positivos) do que sobre o que é ser menina. Nesse caso,

suas respostas concentraram-se na fragilidade e a preocupação em dar carinho e cuidar dos outros. Podemos observar, ainda, que sobre o que é ser menino, as meninas não abstraem elementos que se referem a responsabilidades. As atividades referentes à responsabilidade fazem parte da definição sobre o que é ser menina e mencionam trabalhos domésticos como cuidar da casa e de seus irmãos e irmãs.

Sobre os elementos abstraídos pelos meninos podemos destacar que definiram o que é ser menino e ser menina principalmente a partir das brincadeiras que cada um deles pratica no cotidiano. Em suas representações pouco refletiram ou apresentaram outras possibilidades de brincadeiras que não sejam aquelas tradicionalmente apresentadas na sociedade sexista para meninos e meninas. Por exemplo, apenas um dos meninos destacou a bola de gude como uma brincadeira para ambos os sexos.

Apenas um participante do grupo de meninos destacou em sua definição sobre o que é ser menina o elemento arrumar a casa. O grupo responsabilidade não foi encontrado entre as respostas dadas pelos meninos sobre o que é ser menino. Entre os valores apontados pelo grupo de meninos, ser menino é ser carinhoso, aparecendo ao lado de trabalhador e conquistador (do sexo oposto). Dois valores considerados extremamente definidores do homem-macho são colocados ao lado de um valor que revela a demonstração de carinho e afeto.

Os significados apresentados são apenas parte de um universo mais amplo sobre as representações de gênero. Seja apresentando ou não um pensamento discriminatório e excludente sobre o que é ser homem e ser mulher, a complexidade que envolve a abstração dos elementos pelos participantes está relacionada à suas histórias de vida e experiências em relação a temática do gênero.



A pesquisa tinha cunho exploratório, tanto do ponto de vista metodológico como do ponto de vista teórico sobre as representações de gênero. Estava Tateando um campo que, a partir das respostas dadas pelos participantes da pesquisa foi abrindo-se como possibilidade de pensar a força das relações de gênero na produção de sexismo em diversos contextos, principalmente o escolar.

A desigualdade na relação entre homens e mulheres, produz a formas de submissão da mulher à força do homem. Considerada como comum na sociedade, esta assimetria situa a mulher historicamente como subordinada, incapaz e dependente em relação ao homem na esfera afetiva e socioeconômica. Essa desigualdade nas relações de poder na família e no trabalho tem sido considerada natural e convenientemente aceita por ambas as partes. Nos pensamentos de meninos e meninas que foram participantes da pesquisa relatada, de certa forma, está presente essa desigualdade expressa na impossibilidade de meninos e meninas terem ao mesmo tempo gosto pelas mesmas brincadeiras, os mesmos valores e responsabilidades.

As representações de gênero elaboradas pelos participantes fundamentam e orientam pautas de conduta discriminatórias e excludentes. Entretanto, muitas vezes esses comportamentos não são conscientes. Isto é, não são coerentes com os modelos que o sujeito constrói em algumas situações. Como explicitam Moreno, Sastre e Hernández (2003) nos dados levantados sobre as respostas abstraídas por crianças, ao analisarem um conflito que envolve a violência de gênero, diferentes modelos entram em choque num mesmo sujeito. Ressaltam que um modelo mais próximo a valores igualitários pode aparecer junto com modelos de valores retrógrados e sexistas. Os primeiros aparecem quando estão num universo público, sob os

olhares dos outros. Os segundos, são mais atuantes em contextos da vida privada, por exemplo nas relações amorosas.

Ainda sobre as representações de gênero em contextos sexistas, pude colaborar com uma investigação sobre as representações acerca de estudantes de enfermagem sobre o trabalho da(o) enfermeira(o) numa perspectiva de gênero, durante o processo de formação. (LEMOS de SOUZA et al, 2014)

Tanto na formação quanto na prática profissional o gênero feminino predomina na enfermagem. Este fato tem gerado muitas investigações sobre o gênero na construção desta profissão. Há um grupo de estudos que procuram evidenciar o papel da mulher na construção da profissão, singularizando ou até mesmo essencializando a relação entre gênero e enfermagem; há outros que pretendem problematizar as relações de poder entre homens e mulheres no contexto da saúde, abrindo espaço para outras configurações de gênero e as hierarquias no contexto de trabalho.

A pesquisa com a qual colaborei teve a intenção de interrogar 41 alunas(os) do curso de enfermagem (1o e 9o semestres), sobre o trabalho da enfermeira e do enfermeiro, com um questionário aberto, o qual foi analisado a partir do conceito de modelo organizador e dos estudos críticos de gênero. Eles distribuíram-se da seguinte maneira: 24 alunos do 1º semestre, sendo 19 do sexo feminino e 05 do sexo masculino; e 17 alunos do 9o semestre, sendo 15 do sexo feminino e 02 do sexo masculino; totalizando 41 alunos, 36 do sexo feminino e 07 do sexo masculino, com uma faixa de idade entre 18 a 25 anos. Analisamos as respostas em geral e por semestre cursado, a fim de perceber se havia mudanças significativas nas representações de gênero durante a formação em enfermagem.

Para que se pudesse conhecer as representações de gênero sobre o trabalho da(o) enfermeira(o), as questões foram aplicadas sequencialmente, que tratavam, respectivamente: a) das atribuições importantes para ser um bom profissional na enfermagem; b) o que é ser homem e ser mulher? desde uma perspectiva de gênero, perguntava-se: c) qualidades do trabalho da mulher e do homem na enfermagem e d) uma situação experienciada que revele valorização baseada nas diferenças essencialistas de gênero. Nesta última, solicitava-se ainda que fosse avaliado o porquê, de acordo com a(o) entrevistada(o), do ocorrido.

Destaco o conjunto de resultados referentes as questões sobre as qualidades da enfermeira e do enfermeiro no seu trabalho. O núcleo de elementos significativos abstraídos pelas e pelos participantes, demonstram percepções estereotipadas sobre o homem e a mulher na profissão de enfermagem. Atribuem as qualidades a ser enfermeira ou enfermeiro aos comportamentos, sentimentos, habilidades sociais que revelam sexismos.

No estudo realizado foram atribuídas características gerais da profissão e outras que são bem localizados de acordo com os estereótipos de gênero. A mulher enfermeira tem suas características fundadas na ideia de cuidado e o homem enfermeiro tem suas características fundadas na ideia da racionalidade. A maioria dos atributos eleitos como significativos pelos acadêmicos de enfermagem sobre o trabalho da enfermeira remete-se a uma imagem da mulher ainda carregada de estereótipos, poucos foram aqueles que mencionaram outras capacidades, comumente atribuídas aos homens: liderança; iniciativa; racionalidade; altruísmo; e planejamento foram características mencionadas por poucos participantes.

O atributo mencionado mais vezes é o do cuidado, como característico e definidor da enfermagem. Isso leva a ressaltar que esta profissão tem suas raízes no trabalho feminino, destacando-se o cuidar como uma qualidade eminentemente feminina. Tal quadro é semelhante aos dados de Brito et al. (2011) que apontam para um conjunto de significados atribuídos pelos estudantes de enfermagem sobre o “ser enfermeiro”. Devido ao fato de ser uma profissão eminentemente feminina, são atribuídas pelas discentes mais características, tais como conhecimento e amar, tidas como fundamentais nas representações sobre a profissão. As características atribuídas aos “enfermeiros” remetem-se a típicos atributos masculinos que destacam força física, racionalidade, liderança e resistência.

Nestes casos, os estereótipos são reforçados por aqueles participantes que não apresentam reflexões sobre esses lugares construídos para o enfermeiro e a enfermeira ou são questionados quando são refletidos, tal como aponta Saffioti (1987) sobre a delimitação social do papel da mulher e do homem na sociedade. Portanto, os significados atribuídos pelos participantes ao enfermeiro e à enfermeira parecem afirmar o papel importante da cultura na construção social dos gêneros. A naturalização destas características localizadas nos sexos vincula às práticas de saúde desdobramentos que podem interferir nos contextos de promoção e formação na área. Amorim (2009) menciona que no ensinar e no aprender em enfermagem sexismos são perpetuados nos discursos das participantes de sua investigação, nos quais se atribuem aos homens menos capacidade de cuidar. Ainda, por vezes as participantes tentam minimizar as diferenças em seu discurso valendo-se da “ciência” fundamento da enfermagem como neutralizadora das questões sexistas.

Vale ressaltar que foi percebido uma continuidade nas respostas no sentido de que: a) ora elas distinguiam os trabalhos do enfermeiro com o da enfermeira (com base em estereótipos culturais dos papéis de gênero); b) ora eles distinguiam, embora apresentassem reflexões sobre essa distinção, buscando argumentos para afirmar que nem todos eram diferentes (homens e mulheres enfermeiras(os), os quais podem ter características semelhantes e positivas para o trabalho em enfermagem. Na terceira modalidade de resposta, c), não atribuíam diferenças (e universalizavam) com base no gênero, os papéis da enfermeira e do enfermeiro. Nesse caso, a maioria deles não mencionaram quaisquer atributos específicos, simplesmente afirmaram que eram semelhantes.

Foi percebido também que entre o 1º e o 9º semestres há pouca mudança em relação às representações e atribuições de práticas sexistas. Os alunos que iniciam na vida acadêmica no curso de enfermagem, carregam consigo cargas culturais que são construídas em todo o processo de edificação dos saberes e na convivência social, atribuindo papéis determinados aos sexos. Porém, de forma ampla, a partir do momento em que estes alunos passam a conviver com as práticas da enfermagem, práticas estas impregnadas de estereótipos, sua visão, que antes era considerada como generalizante, pode, por vezes, passar a ser cristalizada delimitando as práticas dentro desta profissão, isto se não houver uma reflexão sobre estas crenças e valores.

As divisões sexistas estão presentes e são claramente visíveis dentro da profissão de enfermagem, e são trazidas nos relatos dos alunos e alunas. Embora o homem tenha conquistado espaço dentro desta profissão, que é considerada como eminentemente feminina, ainda existe resistência a presença de homens em alguns tipos de práticas que são realizadas por estes profissionais.

De certo modo, concordando com a perspectiva da universalização da identidade masculina, sugerida por Simões e Amâncio (2004), em qualquer campo de trabalho, Paixão (1979) demonstra certa preocupação com a inserção do homem dentro da enfermagem, pois este, quando inserido em um meio que é dominado pelo sexo feminino, por ser considerado líder de acordo com a cultura patriarcal passa a exercer sua liderança, desempenhando papel dominante em um espaço visto antes como feminino, o que difere quando é a mulher que se insere em uma profissão masculina, na qual esta não oferece risco, no que tange a dominação, assumindo posição de subjugada.

No âmbito da formação em enfermagem, no contexto estudado, pode-se dizer que as práticas nas quais os alunos e alunas são inseridos estão impregnadas de elementos segregadores que são apropriados por esses sujeitos no seu processo de aprendizagem da profissão.

Em alguns estudos (MACHADO, 2004; AMORIM, 2009; PADILHA et al, 2006) há uma certa tendência em positivar as diferenças de gênero com base na essencialização biológica e cultural e, assim, afirmar qualidades laborais para a mulher e homem na enfermagem, definindo papéis de trabalho diferenciados dentro de uma mesma profissão. A questão que cabe aqui é se essa forma de positivar as diferenças de gênero pode potencializar ainda mais práticas sexistas e excludentes. No entanto, considera-se que a perspectiva de negociação de significados e sentidos sobre as diferenças no contexto pode ser problematizadora das desigualdades e uma forma de se estabelecer parâmetros éticos de formação e atuação.

Este quadro de investigações realizadas até então reforçam o conteúdo sexista presente nas representações de gênero de crianças e

de jovens em contextos educativos (escolar e universitário) e aponta para a manutenção dessas representações em várias idades da vida.

Em sequência, outras investigações que também produzi, trataram destas representações de gênero de jovens buscando compreender como estas atuam como conteúdo no funcionamento psicológico quando resolvem problemas morais (LEMOS de SOUZA, 2008; 2014). Especificamente, trabalhamos com situações de homofobia que se remetiam um conflito moral. Trata-se de uma história que se ambienta no espaço escolar, em que o suposto comportamento masculinizado (de uma menina) ou efeminado (de um menino) leva à sua exclusão do convívio social entre os demais alunos e alunas. Trabalhamos com duas histórias: uma, cujos personagens eram do sexo masculino e outra com personagens do sexo feminino. As questões que seguem a história abordam os pensamentos, sentimentos e ações de uma das personagens que se envolve num conflito moral diante do preconceito (homofobia) sofrido por um(a) colega<sup>23</sup>.

Assim como nas pesquisas anteriores, partiu-se do conceito de gênero como categoria plural, não-essencialista (bio ou culturalmente), bem como da ideia de representação calcada nas experiências individuais e coletivas dos sujeitos em interação com o mundo e os outros. A perspectiva de análise da moralidade também se abre para outras possibilidades, além da fundada no valor justiça e de outros aspectos da vida psíquica na formulação de juízos morais (sentimentos, desejos, valores). Aqui este aspecto da moralidade com o gênero será mais trabalhado do que nas duas pesquisas anteriores que apresentei, que tratavam mais dos significados de gênero por

---

<sup>23</sup> Efetuei também as mesmas questões sobre cada uma das personagens (a que sofreu homofobia, a que presenciou e é amiga de quem sofreu discriminação e quem cometeu a homofobia), mas destacarei aqui as referentes à personagem que viveu a situação de conflito moral.

crianças e jovens. Apesar de neles as questões morais e éticas eram expressas em termos dos valores atribuídos a meninas e meninos, mulheres e homens.

Os participantes foram 400 jovens (15 a 21 anos), distribuídos igualmente entre escolas públicas (200) e particulares (200) dos estados de Mato Grosso e São Paulo, bem como de cada sexo (200 homens e 200 mulheres). A aplicação do questionário aberto foi distribuído da seguinte forma: para 200 participantes (100 homens e 100 mulheres), somente as personagens do sexo feminino; e para os outros 200 (100 homens e 100 mulheres), a história com personagens do sexo masculino<sup>24</sup>.

A análise foi orientada pela definição de modelo organizador, destacando seus componentes: os elementos abstraídos e retidos como significativos, os significados atribuídos aos elementos e as implicações e/ou relações entre elementos e significados (MORENO e SASTRE, 2010). Desse modo, busquei contemplar na análise as exceções e as respostas que caracterizam a maioria dos participantes. Identifiquei a organização dos conteúdos pelos participantes, para a construção de suas respostas, e procedi à construção dos modelos a partir das respostas dos participantes.

A análise das categorias de modelos obedece à mesma orientação da análise dos modelos, considerando os princípios éticos atribuídos pelos participantes às personagens. Primeiro, foi efetuada uma análise em relação às diferenças e semelhanças das respostas entre os participantes do sexo masculino e as participantes do sexo

---

<sup>24</sup> Em 2010 foi realizada uma investigação com os mesmos instrumentos com 115 crianças de 09 a 12 anos de idade. Os resultados são semelhantes ao estudo com jovens que apresentamos neste trabalho. Não apresentaremos os resultados por serem semelhantes ao que apresento aqui e pelo fato do presente texto se concentrar nos estudos sobre jovens. (LEMOS e SOUZA et al, 2010).



feminino. Foram cinco modelos organizadores encontrados, que se agrupam em duas categorias.

No modelo 1, os participantes organizaram suas representações sobre a situação apresentada, a partir do conflito de ter que escolher entre duas amizades. No modelo 2, os participantes construíram suas respostas, em torno do comportamento masculinizado ou efeminado da personagem, como um direito que deve ser respeitado. No modelo 3, os participantes organizaram suas respostas a partir das consequências do comportamento do(a) outro(a) sobre a vida social e a identidade do amigo ou amiga. No modelo 4, os participantes construíram suas respostas em torno da necessidade da personagem que presenciou a situação em proteger e defender o(a) outro(a) pela amizade. No modelo 5, as respostas partiram do sentimento de rejeição/decepção pelo ato de preconceito do grupo de amigos(as). Tais modelos podem ser analisados de acordo com a perspectiva de gênero (sexo dos participantes em cruzamento com o sexo dos personagens):

Para a personagem do sexo masculino, os jovens consideram, principalmente, que a indecisão entre as duas relações de amizade organiza a resolução da situação de conflito e a situação problema (modelo 1 - 41%), e as jovens destacam a identidade pessoal e a imagem social como organizadoras da mesma situação para a personagem do sexo masculino (modelo 3 - 35%).

Já para a personagem do sexo feminino, a maior parte dos jovens atribui como organizadores da resolução do conflito o cuidado e a atenção para com as necessidades afetivas do outro (modelo 4 - 39%), e a maioria das jovens considera o direito e justiça como princípios que organizam a resolução da situação pela personagem do sexo feminino (modelo 2 - 38%).

Após a organização dos modelos, prossegui com a organização das categorias de modelos. As categorias construídas a partir dos protocolos baseiam-se nos modelos organizadores. Compreendi que elas representam conteúdos, organizam-se em torno de princípios destacados como significativos pelos participantes e expressam as suas representações sobre a situação em questão.

No caso da presente pesquisa, elas se referem às regularidades que podem ser descritas entre os modelos que são construídos a partir das representações de gênero na situação de conflito apresentada. Foram construídas duas categorias que se referem às articulações de dimensão ética e moral no contexto da situação.

Denominei de Categoria A aquela que agrupa os modelos 1 e 3. A escolha entre as diferentes amizades, os efeitos dessa escolha sobre a vida social e a identidade sexual da personagem e a decepção com o grupo de amigos(as), sobre a discriminação cometida por eles(as), expressam a dimensão pessoal da categoria A. A dimensão ética e moral dessa categoria, sugerimos estar relacionada à possibilidade de aproximações com uma moral self-regarding, na qual o autorrespeito pelos seus valores e pela sua organização identitária é fundamental para as decisões acerca do conflito (CAMPBELL & CHRISTOPHER, 1996).

Uma outra categoria, que chamaremos de categoria B, traz à tona a dimensão das decisões no conflito a partir do direito e o cuidado/altruísmo para com o colega que sofre o preconceito, seja pela relação de amizade para com a personagem, seja pelo direito de ser quem ele(a) é. Os modelos 2, 4 e 5 estão nessa categoria.

O direito de ser respeitado(a) e o cuidado com o outro, no sentido de proteção e preservação da relação de amizade com

aquele(a) que sofre a discriminação, expressam a categoria B. Percebe-se uma integração entre as dimensões do outro concreto e do outro generalizado proposta por Benhabib (1992), dado que o “outro” pode ser aquele abstrato, sujeito de direitos ou aquele do contexto da situação, em que seus sentimentos e necessidades são destacados como relevantes para a decisão do conflito.

A categoria A é aplicada por 62% dos jovens participantes para a personagem do sexo masculino, enquanto que a categoria B é aplicada por 67% dos jovens participantes para a personagem do sexo feminino. Para as jovens participantes, a categoria A prevalece sobre as personagens do sexo masculino (59%); e sobre a personagem do sexo feminino, as participantes aplicaram, em sua maioria, a categoria B (65%). O que se pode constatar é que as mudanças de categoria, em relação ao sexo da personagem, se confirmam aqui, dado que meninos e meninas participantes atribuem a categoria A (62% e 59%, respectivamente) ao personagem do sexo masculino e a categoria B (67% e 65%, respectivamente) à personagem do sexo feminino.

Pode-se dizer ainda, a partir desses dados, que o sexo da personagem enquanto conteúdo do conflito parece influenciar no modo de resolvê-lo. A maioria dos jovens participantes considera que a personagem do sexo masculino orienta-se pelo cuidado de si mesmo e pela manutenção de suas amizades e identidade de gênero e sexual. Esse fato está relacionado ao que representa a masculinidade hegemônica que exclui outras masculinidades que não se vinculam à heterossexualidade (SEIDLER, 2000; KIMMEL, 1994). A respeito da personagem do sexo feminino, grande parte dos jovens participantes considera o outro (seja concreto ou generalizado) como principal fonte de preocupação na tomada de decisões para a resolução do conflito. As jovens participantes

também consideram que os homens tendem à autopreservação (de si mesmos e das relações que os cercam) e as mulheres tendem a orientar-se pelo “outro” nas suas decisões éticas e morais.

Essas representações (categorias A e B) apontam também para a manutenção de modelos sexistas e heterossexistas no modo como os jovens resolvem os conflitos envolvidos na situação apresentada. Um homem centrado em si mesmo e preocupado com a imagem de si diante dos outros e com medo de perder sua identidade de gênero e sexual (KIMMEL, 1994). Uma mulher que se apresenta zelosa e com cuidados com os outros é representação que reforça as representações do masculino e feminino hegemônicos na cultura.

O sistema sexo/gênero binário e contínuo (BUTLER, 2003) também não é questionado pelos participantes tanto em relação às categorias de modelos (A e B) quanto em relação aos modelos que fazem parte delas. Remete-se aos significados produzidos sobre os gêneros, tomando as ações cotidianas (valores, gostos etc.) das personagens vítimas da homofobia como ato performativo que produz significados na lógica heteronormativa. Reafirmando uma continuidade, esse sistema desvela a homofobia presente no modelo 3, que desencadeia respostas, tanto de participantes homens quanto de mulheres, que atribuem o medo e a vergonha em relação à identidade (heterossexual) e à imagem diante dos outros.

As representações sobre a personagem de sexo masculino, tanto por meninas quanto por meninos participantes, referem-se à categoria A, enquanto as relativas à personagem do sexo feminino relacionam-se à categoria B. Desse modo, as representações de gênero, a partir da situação de conflito sugerida na pesquisa, produzem uma imagem sobre os homens muito diferente da das mulheres diante da mesma situação (semelhante ao encontrado por

PUPO, 2007). Pelos dados encontrados, a mulher tentaria integrar as dimensões pública e privada nas suas decisões e o homem tende a se autopreservar, voltando-se para si mesmo na resolução do conflito.

Esses dados demonstram uma complexidade no dinamismo do funcionamento psicológico moral dos participantes atravessado pelo conteúdo de gênero na situação de conflito. Esses participantes atribuem, de maneira geral, maiores atitudes preconceituosas a homens do que a mulheres na mesma situação de conflito (quadro semelhante foi indicado por COSTA et al., 2013).

A partir das categorias A e B, foi possível delinear os modos como se articulam valores e princípios morais e éticos, considerando as representações de gênero construídas sobre as personagens da situação. A categoria A trata de uma dimensão voltada para si mesma, na qual se sobressai a preservação das amizades, de identidade de gênero e sexual que se faz binária e heteronormativa. Na categoria B, a dimensão priorizada é a do cuidado com o outro e o respeito pelo direito de ser do outro em relação à sua sexualidade.

Do ponto de vista da dimensão moral e ética, trazem à tona sentimentos e valores envolvidos na relação eu/outro diante do conflito interpessoal. A categoria A refere-se a uma preocupação consigo mesmo, trazendo a vergonha como o sentimento básico de orientação em alguns modelos dessa categoria (modelo 3) e como regulador moral na situação. A dimensão da preocupação com a própria imagem diante dos outros e com a preservação dos vínculos sociais parece trazer um caráter egoísta e individualista a essa dimensão. Foram trazidos à tona sentimentos ligados às relações sociais de amizade (seja para preservá-las, seja para preservar a própria imagem) que orientaram as decisões diante da situação de conflito.

Gilligan e Attanucci (1988) e Gilligan (1993, 2011), ao atribuírem a importância do papel da cultura na construção da moralidade, já destacaram a função do conteúdo com referência na situação diante de decisões e juízos morais. Na pesquisa que desenvolvi, as representações de gênero desencadearam modos de ser do ponto de vista moral, o que pode ser apontado como mais um conteúdo nessa construção, assim como foi em outros estudos (KELLY, 2011; MacGILLIARDY-DeLISI et al., 2003).

Assim, a abordagem da investigação realizada se aproxima das perspectivas feministas que criticam a produção de pesquisas sobre moralidade e gênero mais integrativas a partir do self/eu organiza e a construção do sujeito moral (VASCONCELOS e SOUZA, 2010; BENHABIB, 1992). Nessa organização, sentimentos, pensamentos, crenças, ideias e valores estão presentes, e, nela, o gênero tem ação central nessa organização como uma construção cognitiva, afetiva e sociocultural.

Sendo o self um conjunto de representações do sujeito sobre ele mesmo que agrega valores positivos e negativos, ele está em jogo nas decisões e ações morais enfrentadas no cotidiano. Pode-se verificar, neste ponto, que as categorias expressam o funcionamento do self a partir do sexo das personagens.

Quanto às categorias elaboradas e as suas vinculações às personagens dos sexos masculinos e femininos, consideramos que elas apontam para novas significações sobre o masculino; por exemplo, o destaque dado a sentimentos morais e às relações de amizade como reguladores das relações. No tocante às personagens do sexo feminino, a categoria B traz a dimensão do direito e do dever em relação ao outro.

Essas significações sobre o masculino e o feminino do ponto de vista moral é que abrem espaço para a discussão do gênero como

plural. Referimo-nos aqui a possibilidades de vinculação, em relação a personagens homens, de questões mais afetivas, pessoais e relacionais de cuidado consigo mesmo e, em relação a personagens mulheres, de questões mais racionais e de justiça. Talvez, o conteúdo da situação e o conflito moral em torno do evento da homofobia com o(a) colega tenham desencadeado essas outras possibilidades.

Notadamente, quando mencionamos a necessidade de pesquisas na perspectiva da pluralidade do gênero, tal como sugerida por Benhabib (1992). A discussão sobre a permeabilidade do gênero configura também uma abertura epistemológica nos estudos sobre a moralidade, já que a clássica binarização da moralidade em ética do cuidado e ética da justiça não nos permite ampliar a perspectiva sobre diferentes orientações, valores e princípios morais nas personalidades.

Desse modo, a partir dos modelos aplicados pelos participantes e das categorias destacadas, percebe-se a necessidade de revisar as teorias morais quando se trata da variável gênero. Isso significa superar o sujeito kantiano, que é autônomo e descolado de si mesmo, para assumir um sujeito que tem desejos, individualidade e necessidades concretas que entram no jogo das decisões morais e éticas vividas no cotidiano. As estruturas sozinhas não explicam a moralidade, explicável somente em conjunto com os conteúdos da situação (gênero e a sexualidade, no caso da presente pesquisa) e com as experiências (cognitivas, afetivas e socioculturais) dos sujeitos que também têm papel fundamental na sua construção.

A teoria dos modelos organizadores do pensamento auxilia no salto de interpretação da moralidade em sua articulação com a perspectiva de gênero. O gênero passa a ser um articulador interessante nas pesquisas efetuadas pelo grupo que pesquisa que utiliza esta perspectiva. A rejeição ao discurso de sujeito fundado na

exclusividade da racionalidade e da justiça se apoia na crítica dos novos paradigmas em ciência, no qual os feminismos são contribuintes. Contudo, a relação sujeito-objeto sugerida pela teoria dos modelos organizadores é ainda afeita aos construtivismos radicais em que o polo do sujeito é fonte das ações e produções da realidade. A ideia de representação contida nos modelos organizadores supera a ideia deste processo mental como assimilador de propriedades de fato da realidade, quando agrega outros possíveis conteúdos não presentes nas situações estudadas.

Por outro lado, a teoria dos modelos organizadores avança na discussão da relação entre cognição e afetividade, produzindo hibridismos interessantes sobre os processos de conhecer, afirmando os conhecimentos sentidos e os sentimentos conhecidos<sup>25</sup>. A presença dos sentimentos na interpretação das situações de conflito propostas nas investigações desvela a necessidade ainda de se romper as fronteiras fundadas pela modernidade sobre o sujeito e o conhecimento. O gênero parece ser um grande aliado nessa leitura, desde os feminismos empiricistas que parte das experiências de perspectiva que produzem positividade do afeto e do cuidado como atributos psicológico das mulheres. As pesquisas citadas tendo o gênero como conteúdo e perspectiva de análise, desde a teoria dos modelos organizadores, parecem sugerir esse caminho. Montenegro (2003) aponta a necessidade de se pensar esses feminismos nas teorias psicológicas da moralidade, evitando que sejam ou valorizadas as diferenças de gênero ou minimizadas e, ainda, a desconsiderar os fatores socioculturais nessa valorização ou minimização.

---

<sup>25</sup> Monserrat Moreno e Genoveva Sastre avançam ainda mais nessa discussão nos textos *Como construimos universos - amor, cooperación y conflicto* (2010) e *Amor y Política* (2015).



Nas pesquisas por mim realizadas, existem também estas aproximações maximalistas do gênero (MONTENEGRO, 2003). Tentei apresentar nas investigações a integração, de modo não dualista, teorizando a moralidade como composições das éticas da justiça e do cuidado e, mesmo buscando outras possibilidades fora desse eixo. Entretanto, mesmo articulando metodologicamente a representação de gênero com a categoria sexo dos participantes, os deslocamentos do feminino e masculino não permitiram de fato a visualização das pluralidades de gênero em suas articulações com a moral, dado que não se perguntava às/aos participantes sua identidade de gênero, pressupunha-se uma cisgeneridade nos protocolos. Assim, a perspectiva de gênero estava fundada no gênero como marcador biológico-cultural (correspondência cisnormativa do sistema sexo-gênero) como fonte das informações nas pesquisas, não performático ou auto referencial.

Ademais, as contribuições de epistemes feministas empiristas nestas pesquisas se devem ao modo como os dados são coletados. Ao emergir as categorias das próprias respostas e não de categorias prévias na análise do funcionamento psicológico moral, exige a abertura ao registro textual ou em voz das/os participantes. Há aqui uma rejeição aos testes duros e estruturados de modo a obter dados sobre um sujeito já previamente definido<sup>26</sup>. A teoria dos modelos organizadores também ofereceu possibilidades nesse sentido, até mesmo em entrevistas mais próximas de uma abordagem narrativa, mesmo não explorando o processo de produção de dados pela via do pesquisador (quem organiza o material fonte).

---

<sup>26</sup> O trabalho de Arantes (2013) explora mais estes aspectos metodológicos da teoria dos modelos organizadores em suas pesquisas sobre as relações entre cognição e afetividade. Atenta, sobremaneira, para a abertura na análise dos protocolos e possibilidade de não produzir previamente categorias.

Estes aspectos metodológicos dos estudos em psicologia sobre gêneros e juventude deixam de lado a referência interseccional e a problematização da produção da pesquisa quando constrói fronteiras entre sujeito e objeto do conhecimento. As perspectivas feministas situadas e interseccionais e as metodologias de investigação narrativas são caminhos que explorei nas pesquisas que apresentarei no próximo capítulo. A principal questão tratada por elas será o tema do amor e violências como mote para estudar o gênero articulado com outros marcadores, como as sexualidades e as idades. A referência etária será explorada situando as juventudes como tempo da vida em movimento e em configuração constante com as outras gerações, as diferentes expressões de gênero e sexuais que fogem da norma. Os referenciais se aproximam mais das epistemes feministas pós-modernas ou da ciência alternativa, que buscam desmanchar as ilusões criadas pela modernidade de cisões entre natureza e cultura, para se pensar, desde outros lugares, os tempos da vida, os gêneros, as sexualidades e o conhecimento.



V.

**JUVENTUDES, AMOR E VIOLÊNCIA: NATUREZA  
E CULTURA TENSIONADOS NOS ESTUDOS  
SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES**

O conjunto de pesquisas que apresento nesta segunda fase (realizadas entre 2012 a 2017) busca problematizar os caminhos metodológicos e teóricos sobre os gêneros e as sexualidades na juventude contemporânea, tendo o amor e a violência como dispositivos de análise da tensão entre natureza e cultura nas ciências humanas e sociais, especialmente na psicologia do desenvolvimento. Trata-se de uma segunda fase das investigações até então produzidas com o propósito de buscar novas metodologias e perspectivas teóricas que se vinculem às epistemologias feministas alternativas ou pós-modernas, em função do que estas se interrogam sobre a relação sujeito e conhecimento. O ponto de ruptura com as pesquisas conduzidas anteriormente se refere, portanto, ao aprofundamento da crítica feminista contemporânea sobre a produção em psicologia a partir da intersecção entre os marcador etário juventude, sexualidades e gêneros.

O que denominamos de tensão entre natureza e cultura está relacionado ao debate em torno da cisão e dos dualismos como efeitos da ciência moderna tal como já pontado por Latour (1994) e pelo debate feminista (HARAWAY, 1991 e 1995; HARDING, 1993). O homem (cisgênero, branco, europeu, heterossexual) como medida de todas as coisas e fonte da razão e do entendimento do mundo, funda esta divisão dado que o atributo cultural humano é

fruto de sua ação sobre a natureza, sobre a transformação e/ou manipulação do que é puro e essencial.

Na psicologia que se aproxima das tradições modernas da relação entre natureza e cultura, opera-se modos de explicação sobre o funcionamento psicológico buscando que tentam articular o que se observa como natural (da ordem do biológico ou da teoria evolutiva) e o adquirido (de origem cultural). Como foi visto no terceiro capítulo, a psicologia do desenvolvimento, com seu campo de estudos sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo nas funções psicológicas e na explicação dos comportamentos humanos. Estudos comparativos entre o comportamento humano e animal, na tradição da Psicologia Comparativa, são um exemplo de tentativas da psicologia em fundamentar muito comportamentos humanos como advindos da natureza, portanto, naturalizados eles passam a ser melhor aceitos, como parte do processo normal do curso de vida.

Estas questões são o pano de fundo dos trabalhos que irei apresentar. O tema da violência é algo um campo de debates sobre esses processos. A violência é um fenômeno natural (do masculino, homem) ou produto da cultura? Quando se trata dos jovens que cometem atos infracionais o marcador etário comparece, via psicologia, para explicar como passagem, resposta ou resistência a uma sociedade que cria regras sem sentido e injustas; ou ainda, como caráter vinculado ao sujeito homem, parte da natureza violenta, localizada geralmente no gênero masculino, advindo dos primórdios da humanidade na luta pela vida.

Por outro lado, o amor como tema de investigação pode levar à sua banalização se recorrer a ideia de que o amor é um sentimento universal, natural, parte da vida e (que deve ser) experimentado por todas e todos, principalmente o amor romântico. A naturalização também se refere ao amor materno como algo

próprio da natureza feminina e também o amor legítimo como aquele entre um homem e uma mulher. Ainda, que as experiências amorosas só se dão após determinadas idades e que amar pode matar. Assim, o amor como tema incita o debate às interseccionalidades, tendo os gêneros e as sexualidades como eixos possíveis. Também provoca sobre os discursos regulatórios das vidas sentimentais, das configurações familiares e das violências que se comentem em nome dele.

Com a primeira pesquisa que apresentarei pretendi investigar os modos como o amor é significado pela juventude contemporânea. Aplicamos um questionário aberto<sup>27</sup> jovens universitários brasileiros, mulheres e homens, que se declararam de sexualidades dissidentes (gays, lésbicas, bissexuais) ou heterossexuais. Busquei interseccionar os marcadores de gênero e sexuais com as juventudes no que se refere às experiências amorosas vivenciadas por elas e eles, os sentimentos, percepções e conflitos envolvidos.

Ainda nessa pesquisa foram realizadas incursões metodológicas a partir de outros instrumentos. Foram realizadas entrevistas narrativas piloto, de modo a complementar algumas informações que pelo questionário aplicado. Nestas entrevistas, foram solicitados às/aos participantes que contasse sobre uma experiência amorosas, seu início meio e fim.

O roteiro de análise ainda estava marcado pela perspectiva teórica dos modelos organizadores do pensamento. Com ela foi possível uma análise micro das construções interpretativas dos

---

<sup>27</sup> Projeto *Amor e conflitos na juventude contemporânea: um estudo a partir da teoria dos modelos organizadores do pensamento*. Tive como colaboradoras bolsistas as alunas do curso de psicologia: Anelise Barbara Zoia, Mirela Fios de Oliveira, Gisele Tiemi Sugawara, Gabriela Cattal Albaraçin, Bruna Sordi Silva. Agradeço a Fapesp e o CNPq pelas bolsas de iniciação científica ofertadas. Agradeço igualmente a Fapesp pelo financiamento de parte desta pesquisa como Auxílio Regular (2014-2016) e Estágio Pós-doutoral na Universitat de Barcelona (2013).

participantes, de modo que foi permitido aprofundar nas significações produzidas pelos participantes. Entretanto, havia lacunas no processo considerando o papel da/o pesquisador/a na produção dos modelos. A relação sujeito e objeto ainda era, de certo modo, localizado no conhecedor, mas não problematizava esta atuação na análise dos modelos organizadores dos participantes.

Teoricamente, também foi um avanço a opção de utilizar o termo juventude, ao invés de adolescência, marcado pelo modelo médico e da ciência do desenvolvimento progressiva e linear. Também foi um avanço as intersecções com os marcadores gêneros e sexualidades na investigação sobre o amor. Inicialmente a pesquisa foi idealizada com base na pesquisa de Sastre e Moreno (2010) mas que não e considerava estes marcadores (principalmente a orientação sexual) como componente das percepções e ações da/na vida amorosa.

Um segundo momento do conjunto de investigações que apresento neste capítulo, refere-se justamente a esta crítica que vinha produzindo ao longo do processo de trabalho com a teoria dos modelos organizadores. A perspectiva avançava na abertura da análise, na não categorização prévia dos conteúdos e sua dinâmica no funcionamento psicológico, bem como na consideração de uma realidade subjetiva construída pela/o sujeita/o.

Contudo, a ideia de acessar as representações produzidas pelas/os participantes remetia a uma manutenção do modelo de uma realidade interna e externa, que se não totalmente distintas, se apoiavam na premissa desta distinção. Além do mais, como já apontado, na produção dos modelos a/o pesquisador/a tem um papel muito importante e que não pode ser deixado de lado. A maioria das pesquisas também utilizam do questionário aberto como modo de acessar as respostas das/os participantes. A entrevista

permitiria um conjunto de modulações e produções discursivas que trariam maior complexidade e dinâmica do processo de construção de significados em uma situação e/ou experiência, como a amorosa.

Para explorar estas críticas que se fundam nas formulações feministas pós-modernas ou alternativas (HARDING, 1993), delineamos um conjunto de pesquisas que se dedicaram a se valer de conhecimentos situados e de metodologias de investigação implicadas. Mais próximas do modelo artesanal de pesquisa proposta por Harding (1993) e Haraway (1995), voltei-me ao propósito de pensar nas pesquisas em processo e que se pretendem mais simétricas na produção de informações sobre um campo de questionamentos. Duas alternativas se apresentaram: os estudos sobre narrativas e a cartografia.

Comecei a desenvolver estas ideias com alunas e alunos de pós-graduação das áreas de educação e da psicologia. Em alguns deles exploramos a perspectiva narrativa de investigação com: jovens travestis sobre suas experiências escolares (SALES, 2012); as narrativas de jovens, que vivenciam um programa socioeducativo, sobre o ser jovem em interlocução com as produções discursivas das políticas públicas que frequentavam sobre eles mesmos (MENDES, 2013<sup>28</sup>); no estudo sobre jovens e seus sentimentos no uso das tecnologias das redes sociais como o facebook (PAIXAO, 2016). Outras pesquisas, foram trabalhadas desde uma perspectiva narrativa que buscava mais simetrias na produção textual e na produção de dados, orientamos a pesquisa de Caio Andreo (2014<sup>29</sup>) sobre violência e masculinidades nas histórias de vida de adolescentes em conflito com a lei e a pesquisa de Danielly Mezzari

---

<sup>28</sup> Pesquisa financiada pela Capes com bolsa Demanda Social.

<sup>29</sup> Pesquisa financiada pela Capes com bolsa Demanda Social.



(2017<sup>30</sup>) sobre as experiências amorosas de jovens mulheres lésbicas. Por fim, adentrando o campo das cartografias como método na pesquisa de Fabio Morelli (2017) sobre como homens jovens gay se utilizam dos aplicativos de geolocalização de smartphones para encontros afetivos e sexuais.

Concentrarei nestas três últimas pesquisas minhas considerações. A preocupação, nesse momento, é retomar questões fundamentais das perspectivas feministas e queer sobre a ciência, o que implica em questionar os modelos dominantes vigentes no campo de produção de conhecimento em psicologia. Questiona-se os modos de operar que levam à exclusão e opressão os conhecimentos que não atendem aos cânones da objetividade racionalizada e universal da ciência moderna.

Desse modo, a intenção foi a de promover uma leitura a partir das contribuições metodológicas das críticas feministas baseada na perspectiva dos saberes situados e das interseccionalidades. Estas propostas permitiram perceber e conhecer os modos de expressão das sexualidades e gêneros da juventude contemporânea, bem como a mudança de perspectiva sobre esse tempo da vida como processo atravessado por diversos marcadores sociais.

Estas outras formas de pesquisar, bem como os objetos escolhidos e as questões que os atravessam remetem a uma ciência alternativa à moderna no campo da psicologia. As aproximações com as interseccionalidades e com os saberes situados são uma possibilidade de pesquisar em que aposto. Estas incursões projetam outros modos de pesquisar e pensar os objetos de investigação na

---

<sup>30</sup> Pesquisa financiada pela Fapesp na modalidade Bolsa de Mestrado e Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior. Processos 14/26841-4 e 16/01896-6.

psicologia do desenvolvimento, interrogando a ela mesma sobre o que produz, para quem produz e com quem produz.<sup>31</sup>

### **5.1 Experiências amorosas nas diferentes expressões de gêneros e sexuais da juventude**

Tratar do tema da juventude contemporânea é trazer o tempo como foco de problematização. O filósofo Giorgio Agamben (2009) ao conceituar esse termo, o contemporânea, inicia logo com a questão “De quem e do que somos contemporâneos?” Ou ainda, “O que é ser contemporâneo?”. Para Agamben (200), a contemporaneidade “é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distanciamentos; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo” (p.59).

Desse modo, os que estão conectados à época e perfeitamente conformados a ela, de acordo com Agamben, não são contemporâneos. A contemporaneidade é justamente o entre

---

<sup>31</sup> Coordenei durante a produção deste texto a pesquisa Epistemes feministas na produção da Psicologia do Desenvolvimento: o gênero como dispositivo de problematização nos processos de mudança (Proc. Fapesp 17/14706-3). Nele buscamos mapear e problematizar a produção da Psicologia do Desenvolvimento, considerando as contribuições dos estudos feministas nas ciências. Este trabalho foi o início desse processo que buscou mapear a minha própria incursão ao interseccionar as epistemes feministas e a psicologia do desenvolvimento. Num outro momento, planejei: situar os discursos e saberes sobre os processos de mudança desde perspectivas de gênero (feministas) ao longo da história da disciplina Psicologia do Desenvolvimento; mapear os usos do gênero como categoria na produção acadêmica em psicologia do desenvolvimento no Brasil, tendo como fontes as disciplinas de cursos universitários e periódicos da área; c) delinear um programa de estudo a partir das epistemes contemporâneas que operam e produzem conceitos os quais, sugerimos, forcem uma revisão sobre as bases dos processos de mudança (relações entre natureza e cultura, razão e afeto, tempo e vida, conhecimento e subjetividade, etc). Desde essas leituras possíveis busca-se também a produção de outros modos de saber/fazer pesquisa em psicologia, assumindo perspectivas políticas e éticas que se aproximam de demandas referendadas também pelos marcadores etários.

tempos. Quem é contemporâneo é “aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro”<sup>32</sup> (AGAMBEN, 2009, p. 62). Perceber o escuro significa interpelá-lo constantemente, ter coragem para manter fixo o olhar nele e também perceber uma luz que ao mesmo tempo em que se dirige a nós, se distancia de nós.

Na Sociologia (PAIS, 1990) a juventude tem sido conceituada como momento ou fase da vida na qual há certa uniformidade no modo de pensar e agir em seu tempo, próprios de uma faixa etária. Numa outra vertente essa cultura global juvenil é rechaçada afirmando a existência de diferentes culturas juvenis que se ramificam em função de categorias como classe social, gênero, raça/etnia e outras. Esse mesmo autor apresenta a juventude como uma categoria geralmente vinculada aos problemas sociais<sup>33</sup>. Isto é, a juventude como faixa etária que corresponde a um problema social e produtora desses problemas, dado que o comportamento do jovem é vinculado à desordem, delinquência, indiferença aos costumes e ideais da geração dominante adulta, e a ela deve ser aplicado dispositivos de controle (educacionais/repressivos) para moldá-la às necessidades sociais.

Por outro lado, esse comportamento juvenil significados como “desviantes”, tem sido indicado por algumas leituras psicanalíticas (ERIKSON, 1976) como um elemento constitutivo

---

<sup>32</sup> Agamben(2009) esclarece que esse conceito de escuro não se refere a privação de algo (luz). A Neurofisiologia esclarece que a falta de luz não é uma não-visão, mas sim um resultado de atividade de células da retina denominadas off-cells, excluindo a ideia de passividade ou inatividade.

<sup>33</sup> Peralva (1997) menciona como autores do campo da Sociologia que tratam dessa representação acerca da juventude: MATZA, D. Subterranean traditions of youth. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 338, Nov. 1961; MATZA, D., SYKES M, G. Techniques of neutralization: a theory of delinquency. *American Sociological Review*, n. 22. pp. 657-669, 1957

do ser jovem em busca da construção de uma identidade, que implica no embate com figuras de autoridade para a produção de novos modos de ser diante de modelos que não representam e respondem às demandas atuais. Nesse mesmo sentido, de categoria social transformadora, Mannheim (1968), na Sociologia, promove uma leitura da juventude que é fonte dos movimentos sociais e promotora de rupturas com modelos, promovendo mudança social. Desse modo ela ganha outro status: a de empreendedora de mudanças sociais e da inventividade e novidades<sup>34</sup>.

Os diferentes significados atribuídos à juventude em diferentes campos do saber nos remetem ao conceito de contemporâneo de Agamben. O tempo é um elemento chave nessa compreensão do contemporâneo e a juventude como tempo (idade) da vida tem sido significada de diferentes maneiras ao longo da história, transitando entre momento de inadequação e de revolução/novidade; como um grupo que se configura numa unidade social ou grupo diversificado culturalmente. A juventude é uma categoria temporal cuja relação com o próprio tempo é inatual, já que não se adequa à época vivida, e se lança a perceber o escuro como algo que faz parte de si mesmo e que não cessa de questioná-lo.

O que de contemporâneo tem as experiências amorosas na juventude? Tais temas são recorrentes quando se trata da juventude contemporânea, repercutindo em questões relacionadas a políticas públicas em relação ao comportamento reprodutivo e sexual

---

<sup>34</sup> Percebemos na mídia que jovens são não só o foco de propagandas destinadas ao consumo, mas também que eles têm produzido no campo da moda, das artes e do conhecimento inúmeras contribuições que implicam em mudanças de comportamento e estilos de vida. Para Pais (1990) a mídia oscila entre a representação de um jovem problema e um jovem consumidor e criativo, que tem maior interesse para o regime socioeconômico e político.

(HEILBORN, 2004; HEILBORN e CABRAL, 2004) e as violências decorrentes das diversidades de gênero e sexuais (ABRAMOVAY e RUA, 2004; JUNQUEIRA, 2009). Os jovens ao mesmo tempo em que estão sujeitos aos modelos tradicionais de relacionamento erótico-amoroso também promovem rupturas nos modelos padrões da sexualidade e das relações amorosas. Algumas características podem ser destacadas como próprias da adolescência e da juventude no trajeto de transformações: o questionamento dos modelos de relações familiares, do comportamento sexual e social deles próprios e dos outros.

A vida erótico-amorosa dos jovens, embora iniciante, é intensa e tem desdobramentos nos campos da saúde (políticas públicas) e da educação (formal e não formal). O tema da vida afetiva e sexual dos jovens e adolescentes é sempre recorrente no trabalho nesses campos e é fruto da demanda das constantes transformações pelas quais essa população passa, tanto do ponto de vista biopsicossocial (adolescência), quanto do histórico (OZZELA, 2004; ERIKSON, 1976; KEHL, 2004).

As transformações nas relações nos espaços públicos e privados, marcados pela velocidade, instabilidade e incerteza sobre os conhecimentos e os costumes, produzem subjetividades que subvertem os padrões tradicionais sobre ser jovem e ser adolescente. Como tema de preocupação marcante da juventude e da adolescência, o amor e as relações erótico-amorosas não têm significados fixos, mas se transformam ao longo da história e em função dos domínios simbólicos e culturais dos grupos humanos (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2001). Para Beck e Beck-Gernsheim as relações conjugais em suas transformações no tempo histórico, demonstram diversas modalidades de amar e ser amado(a). A revolução industrial implica em novas maneiras de relacionar-se

conjugalmente e em novas configurações familiares. As mudanças no papel da mulher na vida econômica e familiar desloca a atividade reprodutiva como foco da família e implica em mais tempo para se dedicar a relações a dois e à outras formas de conjugalidade. No setor das relações erótico-amorosas contemporâneas, jovens e adolescentes expressam seus pensamentos, sentimentos e desejos em diferentes formas que se aproximam e se distanciam da cultura heteronormativa e androcêntrica.

A crescente violência e discriminação diante das diferenças de gênero e sexuais trazem esse tema como mais um elemento de análise. Há um momento cada vez maior de registro de violência entre jovens, muito deles relacionado a questões amoroso-passionais e que envolvem as relações heterossexuais (ARANTES, SASTRE e GONZÁLEZ, 2010). No caso de gays e lésbicas, justifica-se em produzir mais informações sobre os modos de ser, de sentir e pensar, dessa população, ainda pouco presente em estudos que descrevem suas representações e opiniões sobre suas experiências erótico-amorosas conjugais (FÉRES-CARNEIRO, 1997; HEILBORN, 2004).

O caráter histórico do conceito de juventude afirma sua pluralidade e rompe com atributos essencialistas desse tempo da vida. Os aspectos históricos e culturais ainda entrelaçam-se com outras categorias, como o gênero e a sexualidade no interior dos grupos e culturas juvenis, desde uma perspectiva da interseccionalidade, a qual se refere a dar visibilidade a estruturas e relações de poder que atravessam a diferentes marcadores identitários tais como raça, etnia, sexo, gênero, classe, etário etc. (McCALL, 2005). Assim, existem diferentes maneiras de representar e significar os sentimentos, as relações amorosas e sexuais, muitos deles baseados nos modelos androcêntrico e heterossexista, em que a

identidade masculina e heterossexual é demarcada como um lugar do exercício do poder sobre a mulher produzindo violência física e simbólica (SAFFIOTTI, 1987 e MACHADO, 2004). Todavia, ainda predominantes, tais modelos podem apresentar-se em diversos graus de aproximação e ruptura com modelos menos excludentes (TRAVESSO-YEPEZ, 2005; NASCIMENTO, 2004). Mas é certo que como categorias histórico-sociais, gênero, etnia e classe social, por exemplo, definem trajetórias de vidas diferenciadas dos jovens (OZELLA, 2004).

Embora afirmemos a pluralidade do gênero nas culturas juvenis, percebemos que o uso da violência é uma marca cada vez mais frequente nas relações sociais, sendo que o modelo masculinista e heterossexista têm dominado as cenas da juventude contemporânea, em que o uso da força física só reforça a reprodução desse modelo androcêntrico nas manifestações dos comportamentos juvenis (ABRAMOVAY e RUA, 2004).

O rompimento com o modelo androcêntrico tem origem no feminismo, como movimento social no combate à exclusão e violência contra a mulher em diversos âmbitos sociais (BENHABIB & CORNELL, 1987; HARDING, 1993). O argumento crítico feminista reside no fato de que a cultura patriarcal e androcêntrica impõem uma organização social, política e econômica em que o homem é o centro do comando e detém o poder nas decisões em vários setores da vida: na família, no trabalho, na escola, na política e na ciência. É combatida a exclusão da mulher da vida social e política da sociedade em que vive, e sua existência é relegada à vida doméstica, ao mundo privado, sem participação efetiva no mundo público, que é privilégio dos homens.

Louro (1997) destaca a importância desses estudos em dar visibilidade à mulher no mundo social, político e científico.

Sobretudo em seu caráter político de enfrentamento que, ao assumir uma posição, rompe com pretensas neutralidades e objetividades, o que por si só já é uma grande contribuição às ciências. Para Braidotti (2004) os feminismos têm como pressuposto o fato de que o “sujeito universal do conhecimento” é falsamente generalizado e, como consequência, impõe discursos que se referem fundamentalmente a um sujeito que é homem, branco, heterossexual e de classe média.

Quando se trata do feminismo se debruçando a realizar uma crítica ao amor (ao pensamento amoroso) deve-se pensar na sua importância política (ESTEBAN, 2011). Infância, família, a política, a religião, enfim, a organização geral da vida cotidiana tem o amor (os afetos) como inspiração e orientador de relações e significados. O empenho em tomar o amor (romântico, parental, materno etc.) como analisador das condições de exclusão, opressão e produtor de um imaginário sobre o cotidiano normativo se intensificaram para além dos movimentos feministas na ciência e na vida cotidiana, nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX, e nas últimas décadas com os movimentos sociais gays e lésbicos. Estes têm empreendido rupturas aos modelos tradicionais de relações conjugais, parentais e afetivo-sexuais, desencadeando revisões sobre as formas de sentir e de relacionar-se.

Os jovens são reivindicadores dessas novas formas de viver, se expressar, de amar (ALMEIDA e EUGENIO, 2006). O número de meninos e meninas que lidam com suas sexualidades e diferenças de gênero não atendendo a estereótipos tem sido mais visto no cotidiano e em diferentes meios de comunicação, mesmo ainda sendo tabu para muitos e gerado debates políticos e sociais governamentais no Brasil.



As coletividades têm produzido diferentes formas de estabelecer como devem ser as relações erótico-amorosas (MORENO e SASTRE, 2010). Em diferentes culturas variam a fidelidade amorosa-sexual, os arranjos familiares (liderados por homens ou mulheres, ou o grupo) as formas de conjugalidade (casados, divorciados, descasados etc.) e de relação erótico-amorosas (homem/ mulher, homem/homem, mulher/mulher). Para essas autoras, os modelos existentes de relações erótico-amorosas, apesar do imperativo de um modelo, são muito mais variados do que se imagina.

Geralmente em nossa cultura ocidental e cristã, entende-se um casal como ideal de amor erótico: o amor entre duas pessoas de sexos diferentes. No entanto, a poligamia é muito frequente em diversos grupos e sociedades humanas. Além disso, a finalidade do casamento entre duas pessoas de sexos diferentes, a procriação, já não se sustenta na sociedade contemporânea cujas demandas (hedonistas) transformam o sexo e a sexualidade com outros fins que não os de reprodução, mas da busca do prazer e do bem-estar.

Com os feminismos surge a necessidade de ampliar as análises realizadas. Com eles ainda o termo gênero toma lugar crítico em que se afasta de posições essencialistas e a atenção volta-se para o processo e a construção da pluralidade das expressões sobre o masculino e o feminino. Judith Butler com o conceito de performatividade de gênero introduz a ideia de que o gênero se performa diante de um conjunto complexo de elementos que envolvem a linguagem, o corpo, o sexo, a cultura, o desejo (BUTLER, 1997), se inserindo em modos compulsórios ou não. Assim, as contribuições dos feminismos aos estudos de gênero residem principalmente no confronto com as relações sociais e de

poder que atravessam as culturas masculinista e heterossexista que promovem modos de existir compulsórios e normativos.

O amor tem sido problematizado por várias áreas do conhecimento. Longe de esgotar todas elas aqui neste texto, pretendemos destacar aquelas ideias que são mais pertinentes aos propósitos deste estudo. Esteban (2011) nos alerta que é perigoso conceituar o amor e torná-lo um conceito etnocentrado e generalizado, ou seja, universalizar o amor desde uma única perspectiva. Atentos a isso, passaremos à uma breve discussão histórica sobre o papel do amor na organização das relações conjugais nas sociedades modernas, algumas contribuições da Filosofia, Antropologia e da Psicologia para pensarmos o amor na atualidade. Focaremos nossas considerações em torno da ideia de amor romântico que predomina nestas perspectivas.

O amor, para Esteban (2011) pode ser definido como "una forma de interacción y vinculación que comporta la idealización y erotización del otro, y el deseo de intimidad y de durabilidad de la relación" (p. 42). Esta interação ainda é atravessada pelos sentimentos, percepções, sensações, erotização, passado, presente, futuro, ações (individuais e coletivas) que são também produzidas pelo contexto histórico e social. Para complementar com uma dimensão específica dessa concepção, tal como para outros autores como Bozon (2005 apud OLTRAMARI e GROSSI, 2010; OLTRAMARI, 2009), o amor é uma prática social que deve ser compreendida nas trocas e concessões que as pessoas fazem entre si, que seriam confidências, intimidade. Com isso sugere pensarmos o amor como prática social vivenciada como sentimento.

De modo semelhante, Moreno e Sastre (2010) consideram que a dificuldade em definir o amor resulta não só do fato de que ele não diz respeito a uma só coisa, mas sim a um conglomerado de

emoções e sentimentos que varia de acordo com o tempo, o espaço e a história individual de cada um, mas também porque ele varia de acordo com outras circunstâncias como o objeto a que se direciona (que pode ser a alguém, a uma ideia, a um animal, etc.) e as situações particulares em que a pessoa se encontra (dimensão prática). Para além disso, os sentimentos amorosos sempre se apresentam ligados a outros sentimentos como a ternura, a entrega, o prazer, mas também a rivalidade, a inveja, etc. Dessa forma, as pesquisadoras consideram que não se deve pensar o amor como um sentimento, mas sim como um complexo de sentimentos, tanto pela variedade que contempla, quanto pelo fato de que nunca aparece isolado de outros sentimentos. Tanto para Esteban (2011) quanto para Moreno e Sastre (2010) o amor romântico é a grande faceta, um tipo de ideologia cultural, que tem sido produzido e construído nas mais diversas obras artísticas e culturais, desdobrando-se em narrativas sobre os vínculos na vida cotidiana a dois.

O amor romântico se organiza e se estrutura de acordo com o pensamento dominante da época os estados cognitivos-emocionais do enamoramento com a intenção de convertê-lo em um estado permanente e, inclusive, em uma forma de vida e de relação entre amantes (MORENO; SASTRE; 2010). Para as autoras as principais características do amor romântico se baseiam nas crenças de que: se apaixonar não depende da vontade própria da pessoa; o amor pode tudo e justifica tudo; é suficiente e incondicional; dura para sempre; é exclusivo e excludente. Esteban (2011) concentra sua especificação do amor romântico como um substituto da religião, no contexto da modernidade, que vincula a paixão à morte na busca a transcendência e a felicidade. Para ela, a idealização, a durabilidade, a erotização e a intimidade são características do amor romântico

que consolida forma relações desiguais e hierárquicas entre os sexos/gêneros e nos sexos/gêneros.

Giddens (1993) afirma que o amor romântico é idealizado como unidade mística entre um homem e uma mulher. Os valores morais da cristandade são os influentes nesse tipo de amor. Amar a Deus é devotar-se a ele, conhecê-lo e conhecer-se. O amor romântico e o amor a Deus se assemelham nas ideias de incondicionalidade, perpetuação e doação. Apesar do amor à primeira vista ser condição do amor romântico, ele deve deixar paulatinamente o ardor sexual para deixar o sublime imperar. Esse tipo de amor era feminilizado, estando relacionado ao cuidado e as responsabilidades em relação à família. A mulher torna-se subordinada às obrigações do lar e isolada do mundo exterior. Os homens já vivenciavam o amor paixão e o romântico de maneira tensa: entre o conforto do ambiente doméstico e a sexualidade da amante ou da prostituta. Para Giddens, novos domínios de intimidade foram sendo construídos. A mulher passa a utilizar o espaço privado valorizando mais as amizades entre as mulheres e buscando nelas a mitigação dos desapontamentos do casamento, e o homem relegou os sentimentos da camaradagem masculina aos esportes e as práticas de guerra. As mulheres viraram especialistas do coração no âmbito privado e os homens distanciaram-se das suas angústias amorosas.

Para Moreno e Sastre (2010) o amor romântico nem sempre está separado do amor paixão ou o do estado de enamoramento. As autoras mencionam algumas características do que elas chamam de verdadeiro amor na opinião de entrevistadas/os em suas pesquisas: a) é involuntário; b) pode tudo; c) justifica tudo; d) é suficiente; e) é entrega total; f) as pessoas se complementam; g) é incondicional; h) é exclusivo e excludente; i) dura para sempre; j) reflete a felicidade

total. Nem sempre todas essas características estão presentes em uma mesma pessoa apaixonada. Para as autoras, as ideias, crenças e normas relativas às relações amorosas estão ligadas a organização social de cada cultura e de cada momento histórico que dão origem a muitas variedades. Alguns desses significados se aproximam do amor romântico descrito por Giddens, outros rompem com ele buscando novas formas de vivenciar o amor (amor confluyente).

O amor pode ser conceituado, também, enquanto uma ideologia cultural que se pratica por meio do que García e Montenegro (2014) conceituam como “experiências semiótico encarnadas”, as quais remetem às relações de aspectos simbólicos, materiais e afetivos que atravessam diretamente os corpos. Nesse sentido, podemos pensar o amor enquanto prática. hooks<sup>35</sup> (2012) afirma que pensar o amor enquanto prática é importante para que possamos desconstruir a ideia de que ele é algo dado e inevitável e perceber que amar está relacionado com a produção de um investimento, de uma vontade de amar e, portanto, de uma prática amorosa. Para a autora, pensar o amor mais como uma ação na qual investimos do que como um sentimento que nos acomete é uma estratégia para que possamos assumir uma maior responsabilidade pelas ações que cometemos em nome dele.

A Psicologia tem diferentes abordagens para tratar do tema do amor e dos sentimentos como um produto/produtor de um universo simbólico, e/ou de comportamentos e/ou de ações. A complexidade do tema do amor como sentimento e ação (MORENO e SASTRE, 2010), que transita entre questões éticas e do desejo, exige uma perspectiva de investigação do funcionamento

---

<sup>35</sup> Bell Hooks assina suas obras em minúsculo. A autora afirma que seus escritos devem ter mais destaque que seu nome e faz questão que também seja citada da mesma maneira.

psicológico que envolva considere os aspectos afetivos, cognitivos e culturais.

A Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento tem como fundamento a investigação do funcionamento psicológico diante de situações de conflitos e também as contribuições de outras áreas do conhecimento e campos do saber que ajudem a construir ferramentas teórico-metodológicas para se aproximar da complexidade desse fenômeno.

Na pesquisa realizada, participaram 174 jovens entre 17 e 29 anos, sendo 81 homens e 93 mulheres. Desses, 37 homens e 46 mulheres heterossexuais; 44 homens gays/bissexuais e 47 mulheres lésbicas/bissexuais.

A proposta da pesquisa foi divulgada em diferentes universidades e os questionários foram aplicados localmente ou virtualmente, por intermédio das redes sociais ou por e-mail. Tratavam-se de questões fechadas para levantamento de dados objetivos como idade, sexo, religião, orientação sexual, curso de graduação, série, instituição em que se estuda, se pública ou privada, e estado civil; trabalhamos também com questões abertas: “Quando uma pessoa está apaixonada, o que pensa e sente em relação à outra pessoa? Por que?”; “O que é esperado da pessoa que se ama? Por que?”; “O que você acredita que faria pela pessoa amada? Por que?”<sup>36</sup>

O total de respostas nos ofereceram os elementos julgados pelos entrevistados como sendo aqueles mais importantes para a definição do amor. Tais elementos foram: 1) Involuntariedade e sentimento de segurança: o amor é compreendido como um sentimento involuntário 2) Durabilidade: o relacionamento deve

---

<sup>36</sup> Apesar da pesquisa abordar os conflitos nas relações amorosas desses participantes optei por não tratar deste tema nesta tese por questões de amplitude do trabalho.

durar para que seja considerado uma experiência de amor verdadeiro

- 3) Reciprocidade de ações e sentimentos: Amar e ser amado foi considerado pela maioria das pessoas participantes uma condição para viver o amor. O amor relaciona-se a uma ética retributiva na relação
- 4) Equilíbrio no cuidado e na doação de si: No caso desta pesquisa estes elementos sugerem uma busca por um equilíbrio entre o que se sente pela pessoa amada e entre seus próprios valores
- 5) Cuidado e doação integral com/para o outro: referência típica ao amor romântico no qual a doação e dedicação incondicional ao outro é uma condição explícita
- 6) Fazer o outro feliz: Elemento que aparece como significativo
- 7) Respeito: Define o amor como um sentimento que se assenta no respeito
- 8) Complexo de valores e sentimentos implicados na relação: Vislumbramos um conjunto de valores e sentimentos foram considerados base para ser e manter o amor, tais como como fidelidade, lealdade e amizade
- 9) Não erotizado/ sexualizado: remete a um sentido do amor que é mais próximo à ideia de amor inatingível e “platônico”, idealizado, não materializado ou transcendente

Estes elementos elencados não apareceram todos juntos nas respostas, mas em composições diferentes para cada um dos participantes.

Os elementos encontrados nas respostas possibilitaram pensarmos em dois modelos organizadores do pensamento sobre o amor em uma relação erótico afetiva. A saber o modelo de amor romantizado e outro que denominamos de modelo de amor emergente.

Na primeira categoria há o predomínio do amor romântico ou como denominaremos, de amor romantizado. Neste modelo dá-se ênfase a uma certa anulação do sujeito que ama para amar o outro/a e o significado dado ao amar outra pessoa e ser amado/a traz muitas referências ao amor romântico: cuidado e doação,

involuntariedade e a ideia de durabilidade extensa do sentimento. Estes elementos podem estar presentes organizados entre si de diferentes maneiras, dada a complexidade que tem os modelos organizadores.

Neste modelo temos a presença de um contorno mais convencional. Trata-se de um conjunto de elementos que se compõem e que descrevem as regras convencionais do vivenciar o amor romântico numa relação conjugal. Sugere algo também condicional sobre o amar e ser amado, são eles: a felicidade do outro como prioridade e o compartilhar; a reciprocidade com que se espera os sentimentos e ações; a fidelidade como contrato necessário para o amor de fato. Este modelo se refere a como contemporaneamente o amor romântico é reeditado e colocado como regulador e definidor das relações conjugais.

Já na categoria de modelo de amor emergente o amor é tratado como sentimento que foge dos padrões do amor romântico, que oscila entre sentimentos de cuidado mais voltados a si mesmo ou à relação quando se trata de definir o que é amar alguém ou ser amado/a e não ao outro/a. Nele há referências sobre querer o bem do outro, mas desde que o de si mesmo, há uma certa percepção da individualidade de cada um da relação. Tende a ser mais democrático na forma de viver a dois. Possivelmente, se refere a vivência deste modo de sentir e agir nas relações conjugais baseadas em contrastes e contradições advindas das transformações contemporâneas sobre as relações de gênero, provocando rupturas com a romantização do amor. Neste modelo, identificamos elementos que destacam certa individualidade na relação amorosa e conjugal, bem como uma certa busca de equilíbrio entre demandas de ambos as/os parceiras/os e mais realista com estas demandas e



desejos individuais. No entanto, estão dispostos a compartilhar a vida e os sentimentos, desde que não se anulem no processo.

Do total de 174 participantes constatamos que 87,36% estão dentro do modelo 1, ou do Amor Romantizado, no qual a expressão de elementos acerca do amor romântico são mais frequentes. Isto é, ainda há uma dedicação considerável de si para a relação e ao cuidado do outro. Somente 12,64% dos participantes mostra um novo tipo de amor emergente (modelo 2), com menos entrega de si tanto para a relação quanto para o outro, havendo nesse uma certa preocupação em manter a preservação da própria individualidade dentro do relacionamento amoroso.

Estes dados nos permitem dizer que ainda há grande influência do modelo 1 no modo como a experiência amorosa é pensada e vivenciada pela juventude. Estas características do amor romântico forjam relações de poder entre homens e mulheres produzindo desigualdades e formas de pensar e viver a relação a dois que envolvem a submissão ao outro, as desigualdades na divisão do trabalho doméstico e na vida familiar. Principalmente relacionados a uma organização da vida familiar e social baseada em modelos sexistas e heteronormativos.

Em relação aos sexos masculino e feminino, não há grandes diferenças entre o uso dos modelos por homens e mulheres sobre o amor. Constatamos na nossa pesquisa que aproximadamente 87% tanto dos homens quanto das mulheres se situam no modelo 1, do Amor Romantizado. Isso significa que tanto mulheres quanto homens estão imersos no mesmo modo de pensar e viver o amor numa relação. No entanto, sabemos que estes modos não correspondem necessariamente a uma mesma posição na relação. Ainda assim, para ambos, homens e mulheres, viver o amor, predominantemente se relaciona à entrega, ao cuidado e proteção de

quem se ama e, ainda, à espera de ter o mesmo para si de modo que seja duradouro e exclusivo.

O que os dados nos mostram é que tanto eles quanto elas estão atravessados por estas formas de pensar, sentir e, provavelmente, agir de maneira a idealizar a relação amorosa, a pessoa amada e o amor. O fato dos homens estarem também atravessados por esta ideologia pode desenrolar dados curiosos que esta pesquisa não chegou a debater, mas é mostrado por Esteban (2011) cujas participantes demonstraram pensar que os homens, ao amar, se feminizam, bem como por Neves (2007) em sua revisão de literatura sobre o tema que aponta a feminização do amor.

Este é um dado interessante que coloca o amor como algo exclusivo, ou tributário, da condição de ser mulher e os homens se “inferiorizam” caso se rendam a isso. No caso dos dados da pesquisa que apresentamos, muitos homens se permitem experimentar o amor romantizado. Entretanto, isto também quer dizer que a posição dos homens passa também pelo modelo heteronormativo e sexista que produzem relações hierárquicas e de submissão na experiência das relações amorosas com seu companheiro ou companheira.

A parcela dos/das participantes que buscaram formas alternativas de amar que fogem do amor romantizado destacou a necessidade de que mesmo nesta relação a democracia, baseada em respeito com o outro e o bem estar comum, pode se aliar às práticas amorosas, produzindo possibilidades alternativas nas formas de amar e ser amado. Algumas destas se vinculando a perspectiva filosóficas já clássicas, como a *philia*. Neste caso, a felicidade do outro, os vínculos de respeito e solidariedade são fundamentais. Estes dados da pesquisa se vinculam a como outros autores e autoras (como por exemplo BECK e BECK-GUERNSHEIM, 2001; MORENO e

SASTRE, 2010; ESTEBAN, 2011; LEAL, 2012) demonstram que a capacidade de amar pode ser revista, embora tenham que imprimir resistência nos campos já legitimados. De modo que pode se demonstrar outras formas de amar como sentimento e prática social das relações afetivo sexuais que pode ser uma fonte de ação e de (re)conhecimento (de si e do outro), de transformação social e de vivência de mecanismos de reciprocidade (no caso sobre as negociações do cotidiano, das práticas relacionais) que visam a manutenção da solidariedade e do respeito mútuo.

Conforme os dados da pesquisa, percebemos que o modelo 1 predomina dentre todas as respostas das pessoas participantes. Aproximadamente 93% das mulheres heterossexuais foram situadas neste modelo; 80% das mulheres lésbicas e bissexuais; 91% dos homens heteros e 84% dos homens gays e bissexuais. Podemos destacar aqui que o amor romântico tem presença marcada nas diferentes expressões das sexualidades e afetos. Podemos pensar, a partir disso no quanto expressões das sexualidades que diferem da hegemônica conseguem ou não escapar às crenças e valores sobre o amor romântico fundado no patriarcado, numa ideia de família e da presença do amor legítimo apenas a partir da relação homem e mulher.

Como o amor romantizado não se localiza no tipo de relação afetivo-sexual, nem gênero, nem classe social, nem faixa etária etc. temos que nos atentar para estas categorias de análise para compreender de que modo elas se atravessam e compõem as formas de amar no contemporâneo, com quais referências elas se fundam no seu modo de viver a sexualidade e o amor hoje. O que se tem notícia é que o predomínio dos elementos passionais que se organizam em torno da fusão conjugal, traz como consequências o outro como depósito e refúgio de todo o sentimento, doando-se e

mergulhando em sentimentos que levam a atos violentos e passionais.

Já no modelo 2, como já explicitado, temos aqueles significados que se referem ao amor distanciando-se do romântico. Podemos destacar que dentre os que se situaram neste modelo, a maioria (16 do total de 22), eram de mulheres e homens gays/lésbicas/bissexuais. Isso pode indicar que este grupo, em específico, busca fugir dos modelos estereotipados pelo patriarcado e heterossexual, ao contrário do outro que ainda, em sua maioria, se mantém preso à crenças e valores. Sabemos que não há grandes diferenças quando se considera a identidade sexual declarada pelos participantes. Apesar disso, devemos destacar que a experiência com o amor difere entre homens e mulheres, como bem apontado por Esteban (2009; 2011) quando trata das relações de poder que envolvem esta prática, bem como por Moreno e Sastre (2010) e Arantes, Sastre e González (2010).

No amor romântico, os sujeitos estão mesclados entre si, em simbiose com o outro. É o tipo de amor que basta por si só, traz felicidade plena, o outro basta na relação e me completa. O símbolo forte desse amor é o casamento, é o estar junto durante uma vida inteira, manter-se com o outro independente da situação adversa ou conversa. É o tipo de amor que supera tudo, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, que por si só basta, é fundante da felicidade plena, com ele se espera alcançar essa felicidade completa e a duração eterna desse sentimento. Aqueles que demonstram consciência de si na relação o fazem como se isso só acontecesse em alguns momentos da relação, pois os envolvidos estão mesclados entre si na vivência concreta do amor romântico, se complementam um no outro em suas respectivas faltas. O que se refere como reciprocidade, tem mais a ver com a necessidade do outro sentir a

mesma coisa que ele/a mesmo/a e, do ponto de vista prático, receber o que dá ao outro como forma de equilibrar e dar segurança ao sentimento que une duas pessoas.

Do ponto de vista etário, os jovens parecem ainda estar vinculados aos modelos patriarcais e heteronormativos que constituem os pilares do amor romantizado. Matos, Feres-Carneiro e Jablonski (2005), encontraram os mesmos dados em adolescentes do Rio de Janeiro (Brasil). Embora os jovens ainda não tenham experiências amorosas em qualidade e quantidade suficiente para construir outro arcabouço de sentidos e significados sobre este sentimento e prática social, percebemos que o fato deles valorizarem o amor romantizado implica no impacto que tem este modelo de organização da vida afetivo-sexual das pessoas no modo como vivem as suas vidas. É importante demarcar que a vida do jovem também é intensa e relevante, na medida em que nos dá indícios dos modos de subjetivação que estão (re)produzindo as relações de intimidade conjugal e práticas afetivo-sexuais baseadas na busca de um ideal de parceiro/parceira. Assim, como categoria etária em que existe a marca dos entretempos, a juventude contemporânea é atravessada pelas marcas do passado e ao mesmo tempo projeta outras possibilidades de (re)inventar as relações amorosas.

Sobre isso, o modelo de amor emergente expressa de algum modo esta intencionalidade de uma geração. O amor é descrito como sentimento que envolve cuidado, carinho e atenção com o outro, mas também sem esquecer o consigo mesmo. Não há referências à sensação de completude e de dedicação total a vida a dois ou à do outro. Pelo contrário, há argumentos conscientes de que na relação existem duas pessoas que podem ser muito diferentes, embora unidas pelo sentimento de estar juntos, cuidarem um do outro, terem companhia afetiva e sexual, tem suas individualidades,

demandas e necessidades, independente do outro. A vida a dois pode ser vivida em alguns momentos, mas nem sempre, e limites devem ser estabelecidos para preservar as individualidades. Tem relação com os limites de fato um do outro.

Se tratarmos o assunto desde uma perspectiva feminista e de gênero sobre o amor, consideraremos as relações de poder envolvidas na construção das diferenças entre os sexos/gêneros e seus modos de experimentar o amor desde ser mulher e ser homem numa sociedade heteronormativa e patriarcal. Em nosso estudo não há indicação de que seja significativo este modelo entre as mulheres mais do que os homens. Desse modo, há uma certa feminilização do amor, advindos de extensões de sentidos sobre este sentimento na maternagem e no cuidado, o que confere a ele o significado de fragilidade sendo estendido aos homens. Não podemos nos enganar que todos vivenciem desta maneira, pois para alguns ele pode estar em posição diversa, como, por exemplo, aquele que não é frágil e nem cuida na relação, mas que espera receber todo ao amor e cuidado da pessoa que o ama, aquele que se coloca na posição de quem só recebe e é servido. Amar romanticamente é fragilizar-se e se situar numa posição de submissão na posição feminina. Somente um estudo micro e desde uma perspectiva das interseccionalidades seria necessário para saber mais a respeito sobre os participantes estudados, o que não foi objeto deste trabalho no momento.

Contudo, os jovens de sexualidades dissidentes da norma apresentam, neste modelo 2, maior número de respostas. Pensamos ser esta a abertura de possibilidade de vivência do amor como o dispositivo de reflexividade. Estamos mais propensos a pensar a experiência amorosa como um híbrido de sentimento e prática social, calcada na reflexividade sobre a própria relação e pensando ela a partir de necessidades individuais e com proposições mais

democráticas de relação estes jovens gays, lésbicas e bissexuais, disparam possibilidades de outras vivências e rompem como o modelo hegemônico. Não deixam por completo esta hegemonia, mas problematizam os modos de subjetivação ao inserir fissuras e outras linhas de possibilidades de vida amorosa.

Entretanto, a maioria dos jovens que se identificam com expressões sexuais dissidentes também se situam no modelo do amor romântico. Este efeito sobre a população de sexualidades não hegemônicas nos faz questionar sobre os modelos que são referências para esta juventude. Outras referências que possam circular como possíveis surgem a partir dos movimentos feministas e da luta das mulheres pela autonomia sobre o próprio corpo e a vida afetiva e sexual. Mas, como se percebe neste estudo, parece que os efeitos dessas conquistas reverberam de maneira tímida entre jovens. Se por um lado a problematização dos gêneros no cotidiano e a luta para novos modos de ser e viver está presente, a presença ainda marcante dos modelos heteronormativos e patriarcais como referência da população de meia idade e adulta com sexualidades não hegemônicas nos leva a pensar que no campo das relações amorosas (FERES-CARNEIRO, 1997; HEILBORN, 2004; CASTRO, 2007; NUNAN, 2007), os jovens têm tomado como referências modelos tradicionais sobre as formas de relacionamento amoroso.

Por estas razões, cabe ainda salientar que os dados apresentados nos permitem reafirmar o estreito relacionamento entre as questões de gênero e das sexualidades com as investigações sobre o amor e conjugalidades. Como indicado por Esteban, Medina e Távora (2005) tomar o amor como categoria analítica acerca das (re)produções de formas de se relacionar entre os gêneros e as sexualidades e no interior de cada uma delas, nos permite

conhecer melhor os mecanismos de desigualdades nos campos afetivos, sexuais e sociais desde os feminismos ou as masculinidades.

Ainda, desde uma perspectiva interseccional, o marcador etário também é um aspecto importante. Os/as jovens participantes expressaram nos relatos de suas experiências amorosas elementos que se assemelham aos estudos com adultos de meia idade, como já indicados por nós anteriormente. No entanto, as experiências da maioria dos/das jovens gays, lésbicas e bissexuais trazem reflexividade sobre as relações e algumas fissuras que podem significar maneiras não hegemônicas de se vivenciar as relações amorosas. Apesar de existirem estudos em adultos, mais estudos que tratem das experiências dos jovens de cada um destes grupos podem nos ajudar a compreender melhor a dinâmica dos pensamentos, sentimentos e ações nas experiências amorosas na configuração da juventude contemporânea.

Os estudos de gênero (incluindo os estudos feministas e sobre as masculinidades), aliados aos campos das Ciências Humanas (Psicologia, Antropologia, Sociologia e Filosofia), podem contribuir muito para melhor conhecer este tema. Notadamente quando problematizam as dicotomias acerca de razão e afeto, localizando estes aspectos como atribuições vinculadas mais a um ou outro gênero. Esta é uma frente ainda a ser borrada quando se trata do amor. Durante algum tempo sendo compreendido, nos estudos teóricos e os dados de investigação empírica, quase que exclusivamente como um sentimento naturalizado que faz mediação das relações conjugais entre homens e mulheres, a abertura a estas outras perspectivas teóricas e metodológicas de investigação nos fazem romper as barreiras para compreendê-lo e ampliar sua compreensão como um complexo de emoções, sentimentos e práticas.



## **5.2 Gêneros e sexualidades desde conhecimentos localizados: narrativas e cartografias sobre amor, tecnologias e violências**

O presente capítulo delinea um percurso que insere novas metodologias de investigação que se pretendem mais simétricas e situadas (ANDREO, 2014; MEZZARI, 2017; MORELLI, 2017). Isso significa, que as investigações acerca das juventudes que foram realizadas parte da recusa da divisão sujeito e objeto, bem como da necessidade do/a pesquisador/a se localizar na pesquisa e na relação com as/os participantes.

A narrativa e cartografia foram estratégias metodológicas construção da pesquisa tem a preocupação com os processos envolvidos nas experiências dos/a pesquisadores/a com seus temas e os efeitos desses sobre o conhecimento e os/as participantes. No caso específico da abordagem narrativa ela se configura como um percurso do processo investigativo a partir da dialogicidade e simetrias, tendo como aliados os estudos de gêneros e feministas.

### **5.2.1 Masculinidades e violência nas narrativas de jovens em conflito com a lei<sup>37</sup>**

As abordagens narrativas foram exploradas no trabalho de Andreo (2014) que investigou as relações entre masculinidades e violência nas narrativas de vida de adolescentes autores de infração que frequentam medidas socioeducativas em meio aberto. Adentra o campo dos estudos em psicologia que se apropriam das narrativas como objeto e método de pesquisa, alguns dos quais tem como

---

<sup>37</sup> Este item tem como referências, além da dissertação de Caio Andreo (2014), o texto *Masculinidades e violências: narrativas de vida de jovens em conflito com a lei* (ANDREO e SOUZA, 2020).

principais inspiradores a obra de Mikhail Bakhtin (2006) e Walter Benjamin (1994)

Bakhtin (2006) sugere que a narrativa é uma forma de organização da experiência na linguagem. A narrativa, ainda, não é um produto individual, mas se produz na experiência alteritária que comporta o inacabamento permanente do sujeito. Na alteridade o estranho é também o que lhe pertence. Assim, nesse processo dialógico da experiência alteritária, são disparados a produção de sentidos, os acordos e as negociações.

No processo de pesquisar, o confronto com o outro evoca a sua presença e exige do pesquisador respostas e um compromisso ético em que deverá construir textualmente essas experiências compartilhadas com os sujeitos da pesquisa (AMORIM, 2002). A presunção da neutralidade então é anulada e o conhecimento é marcado por um acontecimento único que na tensão produzida entre o eu e o outro gera um conhecimento compartilhado.

Assim, a narrativa é polifônica, que no sentido bakhtiniano situa o autor como um regente de um coro de vozes que participa do processo dialógico, vozes essas que serão criadas e recriadas de modo a permitir maior autonomia (BEZERRA, 2013). A autoria na narrativa não é monológica, não que se concentra uma voz unívoca no processo de criação que se pretende verdade. Ela deve ser pensada no sentido da heteroglosia, o que implica no reconhecimento de múltiplas vozes e no princípio criativo de exterioridade. Trata-se de dizer que se não houver a libertação da linguagem no seu sentido unitário, não haverá criação, e esta só será possível a partir do momento em que, através da posição axiológica, ocorra um deslocamento dessa linguagem que passará a ser pensada como voz social (FARACO, 2013).

Com isso, o conceito de autoria (BAKHTIN, 1997) se apresenta enquanto uma solução possível frente à tensão gerada pela origem da criação. O pesquisador, nesse sentido, assumirá a posição de autor-criador, que dará outra reorganização aos eventos da vida que foram registrados a partir de uma posição axiológica. Nesta mesma direção, Walter Benjamim (1994) nos explica as narrativas como produto dos materiais compartilhados com outras experiências e com as suas próprias. Ao ser contada uma história, ela não pertence a ninguém, na medida em que é de todas as pessoas que a contaram e, do mesmo modo, quando os ouvintes narram esta mesma história, mergulham nela.

A narrativa se configura, assim, como um tipo específico de discurso, e tem se tornado cada vez mais frequente nas investigações em Psicologia desde a década de 80. Ela possibilitou a abertura de novos horizontes presentes nas “formas de vida” social, cultural e discursiva, por possuir um caráter aberto e transitório (BROCKMEIER & HARRÉ, 2003).

Trata-se da emergência de um “outro caminho”, a partir do posicionamento das narrativas como uma forma distinta de organizar as experiências e memórias de acontecimentos humanos, de uma nova tendência que incrementou uma série de implementos culturais, tais como a linguagem, na produção do conhecimento. A narrativa se caracteriza como um “princípio organizador” que as pessoas usam para pensar, perceber, imaginar e posicionar-se moralmente no mundo, estabelecer conexões a fatos e objetos (GERMANO & SERPA, 2008). Através dela, é possível acessar os sentidos da ação, como crenças, compromissos, desejos, razões, motivos, valores e teorias. Uma das funções da narrativa, portanto, é a de subjetivar o mundo e abrir espaço para o hipotético, isto é, para

perspectivas possíveis capazes de constituir expandir as interpretações e percepções sobre a vida.

Os feminismos têm utilizado a abordagem de pesquisa narrativa como um dispositivo de interrogação dos métodos e técnicas das ciências modernas. Ao operar com a crítica da neutralidade e da abstração do sujeito universal, que deve ser extraído dos métodos experimentais, os feminismos e os estudos queer, quando pensam a pesquisa qualitativa nas ciências (FLICK, 2009; GAMSON, 2008; OLESEN, 2008), vêm no estudo a partir das narrativas um aliado das práticas artesanais, situadas e simétricas da pesquisa. Mas isso se deve a alguns princípios, pois a abordagem narrativa pode não presumir a co-produção da narratividade ou discursividade entre pesquisador e pesquisado/a. Carol Gilligan (1993), por exemplo, utilizou em seu trabalho, de maneira inovadora, o uso das narrativas de mulheres sobre suas experiências com a decisão em fazer ou não aborto como forma de conhecer os princípios e valores éticos envolvidos.

Nogueira (2004) no caminho da produção de uma psicologia feminista, dialoga com os construcionismos sociais como crítica da psicologia, trazendo o papel da linguagem e das relações de poder na análise dos processos de subjetivação sobre as sexualidades e os gêneros em diferentes contextos. As narrativas podem comparecer, como um dos vetores de análise desses processos, dando destaque ao conjunto de experiências das/os sujeitas/os, aproximando o conhecimento produzido das demandas e da/o sujeito/a. As narrativas tornam-se, portanto, uma alternativa feminista da pesquisa quando promove um deslocamento do sujeito abstrato para o concreto, da neutralidade para a implicação ética, do relato descritivo à experiência participativa na pesquisa.

No estudo sobre jovens, masculinidades e violências de Caio Andreo (2014) foram feitas incursões metodológicas e teóricas a partir dos referenciais sobre narrativas abordados. No universo de pesquisa produzido, os jovens participantes deixaram de ser pensados como objetos isolados a serem analisados, para serem considerados como protagonistas de todo o processo criador das narrativas, situando-as como produção coletiva que conflui para uma perspectiva de composição do singular com o social.

Para Andreo (2014) os estudos sobre masculinidades podem ser localizados como uma linha dentro dos estudos de gênero e, posteriormente, é complementado com discussões nos estudos gays, lésbicos e queers. Eles ainda são recentes e tem sido dado visibilidades a estes estudos quando se trata dos mecanismos de produção da masculinidade hegemônica que imprime dispositivos de controle e se faz produtora de desigualdades que promovem a violência de gênero.

Nesse sentido, o que se compreende por masculinidades são uma série de discursos, conceitos e normas que a todo o momento atravessam a subjetivação de novas configurações masculinas. Torna-se necessária a compreensão histórica dessas construções e como elas se configuram na contemporaneidade juntamente com outros elementos como raça, idade, classe social e regiões. Os jovens em conflito com a lei, que fizeram parte da pesquisa desenvolvida por Andreo (2014), estão atravessados por processos de subjetivação em que a violência se constitui como modelo de virilidade da sociedade patriarcal ou se vincula a outras construções relacionadas a práticas sociais cotidianas de suas vidas.

O tema das masculinidades em sua relação com as violências emerge nas narrativas dos jovens entrevistados por Andreo (2014). Como aponta Welzer-Lang (2001) são as relações hierarquizadas

situam mulheres como passivas, frágeis, as subordinadas aos homens, produzindo discursos legitimadores da dominação em relação às mulheres.

Tais discursos estão aliados a manutenção da virilidade, do patriarcado e do sexismo. As práticas homofóbicas se vinculam a esse processo de hierarquização quando situam os homens fora do universo do feminino, atribuindo o masculino ao não afeminado<sup>38</sup>.

Os “modos de ser homem” são produzidos na cultura e legitimados sob a dominação dos corpos e existências de mulheres e do feminino. Essa submissão se fundamenta no elogio a certas características que os homens, supostamente, teriam com exclusividade, tais como: a razão, a heterossexualidade, a força, a agressão e o domínio e posse sobre as mulheres. Em torno desses atributos foi designado o conceito de masculinidade hegemônica (CONNELL<sup>39</sup>,2000).

Para Connell (2000) Os trabalhos sobre masculinidade hegemônica se inserem num conjunto de trabalhos que tentaram abordar as múltiplas relações de poder envolvidas na manutenção de hierarquias sociais. Na década de 70, o Movimento de Liberação Gay denuncia as formas de opressão que homens homossexuais sofriam diante do imperativo da masculinidade hegemônica imposta pelo modelo de homem heterossexual. A hierarquia dessas ações está intrinsecamente relacionadas às relações de poder e ao conceito de diferença que demarca desigualdades. Já na década de 80, o conceito de masculinidade hegemônica também é utilizado como análise da subordinação das mulheres em relação aos homens, ao valorizar uma maneira única de ser homem pela força e agressividade que são

---

<sup>38</sup> Para uma discussão sobre este tema masculinidades e homofobia ver o trabalho de Andreo, Peres, Tokuda e Lemos de Souza (2016).

<sup>39</sup> A autora passou a utilizar o nome Raywen Connell no lugar de Robert Wiliam Connell.

devidamente sustentadas em instituições, tais como a escola, o exército e o governo. Essa hegemonia atualmente é exercida não apenas sobre outras masculinidades que se apresentam possíveis, mas também em relação à ordem dos gêneros como um todo.

Há, nesse contexto, uma espécie de tensão entre a masculinidade hegemônica e as subordinadas, as quais escapam da norma. A masculinidade hegemônica, embora não seja a que tem maior aderência dos homens a ela, a partir dos mecanismos que criou de controle e vigilância, impôs às outras seus padrões sobre o que é ser homem.

A partir dos anos 2000 há maior aplicação do conceito de masculinidade hegemônica que passou de um modelo restrito conceitual a um quadro amplo de pesquisas, suscitando diversas questões, mas trazendo também críticas, tais como a subjacência do conceito, sua ambiguidade e sobreposição, reificação, exclusividade do sujeito masculino e certo padrão nas relações de gênero (NASCIMENTO, 2010).

As aproximações dos estudos de masculinidade com as idades têm importância fundamental na dinâmica deste conceito nas análises das relações de gênero. Por exemplo, em estudos que fazem a interface com as mídias e a educação, a televisão promove incessantemente modelos de masculinidade para meninos de diferentes idades através das estrelas do esporte e ou de homens que exercem a liderança e autoridade. As reivindicações de mulheres em relação ao patriarcado e mesmo de outros homens para com a masculinidade hegemônica, confrontam os modos de viver os gêneros.

Connell e Masserschmidt (2013) afirmam também que diversas habilidades corporais em muitos jovens se tornarão um primeiro indicativo de masculinidade, dentre elas o esporte. Outras

práticas tais como assumir riscos na estrada, comer carne, aprendizado, exploração e a conquista sexual, ou práticas que envolvem riscos no geral também contribuem para essa incorporação. Essas incorporações estão conectadas com os contextos sociais, logo não se configuram enquanto um ato isolado e se referem a um modelo unitário que serve de referência aos meninos para se chegar à “verdadeira masculinidade”.

Esse regime foi duramente criticado porque ainda propiciava a dominação masculina principalmente sobre as mulheres e promoveu mais do que a manutenção das desigualdades entre os gêneros, também reafirmou a hegemonia de certo padrão de masculinidade, heterossexual, branca, classe alta, racional e impenetrável. Mesmo assim, a masculinidade hegemônica não se configura enquanto um caráter fixo. Por vezes pode ser mantido o discurso dessa fixidez pela naturalização da masculinidade como atributos biológicos do masculino. Todavia, pelo seu caráter histórico, ocupa uma posição hegemônica em um dado tempo das relações de gênero e está sempre em disputa por conta das resistências que surgem contra ela.

Quando do reconhecimento das posições assimétricas numa ordem patriarcal de gênero, deriva-se o conceito de conceito de masculinidade hegemônica da relação com o de feminilidade hegemônica (ou feminilidade enfatizada). Entretanto, as mulheres e o feminino, saíram de foco nas explicações sobre as construções das masculinidades. Sendo o gênero relacional (SCOTT, 1995), os estudos recentes sobre masculinidades lamentam esse desvio dado que um modelo de masculinidade se faz oposto a outro modelo (real ou imaginário) de feminilidade. (CONNELL & MASSERSCHMIDT, 2013). Há que se considerar ainda que a partir da concepção de que as relações de gênero são históricas e as



hierarquias de gênero estão sujeitas a mudanças, conseqüentemente, a masculinidade hegemônica é suscetível a elas, podendo ser substituída por outro modelo que poderia assumir nova hegemonia.

Uma das marcações da masculinidade hegemônica é a violência. A aproximação do conceito de masculinidade hegemônica com a violência, requer alguns cuidados para não reduzir essa analogia a uma relação de causa e efeito. Essa redução contribuiu para estabelecer relações com a conduta criminal de muitos homens, pois indicava uma maior incidência tanto de crimes convencionais, como de crimes mais sérios entre homens e meninos. Contudo, em alguns destes casos, as explicações dos estudos criminológicos, voltam-se para as explicações de que certas condutas agressivas de homens e meninos tem a ver com a busca e manutenção da hegemonia. Para Welzer-Lang (2004) a relação entre masculinidade e violência passa a ser representada a partir de guerras, esportes, mortes, estupro, violências domésticas, entre outros.

Além disso, a relação entre masculinidades e violência perpassa a questão da exclusão social e dos processos de constituição de identidades masculinas. Muitos jovens excluídos socialmente encontram no tráfico de drogas e na criminalidade a possibilidade de afirmação de uma masculinidade marcada pela violência. (GROSSI, 2004). Cabe esclarecer que essa relação não está apenas presente nas camadas mais pobres e excluídas da população, e nem se pretende aqui estabelecer uma ligação direta entre nível sócioeconômico e violência, já que as diversas formas de violências sofridas e cometidas por jovens atravessam todas as classes sociais. Do mesmo modo, Oliveira (2005) sugere certa “educação para a violência” no meio masculino, isto é, uma masculinização da violência que também é sustentada pela negação da fragilidade do homem em nossa cultura e

pela manutenção da mesma em função da preservação de uma imagem de sujeito forte e provedor.

Por muitas vezes, o homem violento pode não possuir todos os atributos exigidos pela masculinidade hegemônica que, exercida plenamente por uma pequena parcela de homens que obtêm o status de um ideal cultural, está sempre em mudança, pois essa hegemonia pode ser negociada e conseqüentemente ressignificada, segundo apontam Connell e Masserschmidt (2013), fazendo com que esses atributos também variem. Do mesmo modo, o sujeito que exerce essa hegemonia não necessariamente a corresponderá com violência, pois conforme colocou Arendt (1994) o domínio poderá ser feito através do poder, que necessariamente irá envolver um número maior de pessoas, ao contrário da violência que pode ser concretizada a partir de um único sujeito. De tal forma, sugerimos que a relação entre poder e hegemonia seja mais efetiva do que a relação entre esta e a violência. Nessa perspectiva, a violência poderá se instalar mais enquanto uma crença do que como um fato realmente consumado.

Esse panorama é importante na medida em que muitos jovens que cometem um ato violento não exercem necessariamente essa hegemonia em seus cotidianos, assim como aqueles que a exercem podem não estar envolvidos diretamente com a consumação do ato. Tanto a hegemonia quanto a violência, em termos práticos e cotidianos, podem se tornar um mito ou uma crença nos quais muitos homens vão almejar manterem-se enquanto um ideal. Esses elementos que constantemente atravessam suas subjetividades, constituídas durante os diversos processos de socialização, serão incorporados para dar manutenção a seus domínios e privilégios que podem se traduzir em práticas violentas e hegemônicas. (GROSSI, 2004; OLIVEIRA, 2005).

As entrevistas narrativas realizadas por Andreo (2014) se deram em uma instituição socioassistencial situada num município do interior do Estado de São Paulo, com 04 jovens do gênero masculino com idades entre 16 e 21 anos, em cumprimento ou que já haviam cumprido medidas socioeducativas. Depois de convidados para participar da pesquisa, os jovens foram solicitados a produzir suas narrativas autobiográficas de forma individual. Uma questão gerativa de narrativa (FLICK, 2009) foi utilizada para facilitar o processo de produção das narrativas, tal como a que se segue: “Gostaria que me contasse sobre a história de sua vida até esse momento. Durante esse processo, me diga sobre as relações que estabeleceu na escola, em casa, em seu bairro, entre outros lugares que foram significativos para você. Disponha do tempo que precisar para isso, com bastante calma e em detalhes”.

A partir dessa questão, foi oferecido um espaço para que os jovens<sup>40</sup> contassem suas histórias da maneira que se sentissem mais à vontade, dispondo do tempo que achassem necessário. As questões pertinentes emergiram a partir das narrativas, também como forma de estimular o prosseguimento nos relatos sobre suas histórias de vida. O registro foi realizado através de gravação de voz e posteriormente foi procedida à transcrição das narrativas contadas pelos jovens<sup>41</sup>.

A análise das narrativas autobiográficas tomou como fonte dos dados as entrevistas realizadas com os jovens com o objetivo de criar eixos temáticos para uma análise mais detalhada, contemplando algumas características presentes nos relatos autobiográficos, segundo aponta Gibbs (2009), como a cronologia, atores sociais

---

<sup>40</sup> No trabalho de Andreo (2014) consta uma descrição da autobiografia de cada um dos participantes que resolvemos não reproduzir aqui pelos propósitos do presente trabalho.

<sup>41</sup> As narrativas depois de transcritas pelo pesquisador foram devolvidas para leitura e contribuição dos participantes.

presentes, momentos fundamentais ou eventos decisivos, influências e planejamentos. Através das escolhas dos trechos selecionados por meio dos relatos dos jovens, pretendeu-se buscar os entrelaçamentos e sentidos das masculinidades e as violências em suas vidas e o significado atribuído a esses sentidos.

Na identificação de trechos narrativos que traziam elementos atribuídos às relações de gênero, masculinidades e/ou violências na vida dos jovens, tornou possível a construção de três eixos temáticos para uma posterior discussão mais aprofundada. São eles: Relação entre os bailes funks com masculinidades, poder e violência; Violências familiares e estruturais na subjetivação juvenil; e Relações de violências de gênero e masculinidades presentes nas relações afetivas.

Sobre o primeiro eixo, ele emerge das narrativas que trouxeram o envolvimento dos jovens com os bailes funks, as quais sugerem uma relação mais ampla com a questão das masculinidades, poder e violência.

Tais experiências apontaram que não só de violências, machismos e poder se efetivam as relações entre eles dentro desses bailes, e que por mais que as brigas ocorram em determinados momentos, estas podem se mostrar também como algo “fora do padrão”, permitindo assim a manifestação de outras possibilidades de se reconhecer jovem. Foi permitido compreender os bailes funks também como um espaço de socialização e experimentações do que é ser jovem. No entanto, essa relação mais estreita com as masculinidades, poder e violências, leva a pensar num modo de subjetivação da masculinidade hegemônica conectada diretamente com a hierarquização entre gêneros e mesmo com processos de socialização masculinos, ou seja, os bailes funks correspondem também a um lugar de afirmação e vivência dessa masculinidade.

Essa hegemonia também é produzida através das relações entre esses jovens e as mulheres presentes nos bailes, conforme o relato de Júnior, em que destaca gostar mais da presença das mulheres, do sexo, das drogas e da bebida. No baile ser homem é exercer a dominação sobre as mulheres que, nesse caso, cumprem apenas a função de satisfazê-los sexualmente. O baile funk é um lugar onde os jovens procuram também bebidas e drogas, que juntamente com as mulheres englobam algumas das características que reforçam o lugar de ser “macho”, conforme aponta o trabalho de Zaluar (2000).

Desse modo, os bailes funks<sup>42</sup> contribuem com a produção do modelo hegemônico de masculinidade, pois para se tornar homem de verdade o jovem deve desde cedo incorporar essa guerra prometida entre os próprios homens para que a reprodução desses ideais seja efetivada frente às mulheres e aos “não-homens”. Por isso, devem respeitar a hierarquia para que depois se tornem produtores dessas mesmas premissas.

Os bailes *funks*, nesse sentido, podem ser analisados com mais profundidade para que se possa avançar e compreender melhor suas relações com as masculinidades, poder e violência. Como elemento cultural da vida juvenil contemporânea, os bailes funk ocupam na um lugar importante na construção de modos de socialização entre muitos jovens que todos os dias são vítimas da realidade nas periferias das grandes e pequenas cidades. Não se trata de condená-los, mas sugerir que nele existem algumas pistas que permitem enxergar um pouco como esses jovens significam esse momento de lazer quando inseridos num contexto onde há

---

<sup>42</sup> Segundo Zaluar (2000) a difusão do movimento funk no Brasil, se dá especialmente no Rio de Janeiro na década de 90 do século XX, enquanto uma alternativa de lazer até então inexistente para muitos jovens de classes populares, em sua maioria, pobres e negros.

violências de diversas ordens, relações de poder e dominação e formas de expressão do que é ser homem.

Dayrell (2002) aponta que o funk expressa uma determinada maneira de se vivenciar essa condição juvenil, na qual os jovens também experimentam trocas, sonhos e diversões. Desse modo, não cabe aqui estabelecer essa imagem naturalizada, mas sim descrever o modo como esses jovens experimentam e significam essa condição juvenil numa perspectiva das masculinidades, violência e poder.

No eixo sobre as violências familiares e estruturais experimentadas por esses jovens durante suas vidas percebe-se como elas se conectam com as masculinidades, que implicações elas têm no modo de significar essa experiência entendida como masculina.

A violência aqui pode ser compreendida como uma experiência masculina com as hierarquias. Chauí (1998) denomina as relações “mando-obediência” ou superior-inferior, o ato violento quando cometido implica no não reconhecimento do outro enquanto sujeito, que será visto em relações familiares, institucionais, afetivas, dentro do trabalho, dentre outras. Esses operadores hierárquicos têm início na violência sofrida por muitos meninos, conforme afirma Welzer-Lang (2001), tornando o masculino inicialmente submisso a esse mesmo modelo para que depois alcance os privilégios. A guerra incorporada na educação de muitos meninos o prepara para as futuras guerras que enfrentarão mais adiante.

Um dos participantes relata as diversas agressões que sofreu do padrasto ao longo da infância e juventude, demonstrando o peso que isso teve em seu processo de socialização. Os episódios envolvendo agressões contra o jovem eram frequentes e exercidos por outro homem. Para ensinar a ser “homem de verdade”, a violência é reforçada enquanto um dispositivo que aos poucos vai

lapidando esse projeto hegemônico. O sentido atribuído a essa situação revelou a revolta do jovem que se voltou contra o padrasto que cometia os atos violentos. Além disso, Leandro afirma ter apanhado dos pais quando descobriu que ia cumprir medida socioeducativa sob acusação de estupro.

Nesse sentido, a violência se instaura enquanto um elemento comum no cotidiano desse jovem, assim como as situações mais graves experimentadas no próprio bairro onde crescia, tornando-se um fato corriqueiro, naturalizado e até esperado por quem morava em bairros pobres da periferia, como no relato de Pedro em que o significado atribuído por ele sobre violência já era algo esperado naquela região, por ser localizada num bairro periférico. A violência passa a ser um componente que se instaura como forma de negociação de conflitos, pois a guerra que passa a ser incorporada nesses meninos não é feita apenas com o sofrimento que experimentam na própria pele, mas também com manifestações que são observadas durante a própria vida.

Muitas violências também acontecem no âmbito institucional, nesse caso, o próprio ambiente de cumprimento de medidas, que deveria justamente romper com essas práticas, ao invés disso, foi notado que agressões e insultos por parte dos funcionários faziam parte de seus cotidianos durante a internação, como foi expressado por Márcio em sua experiência com a privação de liberdade. Além da violência institucional que proporciona a manutenção do ciclo de violências ao qual o jovem é exposto, há também a mesma lógica de que o homem não pode fugir da briga quando o jovem diz que não pode “ficar quieto e que não ia apanhar de graça”, pois uma posição de passividade remete aos “não-homens”. Nesse sentido, para a manutenção do status de *macho* é

necessário que se enfrente com coragem e braveza quem estiver pela frente.

No próximo eixo temático de narrativas foi possível perceber os modos pelos quais os jovens constroem valores, práticas e significados, na perspectiva das relações de gênero, tomando por base suas relações afetivas, a partir de seus relatos autobiográficos, e buscando-se compreender quais masculinidades puderam ser notadas nesses relatos e se elas se vinculam a práticas cotidianas ou se mantêm enquanto um ideal cultural por parte dos jovens.

O principal aspecto presente nos relatos dos jovens foi a relação com o sexo oposto. Em um dos casos, Pedro conta sobre sua relação com a esposa e a divisão das atividades consideradas do lar em seu cotidiano em que, apesar de afirmar que auxilia a esposa nas atividades consideradas do lar, mantém a premissa de que mulher tem como principal função o cuidado com a casa, enquanto o homem deve prover o sustento da família.

Os papéis esperados e desempenhados por cada um (a) se aproxima da afirmação de Connell (2003) de que muitos homens preferem manter boas relações com as esposas (e mães), inclusive auxiliando-as nos afazeres domésticos, mas se negam a questionar suas posições de privilégios. Com isso, há uma conexão com o projeto hegemônico de ser homem, embora não tenha elementos de ódio e violência: às mulheres cabe a maior parte do trabalho doméstico, mesmo ocupando postos de trabalho fora de casa. Para os jovens as relações entre mulheres e homens mantêm a subordinação das mulheres que serão mantidos através da naturalização dos papéis designados para manter os padrões de masculinidades e feminilidades.

Por outro lado, nos relacionamentos com as mulheres, fica clara a ideia de que elas têm a função de satisfazer o homem sexual-



mente, sendo “descartadas” quando não os satisfaziam mais, reiterando certo desprezo e aversão pelo sexo oposto. Para Welzer-Lang (2001), a produção do homem de verdade pelos processos de socialização masculina envolve a obtenção de privilégios que passa por essa diferenciação e desprezo pelas mulheres. Nessa perspectiva, esse processo relaciona o homem como um ser ativo e a mulher como passivo.

No contexto prisional, um abusador, caracterizado como alguém que violenta crianças e jovens, tanto do gênero masculino quanto do feminino, passa a ser discriminado e a ser tratado como mulher pelos outros homens, ou seja, passa a assumir a posição passiva que é caracterizada como inferior e mais humilhante, demonstrando a relação de subordinação presente nas masculinidades. A masculinidade hegemônica, segundo Connell (2003) assimila a homossexualidade à feminilidade, entendida como uma violação da honra do homem para que assim se alcance maior reconhecimento e respeitabilidade social, pois como nos lembra muito bem Saéz (2011), o homem é quem penetra independente se forem mulheres ou mesmo outros homens. O importante nesse caso é ser ativo e impenetrável, pois o (a) penetrado (a) além de ser passivo e “não homem”, goza de menos prestígio e privilégios.

Dentro das próprias relações afetivas entre os jovens do sexo oposto essa situação também é vista, tanto nas casuais, como também dentro de um relacionamento sério. A traição pode ser pensada como uma violação da honra do homem, pois a única resposta imediata frente a ela é a violência de gênero. Essa ação pode ser justificada pelo discurso de que na traição feminina há uma intencionalidade. Para os jovens, muitas vezes a mulher se desqualifica quando trai o homem seja durante o relacionamento ou mesmo depois do relacionamento que com ele. Como homem, ele

pode ter vários relacionamentos pois é a sua condição viril, desempenhada por seu papel ativo. Essa situação pode ser vista através da diferenciação (binômio vínculo/sexo), por parte dos homens, conforme maior ou menor consideração e respeito por elas de acordo com os comportamentos sexuais demonstrados.

Nesses termos há uma classificação das mulheres baseada em marcos hierárquicos. Isso também foi notado em algumas narrativas onde se identifica a diferença entre as mulheres da rua ou das “zonas” e mulheres que conviviam no seu próprio bairro. As mulheres das “zonas” são apenas para sexo e diversão. Há uma diferenciação na forma de conceber as mulheres, sendo as primeiras descartáveis e usadas apenas para satisfazer suas necessidades de “macho”, as quais se vinculam diretamente ao uso de drogas e bebidas alcoólicas, enquanto no segundo caso estabelecem um vínculo maior. Essa diferenciação é baseada no modo como o homem se satisfaz sexualmente, visto que com as prostitutas há uma maior liberdade sexual que não implica no vínculo, ao contrário das meninas do próprio bairro que requerem uma maior negociação em termos sexuais e que reivindicam maior insistência por parte do jovem que, em consequência, tende a concebê-las como mais valorizadas (SALEM, 2004).

### **5.2.2 Produções narrativas sobre o amor de jovens mulheres lésbicas<sup>43</sup>**

Assim como Andreo (2014), a pesquisa efetuada por Mezzari (2017) explorou a abordagem narrativa nos estudos das experiências amorosas contadas por jovens mulheres lésbicas. Entretanto, fez interlocuções entre os estudos feministas em que a produção

---

<sup>43</sup> Este item tem como referências, além da dissertação de Mezzari (2017), o artigo *Do amor entre mulheres: narrativas de amores e lesbianidades* (MEZZARI e LEMOS de SOUZA, 2017).

narrativa, foi uma estratégia na qual se afirma o protagonismo das participantes em conjunto com a pesquisadora, o que permitiu alianças com metodologias de pesquisa mais simétricas e que faziam emergir a posição da pesquisadora em diálogo com as participantes da pesquisa.

Nesse caso, a autora se vale do conceito de experiência e suas relações com a linguagem como fundamental para abordar o tema das narrativas tal como já exposto a partir de Benjamin (1994) e outros autores que buscavam o delineamento metodológico de coprodução narrativa (GARCÍA e MONTENEGRO, 2014). Mezzari (2017) comenta que a experiência é indissociável da produção de conhecimento e este não é indissociável do sujeito. A linguagem tem papel fundamental pois organiza a experiência e permite que a compartilhemos (MATURANA, 2001).

No resgate do protagonismo, da ética da pesquisa na produção do conhecimento e no compartilhamento das experiências, Mezzari realiza aproximações dos estudos sobre narrativas em diálogo com os feminismos, notadamente Donna Haraway (1995). Nesse sentido, procurou estabelecer conexões das mais diversas que recusam um modo único de produção de conhecimento, nem que seja mais válido ou mais próximo de uma verdade sobre a realidade. Se alia à Haraway (1995) que sugere a uma reconfiguração do conceito de objetividade e explica que esta só é possível quando se assume a parcialidade das nossas perspectivas. A objetividade, portanto, se refere a uma corporificação específica e apenas no parcial e no localizado é possível se configurar uma visão que abra espaço para a responsabilização pelas próprias práticas.

Para Haraway, tanto os relativismos quando as teorias totalizantes são formas de se alegar não estar em lugar nenhum mas, ao mesmo tempo, estar por toda a parte o que se desdobra, na

verdade, em uma negação de responsabilidade e avaliação crítica. Dessa maneira, estas teorias ao negarem os posicionamentos, a corporificação e a parcialidade dos conhecimentos produzidos, acabam por impedir de ver bem. A partir daí, ela afirma que se posicionar é a prática-chave no fazer científico. Como consequência disso, tanto a política quanto a ética se tornam referências para se pensar o que pode ter vigência como conhecimento racional. Se assim não for, a racionalidade se torna impossível de ser concebida, já que seria apenas uma ilusão de ótica projetada de maneira abrangente, mas de lugar nenhum.

A perspectiva da produção narrativa possibilita o questionamento da capacidade do ser humano de construir, ou ter acesso, a um conhecimento da realidade independente da própria pessoa que o produz, já que ela assume a experiência do sujeito como intrinsecamente relacionada à produção do conhecimento. Todo conhecimento é produzido tendo como base as vivências, os encontros e afetamentos de quem o produz, dessa forma, esta produção nunca é neutra e nem corresponde a uma realidade independente, visto que a própria construção da realidade é dependente da relação que se estabelece entre a pessoa e o meio.

O objeto de Mezzari (2017) foram mulheres lésbicas jovens (entre 19 e 26 anos) e suas experiências amorosas e entrevistou sete participantes dentre as quais cinco se comprometeram a cocriar e transcrever em parceria com a pesquisadora as suas narrativas. A perspectiva do amor a partir de mulheres lésbicas tem o propósito de estabelecer um viés interseccional ao estudo e, também, situar as experiências amorosas dessas expressões das sexualidades em suas aproximações e distanciamentos com o modelo de amor romântico heteronormativizado, como já abordamos anteriormente neste mesmo capítulo.

O tema do amor está presente nas narrativas literárias, no cinema, nas conversas e trocas cotidianas entre amigas/os, parentes, colegas de trabalho. Para García e Montenegro (2014) as experiências pessoais são produzidas também por meio da articulação e de uma tensão entre as narrativas hegemônicas, que atuam de certa maneira como referências para a produção de significados e as elaborações “próprias” dos sujeitos. Estas elaborações sempre estão situadas em contextos específicos e em relação com outras pessoas e outros sentidos.

Apesar de Andreo (2014) ter realizado o compartilhamento da produção das narrativas com seus participantes, ao solicitar a eles a leitura e correção das entrevistas que deram para a pesquisa, Mezzari (2017), diferentemente, utilizou a metodologia de Produções Narrativas. Esta consiste, em seus procedimentos, na realização de sessões com as/os participantes, em que elas possam falar sobre o tema que se quer estudar. Após as sessões a pesquisadora e as participantes constroem uma narrativa que reflita a maneira como cada uma das participantes pensa o fenômeno em questão (GARCÍA e MONTENEGRO, 2014). Mezzari, especificamente, construiu uma narrativa baseada nas conversas com cada participante. Após escrita, a pesquisadora se permitiu fazer algumas perguntas e tensionar alguns pontos trazidos por elas acerca de suas concepções sobre amor, sobre hierarquias de gênero, sobre ciúmes, entre outras coisas. O texto foi enviado para que as participantes pudessem lê-lo, alterá-lo, reescrevê-lo e responder ou não aos questionamentos feitos, de maneira que as versões finais fossem mais coerentes com suas perspectivas. Estas versões finais não se apresentam na investigação como dados que foram coletados e codificados, mas são compreendidas como apontando para um modo específico de olhar para o fenômeno, estando suscetível de

dialogar com outras narrativas da literatura acadêmica (GARCIA e MONTENEGRO, 2014).

As produções narrativas se fundamentam na proposta de conhecimentos situados, de Haraway (1995). Esta tem como consequência a compreensão de que o conhecimento se produz mediante conexões parciais, localizáveis e encarnadas. A objetividade, assim como nos diz a autora, passa necessariamente pelo reconhecimento da dimensão encarnada e situada da produção de conhecimentos. Neste sentido, o reconhecimento da impossibilidade de haver uma visão totalizadora leva à necessidade de se pensar a construção do conhecimento através da criação de redes e de conexões.

O reconhecimento disso, da parcialidade da própria perspectiva que se adota, leva à necessidade de se produzir conexões e articulações com outros pontos de partida mediante os quais o conhecimento é possível (BALASCH, MONTENEGRO, 2003). Os conhecimentos situados, no contexto das produções narrativas, são produtos de conexões parciais entre investigadora e participante. As articulações produzidas ao longo do processo criado, como asseveram Montenegro e Balasch, não têm a pretensão de apontar para uma representação da realidade, mas apostam, ao invés disso, na difração enquanto uma abertura para outros espaços de produção de significados. Dessa maneira a ênfase recai nos efeitos que surgem, em termos políticos, do conhecimento produzido.

Disso decorre que para que uma pesquisa participante se efetive, não basta apenas o desejo de quem a propõe, é preciso haver também um desejo e um engajamento das pessoas que participarão. Balasch e Montenegro (2003) nos advertem sobre o perigo de se partir do pressuposto de “dar voz” às participantes. A compreensão de que a equipe investigadora possui o poder de dar voz às pessoas

participantes estabelece, como nos explicam as/os autoras/es, uma relação pautada na ideia de que são as/os/investigadoras/es que possuem legitimidade acadêmica para dar ou não a palavra. Na metodologia das produções narrativas, uma solução encontrada para este dilema, ainda de acordo com Balasch e Montenegro, é justamente a possibilidade de se estabelecer conexões parciais com as pessoas que se aproximam de alguma maneira dos fenômenos que pretendemos estudar. Para além disso, as narrativas que são produzidas não são pensadas como um reflexo de um mundo interior dos sujeitos, nem como reproduções de narrativas sociais hegemônicas. Neste sentido, os relatos e as próprias narrativas produzidas não evocam um sujeito, mas sim uma rede de relações.

Apesar de haver, nas produções narrativas, um pressuposto da produção de textos conjuntos entre pesquisadora e participantes, a maneira como eles serão feitos não está dada de antemão. Depende de acordos, negociações e afetamentos que se constituirão nos encontros estabelecidos. No entanto, isso não significa que tudo é permitido, ou que não haja nenhum rigor nestes processos. Guacira Lopes Louro (2007) nos dá algumas pistas sobre essa problemática ao procurar responder às críticas que são feitas às perspectivas pós estruturalistas. Para a autora, é impossível fazer pesquisa sem experimentar a incerteza já que, nesta perspectiva, qualquer verdade que se estabeleça está embasada naquilo que nos é possível conhecer em um dado contexto sendo, portanto, situada, provisória. Assumir uma desconfiança de toda e qualquer verdade não corresponde a considerar que tudo é válido, mas implica, ao contrário, em praticar um questionamento constante de si e das próprias práticas (LOURO, 2007).

Na proposta das produções narrativas a perspectiva é muito semelhante. Não podemos conceber as entrevistas como o momento

de coletar os dados, como se eles estivessem simplesmente a nossa espera. Os dados da pesquisa, ao contrário, são produzidos, inventados pela relação que criamos com cada participante. Para além disso, as narrativas finais são produto da interação de várias forças, que remetem tanto a estilos pessoais de cada pessoa envolvida quanto a contextos particulares e também compartilhados.

Pensar a crítica enquanto uma prática que expõe os moldes constitutivos da produção de um conhecimento e também os seus limites nos ajuda a situar o trabalho com as narrativas construídas ao longo da pesquisa. Não nos interessa alocar os discursos das participantes em categorias que correspondam a supostos graus de subversão ou reprodução das normas. Fazê-lo, para além de criar modelos caricaturais e até mesmo moralizantes, pressuporia que temos o poder de decidir o que é válido e o que não é em experiências alheias. Como pondera Suely Rolnik (2011) não podemos considerar que uma determinada forma de expressão do desejo seja libertária ou aprisionadora em si mesma. Precisamos nos perguntar, ao invés disso, se esta configuração serve enquanto passagem para expressão e experimentação dos afetos do sujeito em questão ou não. Não nos interessa, tampouco, compreender possíveis significados e interpretações das narrativas em questão. Interessa-nos, sobretudo, em consonância com a advertência de Deleuze e Guatarri (2011) nos perguntarmos com o que elas se conectam, quais discursos as atravessam, o que prolifera pelas suas vias.

As concepções acerca do que é o amor estão atravessadas por discursos hegemônicos, por assim dizer, mas também por experiências pessoais, de pertencimento a determinados grupos, contextos, espaços que produzem discursos os mais diversos. Os significados sobre o amor podem aludir a contextos mais amplos do



que os relacionamentos amorosos, incorporando o amor às pessoas que estão próximas e parte do cotidiano da sua vida.

Para Mezzari (2017) esta ideia de amor e amar tem relação com a concepção de amor proposta por Maturana (2001). Para o autor as emoções são apreciações de um(a) observador(a) sobre a dinâmica corporal do outro, a qual especifica um domínio de ação. Nada ocorre que não esteja fundamentado em uma emoção. Se todas as ações estão fundamentadas em alguma emoção, o social também é fundado por uma emoção. Maturana acredita que nem todas as relações humanas são sociais.

Há diferentes tipos de relações humanas, dependendo da emoção que as fundamenta. Para ele, relações sociais são aquelas que estão fundamentadas no amor. E o amor nada mais é do que a aceitação do outro como um outro legítimo na convivência. Se não há aceitação mútua, então não há relação social. O amor, nesta perspectiva, constitui também o espaço de preocupação com o outro. Não há preocupação com o outro se ele não pertence ao domínio social no qual estamos inseridos. Por isso, para Maturana, as preocupações éticas não pertencem ao domínio do racional, mas sim do emocional, apesar de haver também reflexões racionais. O relato de marta também se aproxima destas considerações, ao apontar o amor e sua relação com uma ética nas relações, pois a sua felicidade é, em parte, a felicidade da pessoa amada.

Bell Hooks (2012) diz que precisamos conceituar o amor, porque o fato de todo mundo ter um saber sobre o amor e, ao mesmo tempo não saber o que ele significa, produz mais violência. Para ela essa definição é importante, pois torna o amor uma ação, mais do que um sentimento de maneira que, ao se assumir tal definição, precisamos assumir também uma responsabilidade pelo ato de amar.

As formas de pensar e experienciar o amor também estão atravessadas pelas concepções que temos sobre gêneros e sexualidades. As cinco participantes acreditam que o amor entre mulheres é sempre mais cuidadoso, mais afetivo ou mais livre. Elas criam perspectivas diferentes para explicar essa afirmação. Para algumas as opressões que marcam os corpos das mulheres fazem com que em um relacionamento entre elas o respeito esteja mais presente, elas podem compartilhar entre si estas experiências e isso fortalece os vínculos e afetos. Outras também mencionam o machismo na produção dos corpos masculinos e femininos enquanto um fenômeno muito presente na construção dos relacionamentos amorosos. Contrasta mulheres que se baseiam no afeto, carinho e cuidado com os homens que são educados a serem “brutos” e “durões”, sendo raro encontrar homens que destoam desse modelo.

Podemos perceber que algumas mulheres participantes afirmam que um relacionamento entre mulheres tem como diferencial o respeito e uma delicadeza, situam essas questões como consequências de sistemas de opressão. Para algumas, ainda, a explicação está mais ligada a aspectos biológicos, pois marca nos corpos masculinos, gays ou não, a função sexual é o objetivo final dos homens.

Rubin (RUBIN e BUTLER, 2003), em entrevista concedida a Judith Butler, afirma que o feminismo lida, muitas vezes, de uma maneira inadequada com práticas sexuais, mais especificamente com aquelas não convencionais. Para a autora, as teorizações feministas acerca dos comportamentos sexuais eram, na maior parte das vezes, carregadas de um determinismo biológico. Ela relata o fato de que, pela contratação de uma transexual no final da década de 1970, Sandy Stone, pela Olivia Records, uma boa parte de artigos veiculados pela imprensa lésbica começou a discursar sobre “como as

mulheres nascem e são feitas” (RUBIN, BUTLER, 2003, pág. 170). Rubin nos diz que neste período quase todas as práticas sexuais não convencionais (homossexualismo masculino, promiscuidade, sexo público, travestismo, sadomasoquismo) eram retratadas em algum lugar dos feminismos sob termos negativos. Como consequência dessa postura, a Rubin afirma que os feminismos acabaram por eleger práticas sexuais e populações minoritárias como um dos grandes inimigos da liberdade das mulheres, eximindo, de certa maneira, a responsabilidade de grandes instituições, tais como a família, a educação e a religião além da falta de direitos etc.

Pode-se fazer um paralelo com a comunidade LGBT quando alertado por Júlio Simões (2011) que os marcadores sociais de diferença produzem não apenas uma pluralidade de corpos e possibilidades, mas também hierarquias e desigualdades dentro da comunidade LGBT. Como observa o autor estas categorias se organizam em sistemas classificatórios que, ao mesmo tempo em que alocam as pessoas em determinados lugares, papéis e posições, também produzem possibilidades de reconhecimento e de ação.

Rafaela Cyrino (2013) nos diz que as críticas feministas questionaram tanto as relações assimétricas entre homens e mulheres quanto colocaram em questão a atribuição de fundamentos biológicos para a legitimação de relações sociais. No entanto a autora acredita que se corre o risco de substituir um determinismo biológico por um determinismo social, o qual acaba por atribuir um processo de submissão quase que automático às normas de gênero não abrindo espaço, portanto, para a investigação das rupturas e incoerências deste sistema.

A tensão entre natureza e cultura, nos estudos sobre gêneros e sexualidades, aponta como necessário tomar cuidado para não cair em determinismos nem biológicos nem sócio/culturais. Eles acabam

por contribuir para a manutenção de determinadas normas e por disseminar a concepção de que ser homem ou mulher é algo dado e inevitável. A questão da monogamia também foi problematizada por algumas das participantes, sejam questionando que esse modelo não eram confortáveis para ambos, mas se acredita na possibilidade desses relacionamentos. Outras ressaltam que a maior parte dos relacionamentos já tem um acordo silencioso sobre a monogamia. Quando é colocado em negociação ele passa a ser uma possibilidade, mas pouco provável nas suas experiências. Apontam também para a reciprocidade das relações, sendo que o que vale para um/a para outro/a também.

Determinadas configurações de relacionamentos não são libertárias do que outras. Sabemos que mecanismos de opressão podem se manifestar em quaisquer tipos de relacionamentos, sejam eles monogâmicos ou não. Desta maneira, não consideramos que haja relacionamentos mais “livres” do que outros apenas por se configurarem de maneiras menos convencionais. O que não significa desconsiderar a imposição que nos é feita cotidianamente para estarmos em relacionamentos monogâmicos e heterossexuais e os efeitos disso.

O trabalho de Mezzari (2017) contribui sobremaneira para a compressão das expressões amorosas atravessadas pelas dissidências sexuais e de gêneros. Os modelos de expressão de sentimentos e afetos nas relações amorosas, as hierarquias estabelecidas e os modos de amar são tensionados pelas críticas feministas e no interior delas mesmas.

A escolha pela produção de conhecimentos situados a partir do diálogo com as participantes e a pesquisadora, produziu narrativas que trazem o amor romântico problematizado. Ao mesmo tempo em que é vivido e colocado como norma do sentir e agir diante dos relacionamentos, com as premissas da monogamia, do

desejo unidirecional, da reciprocidade de sentimentos, as participantes também denunciam a opressão dos corpos femininos e masculinos hegemônicos, a necessidade de uma ética das relações amorosas baseadas nas negociações. Suas próprias experiências são partilhadas com a pesquisadora em um processo reflexivo, colocando seus amores e suas vidas em fluxo com encontros possíveis das mudanças históricas sobre o amar.

A lesbianidade também é um marcador importante nesse estudo. O termo “lésbica”, segundo Platero (2008) faz referência a um sujeito que é produto da construção de uma identidade contemporânea e que é própria do ocidente. O termo é uma categoria também problemática já que está inserido em um pensamento baseado em classificações binárias em que cada conceito de um par classifica e aponta para aquilo que o sujeito não é mais do que para aquilo que é. Já está bastante estabelecido que apesar de o conceito “lésbicas” ser usado para marcar experiências muito diversas, o que torna difícil estabelecer contornos ou fronteiras rígidas, ele contém também uma utilidade estratégica.

Quando as lésbicas se “atrevem” a amar, daí estes questionamentos são mais tensionados, dado que a temática do amor também interroga o uso e as definições do termo lésbica. A relevância desta temática quando a elegemos enquanto um campo de estudo não foi por desejar criar uma definição sobre o que é ser lésbica, quem são elas ou o que é estar em um relacionamento lésbico. Ao invés disso, foi apostar na potência deste trabalho enquanto uma possibilidade de se produzir questionamentos às normas de gênero, sexuais, à heteronormatividade e ao próprio pensamento amoroso.

O marcador juventude é também um importante analisador, dado que permite situar as linhas de ruptura e de continuidade sobre

as experimentações das mulheres lésbicas sobre o amar e serem amadas. Num contexto em que as visibilidades das expressões de gêneros dissidentes se fazem mais presentes, as narrativas dessas mulheres lésbicas abrem espaço para configurações de sentidos abertos e móveis que questionam os modelos heteronormativos e hierárquicos baseados nas relações amorosas entre homens e mulheres. As submissões, subordinações e violências podem ocorrer também nestas configurações, o que faz questionar também as capilaridades do amor romântico sobre as diferentes expressões das sexualidades, dado que se funda na designação de eternidade, posse e complementaridade, as quais justifique a violência, até mesmo descolada da naturalização da virilidade/violência como correlacionada ao masculino.

### **5.2.3 Jovens gays, amor e tecnologias: cartografias sobre sexualidades e gêneros em aplicativos de encontros sexuais e afetivos.**

O trabalho de Morelli (2017) trata dos aplicativos voltados para o público *gay*. Seu objetivo é traçar algumas pistas sobre os processos de subjetivação da cultura *gay* contemporânea quando do uso de aplicativos para encontros afetivos e sexuais, como o *Grindr* e o *Hornet*<sup>44</sup>. Inspirado da cartografia como método (DELEUZE e GUATARRI, 2011; ROLNIK, 2011) o caminho traçado pelo

---

<sup>44</sup> Trata-se de aplicativos de geolocalização nos quais os usuários abrem uma conta que descrevem seus perfis com imagens e texto sobre suas características físicas, sociais/relacionamentos, preferências sexuais e o que buscam. O *Tinder* é outro aplicativo voltado a um público mais amplo que foi comentado pelo pesquisador, mas não explorado analiticamente como o *Grindr* e o *Hornet*.

pesquisador foi estar em campo<sup>45</sup>, com usuário dos aplicativos, como forma de mapear os processos de subjetivação no jogo.

A subjetividade é constituída num campo de produção, no qual estão envolvidos elementos diversos (materiais, sociais, linguísticos, tecnológicos, econômicos etc.) em que a ação do sujeito nesse campo se dá por agenciamentos de enunciação (KASTRUP, 1999; GUATARRI, 2012). Isto significa que a subjetividade sempre é coletiva, no sentido de que envolve um duplo descentramento (singular-social). A produção da subjetividade permite as mais variadas formas de existências atravessadas pelas assimetrias que também estão implicadas na produção das diferenças e hierarquias. Como um campo de produção desejante, Morelli (2017) questiona se os aplicativos (2017) quais “campos de subjetivação” que são produzidos e quais desejos estão implicados nas negociações e formas de existência no uso das plataformas pelos sujeitos.

Com a eleição da cartografia como método (ROLNIK, 2011), Morelli (2017) acompanha a produção de subjetividade e as relações de poder atravessadas pelas linhas dominantes e singulares do desejo no uso dos aplicativos. Como um cartógrafo da produção desejante de homens gays no uso dos aplicativos se preocupa em fazê-lo a partir da absorção de matérias diversas que se depara ao longo o caminho.

Morelli, ao descrever o processo de inserção no campo aponta exigências de deixar as alianças da segurança de métodos que davam a garantia de previsibilidade, de um direcionamento pré-definido e estável. Pelo contrário, a inserção na pesquisa desvia desse caminho, situando quem pesquisa no risco, na imprevisibilidade, do desvio das rotas. Por estar sob relações de poder que produzem

---

<sup>45</sup> O trabalho de campo consistiu em utilizar o aplicativo e a partir disso registrar na forma de entrevistas e diários de campo as interações com os usuários.

identidades, no processo a/o pesquisador/a pode cair em armadilhas, bem como criar armadilhas. A diferença com outras formas do conhecer é que a cartografia não se pretende neutra e está atenta a estas armadilhas, as coloca em cena no jogo de escrever sobre o que conhece. Portanto, se alia aos feminismos que sugerem conhecimentos situados como o de Haraway (1995).

Sendo uma prática política o trabalho do cartógrafo também é pesquisa-intervenção. Está atenta aos efeitos que produz e quer produzir. A cartografia como método de pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos, mas que estão em fluxo. Não se trata de o entanto, de uma ação sem direção, ela faz emergir as ferramentas e as estratégias para conhecer um fenômeno e o desafio é produzir um percurso mais próximo de um método artesanal, ou um hódos-metá ao invés de um méta-hódos (pré-fixado), no percurso. (PASSOS & BARROS, 2012)

A escolha do objeto de pesquisa por Morelli (2017) se dá pela percepção imediata que o uso dos aplicativos poderiam ser uma forma de viver a sexualidade gay em enfrentamento à homofobia e ao machismo. No decorrer do caminho essas percepções foram tomando outros rumos mais complexos, em que o uso dos aplicativos poderia servir a muitos senhores dentro do próprio universo gay: ao capital, ao heterossexismo, ao higienismo e à homofobia.

O que Morelli cartografa na sua pesquisa é que, sendo gay, pode sentir-se interessado e se aventurar no uso dos mesmos dos aplicativos, tendo que lidar com códigos que forjam o desejo gay – quais corpos são ou não mais desejados. Ao mesmo tempo, pode se confrontar com códigos que acessam valores e regras do dispositivo da sexualidade que controlam os desejos, excluem os corpos e as



práticas sexuais abjetas, a configuração de práticas homofóbicas que recusam as expressões femininas de homens gays estão, por exemplo, envolvidas nessas experiências com os aplicativos. O uso para manter-se no mundo privado do desejo também é efeito da homofobia que organiza as expressões do desejo no aplicativo. Viver abertamente a sexualidade, mesmo no aplicativo nem sempre é possível, pelo contrário, ele permite justamente essa invisibilização<sup>46</sup>.

Aliado ao método cartográfico e à crítica feminista das ciências, Morelli coloca a necessidade de se localizar na pesquisa. O pesquisador, inspirado em Ochoa (2004), vale-se de uma narrativa em que conta como chegou ao objeto de pesquisa e também como negocia sentidos com elementos locais e globais, em sua existência como jovem, gay, bicha, professor, namorado, usuário destes aplicativos e pesquisador. Isso o faz afirmar que se situa com interlocutores dos mais diversos que compõe o seu próprio desejo e o campo de produção de subjetividades no qual está atravessado. Entretanto, faz isso desde uma objetividade como saber parcial (HARAWAY, 1995) que significa que localizar-se é um ato político em que se questionam saberes universais, mas, também, provoca-se o seu deslocamento para que se pluralize e seja menos silenciador.

Minha atenção ao trabalho de Morelli se dará não somente à escolha metodológica e à própria escrita efetuada pelo autor, atravessada pelos elementos negociados com estes interlocutores e interlocutoras, desde de autores e autoras que se aliou às experiências de vida com os aplicativos e com o ser bicha<sup>47</sup> numa cidade do

---

<sup>46</sup> Aponta ainda que os aplicativos estão presentes em diversos países, sob a mesma plataforma e sob regras semelhantes. A homogeneização fornecida por essa base comum, para Morelli (2017) não garante que são utilizados da mesma maneira. Para ele, os sentidos produzidos são locais e não globais.

<sup>47</sup> Morelli (2017) se situa desde estes marcadores da vida gay, como bicha, viado, boiola e safado. Adjetivações que ganharam tons pejorativos no universo heteronormativo e

interior do estado de São Paulo cristã e tradicionalmente machista e homofóbica. É abordar também a algumas paisagens por ele cartografadas com os jovens participantes da sua pesquisa<sup>48</sup>. No item que ele denomina *Mercados do sexo e dos afetos*, Morelli faz uma incursão sobre como nos relacionamos afetiva e sexualmente com o suporte dos aplicativos.

Para essa análise o pesquisador começa com o argumento da recusa da dissociação entre o mundo online e offline. O mundo em que vivemos é um mundo híbrido em que não há a separação entre um universo real e outro virtual. Para desenvolver esse argumento ele solicita ao leitor, que preste atenção ao mundo antes dos aplicativos. Que se deve pensar os aplicativos como resultado de um processo muito anterior ao da sua invenção: o das mudanças nas formas como nos relacionamos afetiva e sexualmente.

A urbanização acentuada que reconfigura os espaços de socialização, junto à uma nova forma de se relacionar com o trabalho, a economia, o lazer e com os próprios corpos, sugerem uma “nova economia do desejo” (MISKOLCI, 2014). Esse contexto produz uma nova ética sexual que é central na vida das pessoas. Os encontros sexuais, a vida não monogâmica, o prazer com o/a outro/a não resulta em compromissos como namoro, noivado ou mesmo casamento. Para Miskolci parte da classe média e rica dos países ricos essa recusa do modelo compulsório das relações afetivo-sexuais dá margem a modelos mais flexíveis.

---

homonormativo, dado que mesmo no universo gay eles podem ser utilizados para demarcar hierarquias.

<sup>48</sup> Em seu trabalho relata o contato a partir do uso do aplicativo como usuário. No processo se identifica como pesquisador em seu perfil para os demais usuários e com eles inicia uma série de diálogos no chat e por outras vias como por videoconferência online. Alguns, com quem teve contato em entrevistas, nomeou e trabalhou nas análises mais intensamente, outros apenas relatou com Usuário N em partes do texto quando seus comentários diante de questões colocadas pelo pesquisador foram pertinentes aos objetivos da investigação.

As tecnologias têm importante papel na manutenção e na produção destas formas mais flexíveis. Morelli aponta essa trajetória como descrito no trabalho de Finkel et al (2012), no qual estes autores localizam a produção de tecnologias de computador para parear 49 homens e 49 mulheres, realizado por estudantes de matemática na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos da América, em 1959.

Trabalhos como o desenvolvido por este grupo de universitários indicam que a preocupação em como encontrar os melhores parceiros com o uso das mídias digitais, ou de outras tecnologias como revistas com anúncios pessoais ou mesmo em jornais que ganharam o mundo da comunicação após o advento da imprensa, são evidências de um processo muito maior de transformações nas relações afetivas e sexuais que se deram durante o séc. XX e que se estende até os nossos dias.

A própria ideia de que poderemos escolher uma pessoa dentre muitas outras possibilidades não só para construir uma relação afetiva, mas também para estabelecer contatos sexuais já é, por si só, uma característica eminentemente moderna porque ela carrega consigo elementos, tais como: a liberdade, a autonomia, a racionalidade e, assim, indica não só uma competência que devemos desenvolver na disputa por parceiros e parceiras, mas também se apresenta como um direito fundamental na concepção de cidadania moderna: os Direitos Civis. Sendo assim, Morelli se vale das ideias de Illouz (2016), para a qual os critérios com os quais escolhemos nossas/os parceiras/os atualmente caracterizam uma fonte riquíssima de pesquisa que nos permitem refletir sobre o nosso contexto atual.

Há, de acordo com Eva Illouz (2016), uma “arquitetura das escolhas”, ou seja, uma espécie de estrutura que configura ou, no mínimo, fornece certa direção aos critérios que estabeleceremos para

conversar ou se encontra com um parceiro ou com uma parceira, seja para o sexo ou para relações amorosas. Irei abordar aqui algumas apontadas por Morelli, as quais têm como marcas: a idade, os corpos, raça, classe, os interesses, performatividades sexuais e as estéticas de gênero/masculinidades reguladas pelos direcionamentos hegemônicos do contexto homoerótico.

Todos os usuários com os quais Morelli (2017) manteve em interação indicam uma presença de pessoas jovens. A maioria possui entre 20 e 35 anos, com uma média de aproximadamente 28 anos de idade. A questão geracional interfere também nas arquiteturas das escolhas, nas quais a juventude agrega valor competitivo erótica e emocionalmente. Enquanto um dos usuários além de perceber que o fato de ser gordo faz com que o interesse sobre ele diminua, ele também enfatiza o fato de ter apenas 18 anos que, ainda que simbolize uma idade extremamente jovem, ele percebe ser uma questão que faz com que algumas pessoas o considerem muito novo. Por outro lado, outro usuário com 51 anos revela a dificuldade em circular e se desejado entre os corpos jovens nos aplicativos.

Outro elemento presente é a ideia de “competência sexual”. São estabelecidos os atributos de atratividade por critérios coletivos, por meio dos quais o sujeito ou sujeita é reconhecido/a como possuidor de um “capital erótico” que desperta a capacidade de ser desejada.

Não só o capital erótico, mas também a ideia de se possuir uma competência erótica, são respaldados por discursos veiculados na mídia. Alguns participantes, segundo Morelli (2017) sentem-se competentes com sua sexualidade e com o seu sexo porque, de certa maneira, consultaram o assunto em muitas revistas e, assim, consideram-se homens sem tabus pois tiveram acesso a informações sobre como sentir prazer em seu próprio corpo e como deve ser um

bom sexo. Essa territorialização do corpo apresenta uma das suas maiores conquistas nos discursos da biologia que reduz o sexo aos “órgãos sexuais”, isto é, somente aqueles/as que possuem a capacidade reprodutiva, como o pênis e a vagina, e todas as outras partes do corpo como fontes de prazer e sexuais ficam de lado.

Não se trata de qualquer corpo, pois a investida corporal na cultura gay cristaliza a ideia de capital erótico. As investidas sexuais, na fala de um dos usuários que compartilharam suas interações em aplicativos, dizem que se responde ou não rapidamente aos contatos em função das expectativas dos corpos malhados. Alguns dizem que não prosseguem pois muito dificilmente o usuário contactante se interessaria pelo usuário contactado, seja pela exigência estética corporal e genital – padrão de corpo (musculoso) e pênis (grande), seja pela masculinidade performatizada (macho, viril). Bastava uma foto para que ele identifique se o usuário corresponde ao seu desejo.

No uso dos aplicativos a masculinidade hegemônica (CONNELL, 2000) está conectada as expectativas do público gay que prefere corpos masculinos e não efeminados. A recusa da efeminação do corpo masculino é produto de dispositivos homofóbicos de controle da sexualidade. Segundo Morelli (2017) o conceito de tecnologia de gênero (LAURETIS, 1994) auxilia a pensar como a diferença sexual se torna um dispositivo disciplinadores e reguladores das sexualidades e do desejo. O masculino hegemônico heterossexualizado torna-se objeto de escolha do desejo de alguns dos gays que relatam os corpos que buscam nos aplicativos.

Por outro lado, Morelli relata que durante a vivência em campo, algumas declarações dos participantes relatam suas insatisfações quanto ao fato de não conseguirem encontrar homens que estivessem interessados em construir relações. Para alguns o sexo

parece estar banalizado nos aplicativos, e se tornou uma vitrine de açougue onde cada um só escolhe o pedaço de carne que quer levar.

Nos relatos os participantes mencionam a busca por homens fortes, malhados, ativos, com a neca<sup>49</sup> (pênis) grande. Para alguns mesmo se o não tiver corpo, o fator pênis é fundamental, sendo grande o corpo nem é tão importante, como relata Enzzo. Estes relatos apontam as hierarquias dentro do das próprias relações homoeróticas. Outro usuário, por exemplo relata que ser urso (homem gordo e peludo) tem pouco capital a ser gasto em alguns aplicativos, como o *Grindr* e o *Hornett* e em outros é mais requisitado, como o *Scruff*<sup>50</sup>.

Outro componente do capital erótico que envolve a competência sexual, provém das escolhas baseadas na questão racial. Nos aplicativos negros e latinos são comumente retratados como os que irrompem com animalidade gays brancos. Trata-se de um rompimento com o modelo civilizatório do sexo a partir da branquitude.

Durante a pesquisa, embora Morelli tenha conseguido aprofundar as interações com aqueles perfis que se diziam em busca de sigilo, de discrição e que se chamavam de “machos de verdade” e que se recusavam a ficar com homens afeminados, a preferência sexual mais comum era a posição ativa. Sáez e Carrascosa (2011) assinalam como uma das principais características do masculino a impenetrabilidade, como se no momento de permitir-se ser penetrado – seja por um dedo, pênis, dildo etc. – se perdesse o status de masculino e se aproximasse de uma prática comumente feminina, a passividade. Daí decorre a comum e equívoca relação de prazer

---

<sup>49</sup> Neca é o nome dado ao pênis no paujubá/bajubá, linguagem de origem africana utilizada no cambomblé e na umbanda e apropriado pela comunidade gay e travesti.

<sup>50</sup> Scruff é um aplicativo como os outros apresentados na pesquisa de Morelli (2017), entretanto é mais utilizado por a homens gays ursos.

anal masculino com a homossexualidade, quando na verdade é possível ser heterossexual e sentir prazer anal.

Morelli (2017) não afirma que todos os homens que se dizem macho só são ativos. Embora alguns que se mostram nos perfis como ativos, nas práticas de fato são passivos, segundo o relato dos participantes. A impenetrabilidade é um dispositivo de controle da masculinidade que fica intocada enquanto suas práticas não vierem ao conhecimento público, por isso, mesmo que os “machos de verdade” e “discretos” sejam, muitas vezes, passivos, certamente, implorarão e se preocuparão em controlar quem sabe e saberá disso. Ser casado, noivo, namorar mulher é um outro atrativo para homens gays que procuram homens que se definem como heterossexuais.

O capital cultural e econômico são outros que estão envolvidos, de forma articulada, com a arquitetura das escolhas. Morelli (2017) chama de capital cultural a posse de elementos que garantem níveis de escolarização e práticas de socialização e de consumo de bens culturais que demonstram um perfil econômico elevado. Alguns usuários dizem só se relacionar com pessoas com ensino superior completo.

Além desses atributos, o fator classe social também marca um critério de escolha dos usuários que se baseiam no capital econômico. Estes buscam relacionarem-se com pessoas com certo capital econômico. Se após o contato online ocorre a possibilidade de um encontro offline, ter “um local” (apartamento, casa) para a interação sexual garante o espaço privado e sigiloso das relações homoeróticas. O destaque deste item deve-se a ser um certo privilégio ter um espaço privado para estas interações.

Um outro elemento que atravessa as relações e os critérios de escolha estabelecidos nas plataformas midiáticas, segundo Morelli (2017), está relacionado ao que Illouz (2007) define como campo

emocional. Para Illouz (2007) os campos emocionais são campos de exploração da emoção, pela sociedade capitalista de consumo, dos diferentes discursos (científicos, sociais, espirituais, econômicos etc.) sobre os afetos e os sentimentos.

Um dos entrevistados idealiza a possibilidade de conhecer alguém no aplicativo na expectativa de um encontro que se assemelha a roteiro hollywoodianos, com toda uma cenografia a fim de evidenciar qual personagem se apaixonará por qual. O sucesso ou fracasso desse encontro depende em muito da noção de competência emocional reconhecida nos momentos em que algumas pessoas são vistas pelos/as outros/as como alguém que sabe lidar com suas emoções. As pessoas maduras afetivamente, são capazes de amar, segundo estas premissas, cujo fator idade não comparece, mas sim, a qualidade por meio da qual as pessoas administram suas relações e os sentimentos que as atravessam.

Para alguns usuários, os aplicativos estão invadidos por pessoas que só se interessam por sexo e que, segundo ele, ter somente interesse em sexo significa que a pessoa seja vazia. Por isso, ainda que ele considere ser inevitável sair com as pessoas só por sexo, no qual o “sexo com afeto” seria mais gratificante. Por outro lado, outros afirmam que ali só busca por sexo porque não acreditam que seria possível encontrar um relacionamento sério por meio dos aplicativos. A busca inicial por relacionamentos amorosos nos aplicativos é frequente, mas cessa quando se deparam com a capitalização do corpo.

Os usuários questionam se as relações amorosas pelos aplicativos é possível. Para alguns as possibilidades disso tem que atender ao que se tradicionalmente se entende por amar. Segundo Eva Illouz (2007), o amor romântico (sagrado, imutável, compartilhado, recíproco) como a referência hegemônica, geralmente



relacionada ao processo de “encantamento do mundo” e à célebre frase “foi amor à primeira vista”. Nos aplicativos, ele é a esperança de alguns dos usuários. Ao mesmo tempo, há os usuários referem-se a um desencantamento logo com a sua utilização.

O trabalho de Morelli (2017) traz contribuições importantes sobre os afetos e as formas de se envolver sexualmente de homens gays mediadas pelas tecnologias de geolocalização. Percebe-se que elas funcionam como um mercado econômico. Há uma relação de oferta e procura que privilegia alguns em detrimento de outros por meio do quanto de valor os usuários possuem ou podem agregar para si mesmos, a fim de que consigam competir por uma mensagem ou por um elogio, podendo, assim, conseguir estabelecer tanto um encontro sexual ou, até mesmo, uma relação amorosa, quanto também experimentar sensações de decepção.

Para a geração de jovens que utilizam os aplicativos online, a busca por parceiros pode aparentar ser amplo e atrativo, dada possibilidade de maiores opções no mercado do desejo, ou pelo contrário, parecer hostil e árido, dado a competição pelos perfis considerados mais desejáveis. Morelli (2017) ressalta esse quadro de vivência de rejeições, frustrações, e discriminações pelos usuários que acompanhou, bem como a esperança da ampliação do número de parceiros em potencial.

Outro elemento importante, destacado por Morelli (2017) foi a necessidade dos usuários se obrigarem a construir uma imagem e apresentar-se como desejáveis no mercado do desejo nos aplicativos. Nesse mercado, ser mais desejável significa se aproximar dos elementos definidos pela “arquitetura das escolhas” dominantes dos capitais erótico, cultural, econômico e afetivo. O domínio ou pertencimento a estes capitais dominantes conferem às pessoas reconhecimento e garantida de acesso a direitos, cidadania. Morelli

ainda analisa que as aproximações e distanciamentos a estes capitais dominantes: ser desejável é estar mais próximo deles e, ao contrário, quanto mais se distanciam deles, mais longe deste topo e, assim, com menos condições de competição para ser desejável, bem como com menores condições de escolher os parceiros que deseja.

Pode-se mapear no trabalho de Morelli (2017) que um contexto relativamente recente de mudanças nas relações mercadológicas referentes ao sexo e aos afetos tem nos aplicativos estudados, um fluxo de possibilidades que mantém as hegemonias dos gêneros e das práticas sexuais.

Penso que a cisão entre natureza e cultura, gestada pelos discursos da modernidade, pode ser constantemente tensionado nos relatos dos participantes. A começar pela própria metáfora de que o mundo online não seria “natural” /real e sim o offline. As nuances dos limites entre um e outro é abordado pelo pesquisador e explorado nos relatos dos participantes, dado que em momentos diversos á conflitos entre manter a conta do aplicativo ou não, pois é difícil encontrar alguém que valha a pena e/ou é difícil deter todos os capitais necessários para ser desejado.

Amar se aproxima também do que se considera o que é hegemônico – o amor romântico. Sendo os aplicativos uma tecnologia para encontros sexuais, prioritariamente, considerando seu propósito de criação, eles rompem as barreiras dessa proposta e passam a se tornar dispositivos de busca de parceiros amorosos. A questão aqui são as arquiteturas de escolhas que se esboçam tornam a tarefa mais difícil. Há processos implicados nos critérios de escolha, que os definem com base nos modelos de masculinidade hegemônica esteticamente (forte, malhado, jovem) e emocionalmente (maduro afetivamente - contrário à instabilidade) e performaticamente (penetrativo, viril).

Este modelo de masculinidade que se mantém nos critérios de escolha reforçam as desigualdades nas diferenças sexuais e de gênero. A aproximação da naturalização da sexualidade masculina como viril, penetrativo e forte opõem-se à feminina, passiva, subordinada e frágil. Uma performatividade feminina num corpo do sexo (bio) masculino é recusado e inferiorizado no universo dos aplicativos, assim como no mundo offline gay.

A manutenção de parte do sistema opressivo de sexo-gênero (RUBIN, 1993; 2003) na cultura gay no uso dos aplicativos é gestado na contradição entre as hegemonias presentes no discurso sobre as diferenças de gênero e sexuais. Apesar de se perceber o borramento de fronteiras do mundo online e offline, parece que os usuários cindem essas vivências, considerando o virtual como ilusório e irreal, inalcançável, sem condições de capitalizar desejos e corpos para os afetos.

É no cotidiano que se dá o confronto entre corpos e desejos em busca do prazer e da felicidade. As subjetividades contemporâneas marcadas pelas dissidências sexuais e de gênero tem nos aplicativos uma arena de luta, em que suas práticas sexuais, afetivas e amorosas estão entre render-se à norma ou reinventar-se.

**VI**

**DESLOCAMENTOS PROVOCADOS PELAS  
EPISTEMES FEMINISTAS NA PSICOLOGIA DO  
DESENVOLVIMENTO: PENSAR A PESQUISA  
COM JOVENS**

“A visão é sempre uma questão do poder de ver – e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos? Essas observações se aplicam também ao testemunho a partir da posição de um “eu”. (HARAWAY, 1995, p. 25)

Neste último capítulo, proponho interrogar as apropriações da juventude como idade da vida numa linha de temporalidade universal, linear e com roteiros a serem cumpridos, especialmente no que se refere às trajetórias do funcionamento psicológico, do desejo e das expressões de gêneros e sexuais. Farei isso a partir dos quadros construídos ao longo desta tese tendo as pesquisas delineadas por mim, orientandas e orientandos.

Propus no início do texto um percurso que levavam as pesquisas produzidas a serem analisadas em dois eixos: as relações entre cognição e afeto e entre natureza e cultura. Tomei os estudos sobre os processos psicológicos envolvidos com a construção da moralidade pela psicologia como um analisado das relações entre cognição e afeto. A distinção destes processos opostos foi levada a

cabo por muito tempo na psicologia e a necessidade de implicar a complexidade nas explicações das configurações da moralidade.

Assim, as relações entre afetividade e cognição nas explicações dos juízos e ações morais forneceram um roteiro em que pude problematizar questões teóricas fundamentais no estudo da moral. Se antes ela era situada como possível e o seu fim temporal na linha do desenvolvimento marcada o domínio da razão como o possibilitador de juízos morais elaborados e mais próximos do valor da justiça, agregar os processos afetivos, integrados com os cognitivos e racionais, passa a se desvelar como mais próximo das explicações sobre como os juízos e as ações se dão no campo moral.

Ao fazer isto, foram questionados modelos de ciência que distinguem os processos cognitivos e afetivos. Muito da crítica elaborada sobre este tema vêm de incursões dos estudos da moral em psicologia a partir dos feminismos e de epistemologias feministas que foram elaborando questões aos métodos, teorias e explicações sobre o funcionamento psi.

A juventude ou a adolescência passa a ser questionada como tempo em que, no processo de construção de moralidade, é forjada na racionalidade e no valor justiça. Visão masculinista e racionalista que dominou os processos e métodos de pesquisa sobre o desenvolvimento, resultou na explicação linear e universalista do desenvolvimento da moralidade.

Uma boa parte dos estudos sobre psicologia moral se dedicam à adolescência e juventude como etapas da vida em que devem ser domados os ímpetos e a força da natureza do corpo dos adolescentes e jovens que os impelem a desafiar, correr riscos, colocar em risco, lançar-se a ações consideradas fora da norma. A violência cometida por jovens e adolescentes passa a ser explicada pela psicologia da moralidade, chegando a explicações simplistas (de

imaturidade de juízo moral) a complexificações com elementos afetivos, culturais e cognitivos – valores como forma de explicar como e em que condições podem ser explicadas as infrações, agressões e violências.

Outros contextos de produção de violência foram interessantes na explicação da vida juvenil. Como, diante das diferenças de gênero, outras violências, como a homofobia, podem ser explicadas? Longe de chegar a esta resposta, o que pesquisei teve o interesse em aprofundar nas performances de gênero que implicam em modos diferentes de elaborar pensamentos, sentimentos e ações morais ou não. O interesse pelo gênero como crítico da moralidade se acentua nessa investigação e permite as aproximações as epistememas feministas que interrogam a pesquisa em psicologia.

Com os marcadores de gênero presentes na investigação pude perceber a complexidade dos processos de subjetivação que envolvem meninos e meninas diante de situações de preconceito como a homofobia. Ademais, foi possível compreender alguns dos processos identitários na juventude e adolescência, marcada pela heteronormatividade, que produzem a homofobia. O reconhecimento do/a outro/a como fora da hegemonia na masculinidade ou da feminilidade provoca exclusões, agressões e violências contra gays e lésbicas, por ousarem estar fora da norma do sistema sexo-gênero-desejo.

As trajetórias juvenis têm marcas universalizantes, mas também tem caminhos que desviam do projetado sobre seus valores e identidades. Na pesquisa pudemos mapear um pouco destes desvios. A teoria dos modelos organizadores do pensamento foi importante como ferramenta de análise das produções das jovens e das jovens. Não trabalhar com categorias prévias e acompanhar as modulações dos pensamentos, sentimentos e valores construídos em

cada resposta dos/as participantes, permitiu fazer emergir diferentes fluxos inventivos nas formas de se resolver uma situação de conflito.

No entanto, o questionamento do sujeito no processo de produção de conhecimento sobre o outro e ele mesmo fazia-se necessário. As epistememes feministas de segunda onda vinha até aqui na proposta de fazer emergir a experiência feminina, ou da diferença, em relação ao masculino ou a tudo que era opressão ao feminino. Ao sugerir um empiricismo feminista (essencialista ou de socialização), este conjunto de ideias sobre a ciência e a produção do conhecimento a partir das mulheres abre espaço a visibilidade de lacunas que a ciência sempre gestava.

Outra virada epistemológica vem com o feminismo pós-moderno ou alternativo. A crítica aos feminismos empiricista se deve a não considerar outros marcadores. O feminismo negro tem importante contribuições nesse sentido, ao denunciar que as mulheres não são genéricas: brancas, heterossexuais, ocidental do norte, classe média, alta. Elas têm no corpo, na pele, nos olhos, na carne singularidades que se compõem em cores, amores, sexos, genitais, dildos e coragem que não eram contemplados pelo feminismo empiricista branco, hetero e do norte.

Nessa virada estão as alianças com outras formas de conhecer que questionam a ideia de objetividade da ciência moderna colada a certos feminismos. Assim, as metodologias situadas consideram que os saberes são sempre parciais e que sua objetividade se refere aos efeitos que produzem política e eticamente implicados com a capacidade de se aliar a outras parcialidades. Isto significa que a objetividade passa a ser uma condição política dos saberes localizados. São utilizadas as narrativas autobiográficas, as produções narrativas e as cartografias.

Nesses processos investigativos, o sujeito e objeto não são distintos, são composições do processo de afetar-se no mundo e com o mundo que produzem fluxos de conhecer. O interesse em narrar sobre as experiências vividas permite o compartilhamento das mesmas e as análises situam no coletivo (como integrativo do singular e do social) os sentidos quando propostos como produção narrativa. Na cartografia o acompanhar como se dão as relações de poder nos processos de subjetivação que envolvem linhas dominantes e disruptivas dos modelos normativos vigentes.

Nessas perspectivas, as juventudes passam a ser acompanhadas de leituras interseccionais. Tentei em uma pesquisa sobre o amor e jovens interseccionar as identidades sexuais com as de gênero. O amor, como tema que interroga as naturalizações dos afetos e das práticas sociais e sexuais, foi um campo interessante de desvio do que se espera do amar e ser amado por jovens de sexualidades dissidentes e heterossexuais, bem como de homens e mulheres que constroem valores sobre o amar e ser amado fora da norma e/ou como a maioria, no fluxo do amor romântico como regulador dos sexos e dos gêneros.

Nogueira (2017) a ponta a interseccionalidade como uma possibilidade e um desafio na pesquisa em psicologia. Isso se deve ao número das identidades que se quer considerar num estudo interseccional. Nogueira debate esse dado em pesquisas de outras áreas que levam a questionar se é possível pesquisar na interseccionalidade. Acreditamos que sim, desde que as identidades sejam situadas dentro de contextos sociais estruturais. Ao mesmo tempo que seja possível trabalhar nas análises tanto com categorias emergentes (identidades dissidentes) quanto *master* (identidade dominante).



Na pesquisa, portanto, tentando conciliar as perspectivas qualitativa e quantitativa, foi sendo produzido um conjunto de dados que permitiram visibilizar pensamentos, sentimentos e ações nas relações amorosas das/os jovens entrevistados. Eles e elas, embora tenha o amor romântico como princípio na vivência de suas relações, normatizando as relações em algumas situações, estabelecem também limites, matizes diferenciados sobre como esse amor romântico pode ser ressignificado.

Outras paisagens puderam ser construídas nas pesquisas posteriores em que as narrativas autobiográficas, a produção biográfica e a cartografia puderam mapear também as relações com os jovens e as jovens com violências, as escolhas de parceiros sexuais e as experiências amorosas. A desnaturalização do amor e da violência são experimentados pela juventude contemporânea, se colocam em evidência os atravessamentos das críticas das diferenças de gênero e sexuais. Quero dizer que as sexualidades e os gêneros das/os jovens estão em constante processo de problematização diante dos sistemas normativos nos quais estão inseridos. Seja por elas/es mesmas/os seja nos fluxos de coletivização que agregam estas discussões em diferentes contextos, onlines ou offlines.

Para Braidotti (2004) por exemplo, as teorias sobre a diferença sexual construída pelos feminismos podem ser ao mesmo tempo limitadora da construção de uma ética que dê conta das necessidades de mulheres ou potente. Neste último, caso desde que rompa com as diferenças sexuais identitária e vinculada à noção de subjetividade do humanismo tradicional: racionalidade, homogeneidade, estabilidade e autorrepresentação. Nessa fissura debatida por Braidotti, percebo nos caminhos de pesquisa trabalhados nesta tese, a potência das narrativas e da cartografia formas de evidenciar e problematizar as políticas das sexualidades e dos gêneros.

Isso porque elas recusam o modelo identitário que as teorias da diferença sexual demarcam, reforçando essencialismos ou determinismos sociais. Os conceitos de subjetividade coletivizada se alia à estas metodologias com permissão de passagens de fluxos entres as barreiras porosas do singular e do social. Os processos de subjetivação são atravessados pelas performatividades dissidentes das sexualidades e gêneros. Estas questionam a racionalidade como modo de se subjetivar, a homogeneização do desejo e das estéticas, a previsibilidade das rotas, o idêntico a si mesmo como melhor e superior às demais subjetividades.

Estas políticas estão presentes nas linhas traçadas pelos usuários de aplicativos de encontros gays entrevistados por Morelli (2017). A arquitetura de escolhas que se baseiam nos capitais emocionais, sexuais e eróticos opressores e vinculados às hegemonias sobre o ser homem e gay. As identidades construídas dentro da cultura gay aparecem como mantenedoras de elementos que o movimento social sempre havia contestado e os estudos queer tem denunciado – a essencialização das sexualidades e dos gêneros. No caso das jovens lésbicas entrevistadas por Mezzari (2017) as políticas dos afetos abrem e fecham possibilidades de reinventar as relações amorosas entre duas mulheres. Confluem os pactos de fidelidade invisíveis, não ditos, e as formas de amar demarcadas pelas diferenças sexuais.

E a juventude? Como este marcador social opera também nos modos de se subjetivar? As juventudes são interrogadas aqui quando recusa-se a pensá-la como uma trajetória única, homogênea e linear, como já foi dito. Nas explicações psicológicas das trajetórias juvenis depara-se com a/o jovem problema: homossexual, travesti, violento, usuário de drogas, improdutivo, incapaz intelectualmente, afetivamente e moralmente, etc.

Estes rótulos estão marcados pelas explicações biologizantes ou psicologizadas sobre o comportamento da adolescência ou juventude como fase da vida. O termo adolescente tem marcas profundas com a medicina e a biologia que procuram descrever os universais deste momento da vida marcado, tradicionalmente, segundo os termos utilizados por esta perspectiva: pela instabilidade emocional (em decorrência dos hormônios masculinos e femininos), pelo processo em vias de amadurecimento, racional, afetivo e laboral. A capacidade de reprodução também marca a entrada da adolescência como fim último de todo o processo de identificação com a correspondência heterocisnormativa.

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) sugerem o termo juventude, em vez de adolescência, por não se referir a uma faixa etária específica. A adolescência tem sua história atravessada pela psiquiatralização, psicologização e a criminalização na definição de elementos etários bem demarcados pelas interposições de características definidas pelo desenvolvimento biológico. Assumem o termo juventude como tempo da vida em fluxo, como devir. Escolhem fazer isso como ação política diante dos processos de subjetivação individualizantes e de interiorização de questões sociais. Os autores ainda fazem menção ao cuidado de se ter quando se sugere esta via de entendimento, ou de apenas a troca de uma palavra pela outra, dado que a juventude pode ser instituída e capturada.

A opção por manter o termo juventude no campo da psicologia do desenvolvimento, esteve presente neste trabalho desde o início e na maioria das pesquisas realizadas e apresentadas aqui. Principalmente pela possibilidade de romper com as marcações forjadas no estudo da adolescência, permitindo a investigação com jovens de modo a respeitar a multiplicidade de trajetórias e

possibilidades de existências juvenis em seus diversos aspectos: psicológicos, sociais, históricos e biológicos.

A interrogação sobre quais destinos cabem às experiências juvenis são feitas por elas mesmas, no cotidiano, confrontando os modos de aprender, de ser, de desejar, de expressar, de se relacionar uns com os outros, com a natureza, com mundo, com os problemas políticos, econômicos e sociais que vivem: na escola, na família, no trabalho, no grupo de amigas/os.

A juventude, como categoria analítica das mudanças (psicológicas, biológicas e sociais), ao longo da vida, se alia aos gêneros e sexualidades como dispositivos integrantes das críticas às ciências, notadamente a psicológica. Essa deve ser reinventada e um dos seus campos, a Psicologia do Desenvolvimento, ressignificada. Percebe-se que as contribuições das críticas oriundas das epistememes feministas podem potencializar esse campo, na direção de conhecimentos situados, a partir das metodologias, conceitos e teorias que abarcam o acaso, a multiplicidade, não linearidade, o sujeito concreto, o conhecimento plural, as relações entre simetrias e assimetrias e os afetos.

Assim, as pesquisas em psicologia do desenvolvimento podem ressignificar o papel da emoção, do corpo e da experiência a produção do saber e das subjetividades. O que foi dito por Haraway (1995), que destaquei na epígrafe deste capítulo: “Com que sangue foram feitos meus olhos?”, me leva a pensar no papel do/a pesquisador/a na produção de conhecimento e dos efeitos éticos de suas produções: a que custos as pesquisas padrão e homogeneizantes excluem e violam direitos e necessidades quando produzem conhecimento sobre crianças e jovens?

No entendimento de que, a produção sistematizada até aqui está em fluxo e abre novas possibilidades de se pensar o campo da

psicologia do desenvolvimento, proponho apresentar inquietações sobre uma aproximação que nem sempre fora possível. Ao mesmo tempo em que as epistemes feministas foram interlocutoras no processo de pesquisar e eleger temas e objetos de investigação no percurso que delineamos, existe ainda necessidade de interrogar as lacunas que ainda se mantêm: o adultocentrismo dos estudos feministas e queer. Acredito que esta é ainda uma fronteira que deve ser borrada nos estudos feministas e queer quando se ocupam em repensar os conhecimentos psi.

O que pode-se interrogar a partir dos marcadores etários infância e juventudes, quando os levamos para o contexto da pesquisa em psicologia é: a) qual o lugar de crianças e adolescentes no direito a expressão de seus gêneros e sexualidades? b) qual a possibilidade de reconhecimento delas como existências despatologizadas e viáveis em contextos diversos como nas políticas públicas de saúde, sociais e de educação; c) existe protagonismo dessas existências nessas políticas e na pesquisa? d) quais as possibilidades das contribuições dos feminismos e dos estudos queer no questionamento das epistemes ainda presentes nas formas e conteúdos sobre gêneros e sexualidades na psicologia? e) as trajetórias distintas das expressões de gêneros e sexuais de crianças e jovens são reconhecidas pelas teorias e metodologias de pesquisa?

Estas interrogações são disparadas diante do modo como a psicologia tem produzido conhecimentos sobre a sexualidade e os gêneros. Um dos eixos de polemização trata das biopolíticas sobre sexo e os gêneros ainda hegemônicos nos conteúdos de pesquisa e nos documentos de formação, ou os cânones: livros, artigos e textos da disciplina de psicologia do desenvolvimento e afins (BARRETO, 2015).

A aproximação de crianças à sexualidade ainda é proibitiva, em relação ao jovem ela é disparadora, uma porta de abertura para a vivências de relações adultas. Mesmo com as contribuições da Psicanálise Freudiana que, pelo menos, apesar das críticas binaristas e heteronormativas, inserem a sexualidade como algo que não deve ser negado como parte da existência da criança e do jovem. Estas desqualificações entre crianças, jovens e sexualidades estão presentes também nos feminismos, nos quais, em algumas perspectivas mais radicais, as discussões não perpassam a mulher jovem ou criança. De maneira geral, em grande parte das ciências humanas e sociais, sexo e gênero fazem leituras desqualificadoras dos marcadores etários em sua produção, permanecendo a ideia de inocência da criança e a disfuncionalidade ou inacabamento da adolescência quando se trata destes temas.

Preciado (2013) em *Quem-defende-a-criança-queer?* Nos alerta sobre a situação da criança (ou jovem, acrescento) quando proibida de expressar seu gênero e seu desejo. Sob o argumento de proteger seus direitos, criam-se dispositivos de proteção (que mais se aproximam de punição) da criança para garantir os roteiros que definiriam a correspondência sexo-gênero e que a inscreve como supostamente heterossexual. De fato, o que é protegido, segundo Preciado, é a normatização de gênero e da sexualidade (na heteronorma) das crianças e jovens e a não seus direitos.

O que meu pai e minha mãe protegiam não eram os meus direitos de criança, mas as normas sexuais e de gênero que haviam sido inculcadas dolorosamente neles mesmos, por um sistema educativo e social que punia toda forma de dissidência com a ameaça, a intimidação, o castigo e a morte. Tinha um pai e uma mãe, mas nenhum dos dois podia proteger meu

direito à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade.  
(PRECIADO, 2013, p. 98-99)

De algum modo, os feminismos e os estudos queer, em algumas de suas linhas, são predominantemente adultocêntricos, ou seja, exclui a o marcador etário como parte da interseccionalidade necessária para se pensar os gêneros. A Psicologia<sup>51</sup>, quando se ocupa de crianças e jovens, tem se vinculado às considerações psicanalíticas, aos trajetos oral, anal, fático e latência – que afirma um telos da sexualidade e dos gêneros (advindo do modelo patriarcal e heteronormativo). A ideia corrente é a de processualidade, de provisoriedade, que garantiria ainda a oportunidade de retomar a linha desejada pela hegemonia. Isso tudo mesmo diante dos protagonismos de crianças e jovens sobre suas sexualidades e expressões de gênero, que questionam a todo momento estas referências.

A afirmação dos feminismos de luta de que o “pessoal é político”, tensiona o público e o privado como sem bordas. É um outro deslocamento. O público é o que se torna exposto. O privado é o que está guardado, posto em segredo, colocado à margem. Tradicionalmente moderno, esta relação público e privado remete-nos a localizações que definem os gêneros e as sexualidades como pertencentes ao privado, do segredo, da vida familiar, já que o espaço público é o da razão, da vida coletiva e da inserção na normatividade.

Uma devida leitura, desde perspectivas situadas, precisa sair do jogo das assimetrias (adulto criança, público e privado, família e sociedade), naturalizadas pelo discurso da modernidade nas relações

---

<sup>51</sup> Sposito (2015) nos seus estudos sobre as pesquisas sobre homossexualidades e psicologia no Brasil, no âmbito de estudos que propuseram intervenções sobre as homossexualidades foram patologizantes, com perspectivas preconceituosas e discriminatórias.

entre adultos, crianças e jovens. A opção é se inserir nos interstícios, nas porosidades das fronteiras em busca de simetrias possíveis, mesmo que provisórias. Estas leituras precisam, ainda, incorporar às epistemes (re)produzidas na psicologia os marcadores etários que são considerados periféricos, incapazes, faltantes de desejo, de capacidade intelectual, afetiva e social. Crianças e jovens têm sido subjetivados pelo inacabamento, devendo ser tutelados para se configurarem segundo o modelo de adulto (branco, heterossexual, cisgênero, racional, justo etc.).

Cabe esclarecer que as perspectivas situadas de crianças e jovens, tem o sentido de posicionamento, não se trata de uma assimetria, mas de significar que o lugar periférico é legítimo, como um olhar desde um lugar. Lugar nunca isolado e sem autocrítica, como nos ensinam as pensadoras feministas que trabalhamos neste texto. Esta leitura exige ainda que seja assumido o saber localizado de crianças e jovens sobre suas sexualidades e gêneros (enquanto suas próprias experiências) em interlocução com os saberes coletivizados, históricos e interseccionais do gênero e das sexualidades.

Considerar o que elas dizem sobre suas sexualidades também implica em considerar o que elas querem saber e também o que não sabem sobre as existências possíveis das expressões dos gêneros, do desejo e da vida erótica. Não se trata de deixar a criança ou o jovem à deriva, ou somente com suas autorreferências. Num sentido limitado de subjetividade individualizada isso seria o argumento utilizado por muitos e seria exigido uma condução, um roteiro a ser seguido pelas crianças e jovens sobre suas sexualidades e expressões de gênero. O que se propõe tem em conta a ideia de subjetividade inscrita no coletivo, em que o termo coletivo significa o borramento das fronteiras entre o social e o individual, uma superação dessa dicotomia. Assim, as expressões de crianças e jovens sobre suas



sexualidades e gêneros estão conectadas a redes mais amplas e também se constituem, ao mesmo tempo, em singularidades que se (re)inventam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam e RUA, Maria Graças. (org.) *Violência nas escolas*: Brasília: UNESCO, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó-SC: Argos, 2009.

ALMEIDA, Maria Isabel; & EUGENIO, Fernanda. *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.

AMORIM, Marília. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em ciências humanas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, julho, 2002, p. 7-19.

AMORIM, R. C. A questão do gênero no ensinar em enfermagem. *Revista de Enfermagem*. UERJ, 2009, 17 (1), p. 64-8.

ANDRADE, Ederson e LEMOS de SOUZA, Leonardo. Gênero, identidade e cultura nas práticas corporais no contexto escolar. In: LEMOS de SOUZA, Leonardo e ROCHA, Simone Albuquerque da Rocha (Org.). *Formação de educadores, gênero e diversidade*. 1ed. Cuiabá: Edufmt/UAB, 2012, p. 75-91.

ANDREO, Caio; PERES, William; TOKUDA, Andre; LEMOS de SOUZA, Leonardo. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. v.6, n. 1, p. 46-67, 2016.

ANDREO, Caio; SOUZA, Leonardo L. Masculinidades e adolescentes autores de infração. *Gerai*s: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 13, p. 1-19, 2020.

ANWAR, N., BHUTTO, N. A., MAITLO, Q., e KHAWAJA, H. A. The impact of gender role and personality on moral orientation. *Interdisciplinary Journal of Contemporary Research in Business*, 2012, 3(9), 731-737.

ARANTES, Valéria A. *Modelos organizadores do pensamento e o seu desenvolvimento teórico-metodológico: estudos de psicologia e educação*. Tese de Livre-docência em Psicologia da Educação. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2013.

ARANTES, Valeria A., SASTRE, Genoveva., & GONZÁLEZ, Alba. Violência contra a mulher e representações mentais: Um estudo sobre os pensamentos morais e sentimentos de adolescentes. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 2010, 26(1), 109-120.

ARANTES, Valeria. Cognição, Afetividade e Moralidade. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.26, n.2, 2000, jul-dez, p.137-153.

ARENDT. Hanna. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

AL-FALAI, J. Family conditions, ego development and sociomoral development in juvenile delinquency: a study of bahraini adolescents. *Dissertation Abstracts International*, n. 52, v. 12-A, 1992, p. 4224-4225.

ANDREO, Caio. *Masculinidades e violência em narrativas de vida de jovens autores de infração*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.

AZEREDO, Sandra M. A encenra do gênero nas teorizações em psicologia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2010, v. 18, n. 1, p. 175-188.

BALASCH, Marcel e MONTENEGRO, Marisela. Una propuesta metodológica desde la epistemología de los conocimientos situados: las producciones narrativas. *Encuentros em psicología social*.v. 1, n. 3, p. 44-48, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRETO, Danielle J. *A (in)visibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresia na formação queerizada em Psicologia: narrativas de outras perspectivas e experiências docentes*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2015.

BECK, Ulrich & BECK-GERNSHEIM, Elizabeth. *El normal caos del amor*. Barcelona/Buenos Aires/Madrid: Roure/ Paidós, 2001.

BEE, Helen. *O ciclo vital*. Porto Alegre: Art Med, 1997.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. *O feminismo como crítica da modernidade – releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BENHABIB, Seyla. The generalized and the concrete other: the kohlberg-gilligan controversy and moral theory. In: BENHABIB,

Seyla. *Situating the Self: Gender, community, and postmodernism in contemporary ethics*. Nova York: Routledge, 1992, p. 148-77.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.

BEM, Sandra L. The measurements of psychological androgyny. *Journ al of Counseling a nd Clinical Psychology*, 42, 155-162, 1974.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 191-200.

BIROLI, Flavia e MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.

BOOKMAN, Myra Phantoms Slain: Reading Gilligan as a revolutionary text. *Mind, Culture and Activity*, 1999, 6(3), 237-252.

BRAH, Avtar. Diversidade, diferença e diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, 2006, p.329-376.

BRAIDOTTI, Rosi. *Lo Posthumano*. Barcelona: GEDISA, 2015.

BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. *Labrys, estudos feministas*. Brasília, 2002, n. 1-2, p.16.

BRAIDOTTI, Rosi. *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nomade*. Barcelona: GEDISA, 2004.

BRITO, Aneilde; BRITO, Maria José; GUAZINELLI, Maria Flávia e MONTENEGRO, Livia. Representações sociais de discentes de graduação em enfermagem sobre “ser enfermeiro”. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2011, n. 64, v.3, p. 527-35.

BROCKMEIER, Jens e HARRÉ, Ron. Narrativa: Problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, vol. 16, n. 3, 2003, p. 525-535.

BROFRENBRENNER, Urie. *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

BURMAN, Erica. *Deconstructing the Developmental Psychology*. London e New York: Routledge, 1995.

BURMAN, Erica. *Deconstructing Feminist Developmental Psychology*. New Delhi/Thousands Oaks/London: SAGE Publications, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter - on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 2011.

BORGES, Lenise Santana. Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias. *Psicologia e Sociedade* 2014, vol.26, n.2, p.280-289.

BLASI, Augusto. Moral understanding an the moral personality: the process of moral integration. In KURTINES, William & GERWITZ, Jacob. *Moral Development: introduction*. Boston: Ally and Bacon, 1995.

BZUNECK, Jose A. *Julgamento moral de adolescentes delinqüentes e não-delinqüentes em relação à ausência paterna*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

- CAMPBELL, Robert L. & CHRISTOPHER, John. C. *Moral development theory: A critique of this kantian presuppositions*. Development Review, n. 16, v. 1, 1-47, 1996.
- CARLO, Gustavo; EISENBERG, Nancy E.e KOLLER, Silvia H. Prosocial moral reasoning in institucionalized delinquent, orphaned, and non-institucionalized brazilian adolescents. *Journal of Adolescents Research*, 1998, n. 13, v.4, p. 363-76.
- CASTRO, Lucia Rabelo. A infância na modernidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre/ RS, v. 9, nº 2, 1996, pp. 307- 335.
- CASTRO, Rosangela B. Amor e ódio nas relações conjugais. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna; MELLO, Luiz. *Conjugalidades, parentalidades e identidades gays, lésbicas e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 89-108.
- CHAUÍ, Marilena. “Ensaio: ética e violência”. Área: nº 39 – outubro, novembro e dezembro de 1998. *Revista Teoria e Debate*. Disponível em: [www2.fpa.org.br/portal](http://www2.fpa.org.br/portal)
- CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering: psychoanalysis and th e sociology of gender*. Berkeley: University of California Press, 1978.
- COIMBRA, Cecilia; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.
- CONNELL, Robert W. *Understanding men: Gender sociology and the new international research on masculinities* [online]. Paper presented at the Clark Lecture, 19th September, 2000, Department of Sociology, University of Kansas. Disponível em:

[http://www.europrofem.org/contri/2\\_04\\_en/research-on-masculinities.pdf](http://www.europrofem.org/contri/2_04_en/research-on-masculinities.pdf)

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudo Feministas*, Florianópolis-SC, v.1, n. 21, p. 241-282, jan- abril, 2013.

CONNELL, Robert W.. La organización social de la masculinidad. In: LOMAS, Carlos. (Org.) **¿Todos los hombres son iguales? Identidades masculinas y cambios sociales**. Barcelona: Paidós, 2003.

COSTA, Angelo; PERONI, Rodrigo, BANDEIRA, Denise, & NARDI, Henrique. Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil. *International Journal of Psychology*, 2013, n. 48, v. 5, p. 900-909.

CYRINO, Rafaela. A categorização do masculino e do feminino e a ideia de determinismo cultural: uma crítica epistemológica aos usos normativos do gênero. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386352836\\_ARQUIVO\\_RafaelaCyrino.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386352836_ARQUIVO_RafaelaCyrino.pdf)

DAMON, William *Greater expectations*. San Francisco: The Free Press, 1995.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, p.40-52, 2003.

DAYRREL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002.



DELEUZE, Gilles. e GUATARRI, Felix. Introdução: Rizoma. *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 17-50.

DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA JÚNIOR, Anderson Luiz. (orgs.) *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Art Med, 2005.

DESSEN, Maria Auxiliadora; GUEDEA, Miriam Teresa D. A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. *Paideia*, USP-Ribeirão Preto, 2005, n. 15, v. 30, p. 11-20.

EISENBERG, Nancy. Development of prosocial moral judgement and its contents. *Developmental Psychology*, 1979, 15, p.128-137.

ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ESTEBAN, Mari L. *Crítica del pensamiento amoroso*. Barcelona, Edicion Bellaterra. 2011.

ESTEBAN, Mari L. El amor romántico dentro y fuera de occidente: determinismos, paradojas y visiones alternativas. In: *Feminismos en la antropología: nuevas propuestas críticas*. XI Congreso de Antropología: retos teóricos y nuevas prácticas, 2005.

ESTEBAN, Mari L. Identidades de género, feminismo, sexualidade y amor: Los cuerpos como agentes. *Política y Sociedad*, Vol. 46 Núm. 1 y 2, 2009. Pág. 27-41.

FARACO, Carlos A. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 37-60.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, vol.10, n.2,1997.

FIGUEIREDO, Luis Claudio e SANTI, Pedro Luiz R. *Psicologia: uma (nova) introdução*. São Paulo: EDUC, 1999.

FINKEL, Eli J. et al. Online dating: a critical analysis from the perspective of psychological Science. *Psychological Science in the Public Interest*, London, Sage, v. 13, n. 1, p.3-66, 2012.

FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos V – Ética, sexualidade, política*. In: MOTTA, Manoel B. (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1988.

FREITAG, Bárbara. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. Campinas: Papyrus, 1992.

FRIEDMAN, Marilyn. Beyond caring: the demoralization of gender. In: HELD, V. (Ed.) *Justice and care: essential readings in feminist ethics*. Boulder CO: Westview Press, 1995, p. 61-77.

FUMAGALLI, M., FERRUCI, R., MAMELI, F., MARCEGLIA, S., MRAKIC-SPOSTA, S., ZAGO, S. et al. Gender-related differences in moral judgments. *Cognitive Processing*, 2010, n. 11, v.3, p. 219-226.

GARDEY, Delphine. Bruno Latour, guerra e paz: percursos e contornos feministas. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle. *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 231-245.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna et al. *O planejamento da pesquisa qualitativa – teoria e abordagens*. Porto Alegre: ArtMed, 2008, p. 345-362.

GARCÍA, Nagore e MONTENEGRO, MARISELA. Re/pensar las producciones narrativas como propuesta metodológica feminista: experiencias de investigación em torno al amor romântico. *Athenea Digital*, v 14, n. 4 p. 63-88, 2014.

GERGEN, Kenneth J. “A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social”. In: GERGEN, Mary McCarnney (Ed.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro/Rosa dos Tempos; Brasília/ EdunB, 1993. p. 48-69.

GERGEN, Mary. *Feminist reconstructions in psychology: narrative, gender and performance*. Thousand Oaks: Sage, 2001.

GERMANO, Idilva; SERPA, Francisca A.S. Narrativas autobiográficas de jovens em conflito com a lei. *Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 60, n.3, 2008, p.1-15.

- GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIDDENS, A. *As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente: psicologia das diferenças entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- GILLIGAN, Carol. *Joining the resistance*. Cambridge/Malden: Polity Press, 2011.
- GILLIGAN, Carol e ATTANUCCI, Jane. Two moral orientations: gender differences and similarities. *Merrill-Palmer Quarterly*, 1988, n. 34, v.3, p. 223-237.
- GLASERSFELD, Ernest Von. A construção do conhecimento. In: SCHNITMAN, Dora Fried. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: ArtMed, 1996, p. 75-92.
- GUATARRI, Felix e ROLNIK, Suely B. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.
- GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HARAWAY, Donna. *Ciencia, Ciborg y mujeres – la reinención de la naturaleza*. Valencia: Ediciones Cátedra/Universidad de Valencia/Instituto de la Mujer, 1991.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos PAGU*, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz T. *Antropologia Ciborgue*. As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

HARDING, Sandra. Is There a Feminist Method? In: HARDING, Sandra (Org.). *Feminism and Methodology*. Bloomington/Indianapolis. Indiana University Press, 1987.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, n.1, 1993, p. 7-31.

HEILBORN, Maria Luiza; CABRAL, C. S. Práticas e normas sexuais de jovens brasileiros. Trabalho apresentado no *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP. Caxambu-MG: Brasil, p. 1-21, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HOOKS, Bel. Claridad: Dar palabras al amor. *Arte y políticas de identidad*. Vol. 6, 2012.

ILLOUZ, Eva. *Por qué duele el amor: una explicación sociológica*. Buenos Aires: Katz Editores/Capital Intelectual S.A., 2016.

ILLOUZ, Eva. *Intimidades congeladas: las emociones en el capitalismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

JACKLIN. Carol Nagy; MAcBRIDE-CHANG, Catherine. The effects of scholarship on Developmental Psychology. *Psychology of Women Quarterly*. 15, 1991, pp. 549-556.

JESUS, Jaqueline G. e GALINKIN, Ana L. Gênero e psicologia social no Brasil: entre o silêncio e o diálogo. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.43, p.90-103, jan./jun. 2015.

JUNQUEIRA, Rogerio Diniz. (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KASTRUP, Virginia. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. *Psicologia & Sociedade*, 2004, 16 (3): 7-16; set/dez.

KASTRUP, Virginia. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo nos estudos sobre a cognição*. Campinas: Papirus, 1999.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Abramo, p. 89-114, 2004.

KELLER, Evelyn Fox. O paradoxo da subjetividade científica. In: SCHNITMAN, Dora Fried. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: ArtMed, 1996, p. 93-120.

KELLY, Megan Clarck. Children's moral reasoning about attribution of intentions: The influence of gender stereotypes and theory of mind. Tese de Doutorado não publicada, Faculty of the Graduate School, University of Maryland, College Park, USA, 2011.

KIMMEL, Michael. Masculinity as homophobia: fear, shame, and silence in the construction of gender identity. In: BROD, Harry &

- KAUFMAN, Michael. *Theorizing Masculinities*. California: Newbury Park, 1994, p. 119-141.
- KOHLBERG, Lawrence *Psicologia del Desarrollo Moral*. Bilbao: Desclée, 1992.
- KOLLER, Silvia H. Desenvolvimento moral pró-social: semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 1997. Acesso em 09 de maio, 2002, em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1997000200002&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1997000200002&script=sci_arttext&tlng=es)
- KOLLER, Silvia H. Diferenças entre o nível de julgamento moral de adolescentes infratores e não-infratores. *Estudos de Psicologia*, n. 6, v. 1, 1989, p. 127-134.
- KOLLER, Silvia, VINVAS, Angela & BIAGGIO, Ângela. Efeitos do sexo do protagonista na avaliação de diferenças de gênero no julgamento moral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, UnB/Brasília, 1992, n. 8, n. 3, p. 327-339.
- LA TAILLE, Yves Violência: falta de limites ou valor? In Helena W. Abramo, Marcus V. Freitas, & Marília P. Sposito (Orgs.), *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa, 200, p. 110-134.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando os social – uma introdução à Teoria Ator-Rede*. Salvador-BA/Bauru-SP: UDUFBA/EDUSC, 2012.
- LAURETIS, Teresa. Tecnologias de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa B. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242, 1994.

LEAL, Aurora. Mirar y pensar desde la cultura de género. *Anuario de psicología*, Barcelona, 34(2), 279-290, 2003.

LEAL, Aurora. *Dibujos y textos sobre el amor: representaciones adolescentes*, Editorial Académica. 2012.

LEMOS de SOUZA, Leonardo e VASCONCELOS, Mario Sergio. Modelos organizadores do pensamento: uma perspectiva de pesquisa sobre o raciocínio moral de adolescentes autores de infração. *Psicologia em estudo*. Maringá, v. 8, n. 2, p. 47-59, 2003.

LEMOS de SOUZA, Leonardo. Modelos de gênero e sua problematização no contexto escolar. In: ARAÚJO, Maria de Fátima & MATTIOLLI, Olga Ceciliato. (orgs.) *Gênero e Violência*. São Paulo: Arte&Ciência, p. 69-89, 2004.

LEMOS de SOUZA, Leonardo. *Modelos organizadores, gênero e moral na resolução de conflitos entre jovens na escola*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas. 2008.

LEMOS de SOUZA, Leonardo e VASCONCELOS, Mario Sergio. Juízo e ação moral: desafios teóricos em psicologia. *Psicologia e Sociedade*, n. 21, v. 3, p. 343-352, 2009.

LEMOS de SOUZA, Leonardo. Notas para uma investigação psicológica da moralidade na abordagem sociocultural. In: PIMENTAL, Adelia et al (orgs) *Itinerários de pesquisa em psicologia*. Belém: Amazônia Editora, 2010, p. 137-156.

LEMOS de SOUZA, Leonardo; MENDONÇA, Jackeline; DUARTE, Juliana; MEDEIROS; CRESTANI, Bruna, LOPES, Thiago R; FERNANDES, Agda E. *Representações de gênero e diversidade: um estudo dos valores morais e não morais e crianças*,



jovens e adolescentes. Relatório final de pesquisa – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso, 2010a.

LEMOS de SOUZA, Leonardo; MENDONÇA, Jackeline; DUARTE, Juliana F. ; MEDEIROS, Paula. Práticas de professores em relação à homofobia na escola: contribuições para a discussão. In: ROCHA, Simone Albuquerque (Org.). *Formação de professores: licenciaturas em discussão*. 1ed. Cuiabá: Edufmt, 2010, p. 131-146.

LEMOS de SOUZA, Leonardo; SOUZA, Anderson; DUARTE; ARAÚJO, Derly Borges; Luana; GRECCO, Taila. *Ética, gênero e sexualidades: narrativas de jovens e educadores*. Relatório final de pesquisa. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso, 2011.

LEMOS de SOUZA, Leonardo. Homofobia, juventude e escola. In: LEMOS de SOUZA, Leonardo; GALINDO, Dolores; BERTOLINE, Vera. (Org.). *Gênero, corpo e @tivismos*. 1ed. Cuiabá: Edufmt/Fapemat, 2012, p. 111-132.

LEMOS de SOUZA, Leonardo; ARAÚJO, Ulisses Ferreira. Educação moral e diversidade nas escolas: problematizações sobre gênero e sexualidades. *Revista Iberoamericana de Educación* (Online), v. 59, p. 1-12, 2012.

LEMOS de SOUZA, Leonardo. Gêneros, sexualidades e políticas cognitivas na escola. In: SALGADO, Raquel G.; MARIANO, Carmem L.; LEMOS de SOUZA, Leonardo. (Org.). *Gênero, sexualidade, diversidade e educação*. Cuiabá: Edufmt, 2016, v. 1, p. 55-56.

LEMOS de SOUZA, Leonardo.; GONÇALVES, Flávia; TREVISAN, Silvia. Educação Moral e Diversidade: diálogo com duas experiências no Estado de Mato Grosso. In: MENIN, Maria

Suzana.; BATAGLIA, Patricia; ZECCHI, Juliana. (Org.). *Projetos bem-sucedidos de educação em valores*. São Paulo: Cortez, 2013, v. 1, p. 20-28.

LEMOS de SOUZA, Leonardo; ARAÚJO, Derly B.; SILVA, Daiara S.; BERREDO, Valeria C. M. *Ciências e Cognição*. v. 19, n. 2, p. 218-232, 2014.

LEMOS de SOUZA, Leonardo. Representações de gênero e resolução de conflitos morais entre jovens na escola. *Pesquisas e práticas psicossociais*. v. 9, n. 1, p. 118-129, 2014.

LEWIS, Michael. *Alterando o destino – porque o passado não prediz o futuro*. São Paulo: Moderna, 1999.

LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro. In: LARROSA, Jorge (org.). *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218, 2007.

LOPEZ, Fabio Nieto. COUTINHO, Denise Maria B. e DOMENECQ, Martin. A invenção da ideia de desenvolvimento: reflexões e propostas dialógicas. *Psicologia em estudo*. Maringá: UEM, 2017, p. v. 22, n. 1, p. 41-52.

LÓPEZ PENEDO, Susana. *El laberinto queer- la identidad em tiempos del neoliberalismo*. Barcelona: Egales, 2008.

MACHADO, W. C. A. Gênero, saúde e enfermagem: a inserção do masculino no cuidado de enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2004, 3 (2), 1-9.

MACHADO, L. Masculinidades e violências: gênero e mal estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Monica (org.) *Masculinidades*. São Paulo/Santa Cruz do Sul: Boitempo Editorial/Edunisc, p. 35-74, 2004.

MacINTYRE, Alasdair. *Depois da virtude*. Bauru: Edusc, 2001.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: FORACCHI, Maria Alice *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARTINS, Silvia. *Cultura e gênero: Um estudo na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento*. Tese de Doutorado não publicada, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2008.

MATOS, Mariana; FERES-CARNEIRO, Terezinha; JABLONSKI, Bernardo. Adolescência e relações amorosas: um estudo sobre jovens das camadas populares cariocas. *Interação em Psicologia*, jan./jun. (9)1, p. 21-33, 2005.

MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

McCALL, Leslie. The complexity of the intersectionality. *Signs – journal of women in culture and society*, 2005, n. 20, v. 3, p. 1771-1800.

McGILLICUDDY-DELISI, A. V., SULLIVAN, B., & HUGHES, M. B. The effects of interpersonal relationship and character gender

on adolescent's resolutions of moral dilemmas. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 2003, n. 23, v.6, p. 655-669.

MOTA, Marcia Elia. Psicologia do Desenvolvimento: uma perspectiva histórica. *Temas em Psicologia*, 2005, Vol. 13, n. 2, 105 – 111.

MENDES, Amanda Jacinto. *Representações, valores e cotidiano em narrativas de participantes do ProJovem Adolescente*. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário de Rondonópolis, 2012.

MEZZARI, Danielly Christina de Souza. *Amar é ter uma ética afetiva, é ter esse cuidado com o outro: narrativas sobre amores e lesbianidades*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017.

MEZZARI, Danielly Chrtistina de Souza e LEMOS de SOUZA, Leonardo. Do amor entre mulheres: narrativas de amores e lesbianidades. *Periodicus*, v., n. 7, 2017, p. 192-214.

MILLER, Patricia H. e SCHOLNICK, Ellin K. Feminist theory and contemporary developmental psychology: The case of children's executive function. *Feminism & Psychology* 2015, Vol. 25(3) p. 266-283.

MILLER, Patricia. Contemporary perspectives from human development: implications for feminist scholarship. *Signs - Journal of Women in Culture and Society*. The University of Chigago Press, 2006. Vol. 31, n. 2, pp. 445-469.

MISKOLCI, Richard. San Francisco e a nova economia do desejo. *Lua Nova – Revista de cultura e política*, São Paulo, n. 91, p. 269-295, 2014.

MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral nas mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2003, n. 11, v. 2, p. 493-508.

MORELLI, Fabio. *Não existe amor em APP?* Pistas sobre o processo de subjetivação entre homens por meio de aplicativos voltados ao público gay. Dissertação de mestrado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017.

MORENO, Monserrat e SASTRE, Genoveva. *Conhecimento e mudança: modelos organizadores na construção do conhecimento*. São Paulo: Moderna, 1999.

MORENO, Monserrat; SASTRE, Genoveva; HERNÁNDEZ, Jose. Sumisión aprendida: un estudio sobre la violencia de género. *Anuario de Psicología*, 2003, vol. 34, no 2, p. 235-251.

MORENO, Montserrat e SASTRE, Genoveva. *Amor y política*. Barcelona: Icaria, 2015.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NASCIMENTO, Marcio. Ladrão sim, bicha nunca! Práticas homofóbicas entre adolescentes masculinos em uma instituição socioeducativa brasileira. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 31, p. 67-81, 2010.

NASCIMENTO, Marcos (Re)pensando as “masculinidades adolescentes”: homens jovens, gênero e saúde. In: UZIEL, Ana Paula; RIOS, Luis Fernando; PARKER, Richard. (orgs.) *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de aids*. Rio de Janeiro: Pallas: Programa em Gênero e Sexualidade IMS/UERJ e ABIA, p. 105-113, 2004.

NEVES, Sofia e NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas na Psicologia Social Crítica: a ciências ao serviço da mudança social. *Ex Aequo*, 11, 2004 123-138.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso de gênero na Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 2001, 131 107-128.

NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Exaequo*. n. 11, 2004, p. 129-138.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Editora Devires, 2017.

NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

NUERNBERG, Adriano; TONELLI, Maria Juracy; MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Feminism, Psychology, and Gender Studies: The Brazilian Case. RUTHERFORD, Alexandra (Eds.), *Handbook of International Feminisms*, International and Cultural Psychology, Social Media. 2011, p. 109-127.

NUNAN, Adriano. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula.; MELLO, Luis. *Conjugalidades, parentalidades*

*e identidades gays, lésbicas e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 47-68, 2007.

GROSSI, M. P. Masculinidades: Uma revisão teórica. *Revista Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, p. 4-37, 2004.

OCHOA, Marcia. Ciudadania perversa: divas, marginación y participación en la “localización”. In: MATO, Daniel. (Org.) *Políticas de cidadania y sociedade civil em tempos de globalización*. Caracas: FACES, Univesidad Central de Venezuela, 2004, p. 239-256.

OLESEN, Virginia. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Normam; LINCOLN, Yvonna et al. *O planejamento da pesquisa qualitativa – teoria e abordagens*. Porto Alegre: ArtMed, 2008, p. 219-258.

OLIVEIRA, Carmem. S. Quem tem medo da violência juvenil? In: HARTMANN, F.; ROSA JR, N. C. F. *Violências e Contemporaneidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

OLIVEIRA, João Manuel. Os feminismos habitam espaços hifenizados- a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex Aequo*, n. 22, 2010, p. 25-39.

OLTRAMARI, Leandro; GROSSI, Miriam P. O amor híbrido: concepções de amor no mundo contemporâneo. In: GROSSI, Miriam P.; LAGO, Mara; NUERNBERG, Adriano. (orgs.) *Estudos In(ter)disciplinados: gênero, feminismos, sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 371-390. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 4, p. 669-677, 2009.

OZELLA, Sergio. *Adolescências construídas*. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIS, Jose Machado. A construção sociológica da juventude. *Análise Social*, vol. XXV, n.105-106, 1990, p. 139-165.

PAIXÃO, W. *História de Enfermagem*. Rio de Janeiro: Júlio C. Reis Livraria, 1979.

PAIXAO, Sergio Vale. *Sentimentos na rede e educação um estudo a partir de narrativas de jovens no facebook*. Tese de Doutorado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016.

PADILHA, M. I. C. S.; VAGHETTI, H. H. & BRODERSEN, G. Gênero e enfermagem: uma análise reflexiva. *Revista de Enfermagem UERJ*, 2006, 14 (2), p. 292- 300.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Ricardo B. Pista 1 – A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCOCIA, Liliana. *Pistas do Método Cartográfico. Pesquisa-intervenção e prevenção da subjetividade*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2012. p. 17-31.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, ANPEd, no 5/6, 1997.

PIAGET, Jean. *Juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1932/1994.

PLATERO, Raquel. *Lesbianas. Discursos y representaciones*. Madrid: Editorial Melusina. 2008.

POCAHY, Fernando. Marcas do poder: o corpo (do) velho-homossexual nas tramas da hetero e homonormatividade. *Fazendo gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis, v. 8, ago. 2008.



PORTUGAL, Francisco T. e JACÓ-VILELA, Ana Maria. Clio-Psyché – gênero, psicologia, história. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ. 2012.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul Beatriz. Transfeminismo y micropolíticas de género en la era farmacopornográfica. *Arteconexto*, Madrid, p. 1-3, 2009.

PRECIADO, Paul Beatriz. Multitudes queer – notas por una política de los “anormales”. *Revista Multitudes*. Paris, 2003.

PRECIADO, Paul Beatriz. Quem defende a criança queer? *Jangada-crítica, literatura, artes*, Viçosa, 2013, p. 96-99.

PREHN, Denise e HÜNING, Simone. O movimento feminista e a psicologia. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 23, n. 42 p. 65-71, 2005.

PUIG, J. M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática, 1998.

PUPO, Katia R. *Violência moral no interior da escola: Um estudo exploratório das representações do fenômeno sob a perspectiva de gênero*. Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

RAGO, Margareth. *Epistemologia Feminista, Gênero e História*. In: PEDRO, Joana; Grossi, Miriam (Orgs.) MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/Editora UFRGS, 2011.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

ROSSER, Susan e MILLER, Patricia H. Viewing developmental psychology through the lenses of feminist theories. *Anuario de Psicologia*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2003, vol. 34, no 2, p. 291-303.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, P. 1-88, p. 2003.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. *Cadernos Pagu*, n. 21, 2003, p.157-209.

RUBIN, Gayle. *Tráfico de mulheres – para uma economia política do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

RUTHERFORD, Alexandra. O feminismo precisa da psicologia? Reconstruindo a história de uma relação. In: PORTUGAL, Francisco T. e JACÓ-VILELA, Ana Maria. *Clio-Psyché – gênero, psicologia, história*. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ. 2012, p. 23-41.

SAAVEDRA, Lucia; NOGUEIRA, Conceição. Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, 2006, 11, pp. 113-127.

SAEZ, Javier SAÉZ, Javier. El contexto sociopolítico del surgimiento de la teoría queer. de la crisis del SIDA al Foucault. In: CÓRDOBA, David; SAÉZ, Javier; VIDARTE, Paco. *Teoría queer:*

políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madrid: Ed. Egales, 2007, p. 67-76.

SÁEZ, Javier e CARRASCOSA, Sandro. *Por el culo. Políticas anales*. Madrid/ Barcelona: Editorial Egales, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SALEM, Tania. "Homem ...já viu; né?": representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza. (Org.) *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SALES, Adriana. *Travestilidades e escola em narrativas de alunas travestis*. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário de Rondonópolis, 2012.

SANTOS, Luana Carola; CARVALHO, Ana Berlado; AMARAL, Julião Gonçalves, BORGES, Larissa Amorim e MAYORGA, Claudia Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da revista *Psicologia & Sociedade* (1996-2010). *Psicologia & Sociedade*, 2016, n. 28, v. 3, p. 589-603.

SASTRE, Genoveva; MORENO, Monserrat. Nuevas perspectivas sobre el razonamiento moral. *Educación e Pesquisa*. FEUSP/São Paulo, 2000, v. 2, n. 26, p. 123-135.

SASTRE, Genoveva e MORENO, Montserrat. *Resolução de conflitos e aprendizagem emocional*. São Paulo: Moderna, 2002.

SASTRE, Genoveva, MORENO, Montserrat e PAVÓN, Teo. Cultura de género y diversidad en el razonamiento moral. *Educar*, Barcelona, 141-153, 1998.

SASTRE, Genoveva e TÍMON, Monica. Los sentimientos en el ámbito de la moral. *Educação e Pesquisa*, 29 (2), 219-234, 2003.

SASTRE, Genoveva e MORENO, Montserrat. *Como construimos universos – amor, cooperación y conflicto*. Barcelona: Gedisa, 2010.

SCHNITMAN, Dora (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SCOTT, Joan Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. UFRGS/Porto Alegre, v. 20, p. 71-99, 1995.

SEIDLER, Victor. *La sin razón masculina*. Masculinidad y teoría social. México: Paidós, 2000.

SIFUENTES, Thirza R.; DESSEN, Maria A.; OLIVEIRA, Maria Claudia L. Desenvolvimento Humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 2007, Vol. 23 n. 4, pp. 379-386.

SIMÕES, J. e AMÂNCIO, L. Genero e enfermagem: Um estudo sobre a minoria masculina. *Sociologia*, 2004, (44), p. 71-81.

SIMÕES, Julio. Marcadores de diferença na “comunidade LGBT”: raça, gênero e sexualidade entre jovens no centro de São Paulo. In: COLLING, Leandro. (Org.) *Stonewall 40+ o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.

SPELKE, Elizabeth *Core Knowledge*. *American Psychologist*. 2000, n 55, v 11, p. 1233–1243.

SPIVAK, Gayatri, C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SPOSITO, Sandra Helena. *Homossexualidades nas pesquisas em pós-graduação em psicologia: da despatologização à luta por direitos*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2015.

SOUZA, Leonardo Lemos. Modelos organizadores, sujeito e educação: Considerações a partir do pensamento complexo. *Ciências & Cognição*, UFRJ/Rio de Janeiro, 2009, 14(1), 283-295.

STACH-HAERTEL, Brigitte Ursula. *A constituição de subjetividades legitimadoras das desigualdades de gênero: Um estudo a partir de referenciais da Psicologia e Educação*. Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando; PERES, Wiliam; RONDINI, Carina; LEMOS-de-SOUZA, Leonardo. *Queering – problematizações e insurgências na psicologia contemporânea*. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

TRAVERSO-YÉPEZ, M.; PINHEIRO, V. S. Socialização de gênero e adolescência. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 1, n. 13, jan/abril, 2005, p.147-162.

VASCONCELOS, Mário Sergio; ARANTES, Valeria; LEMOS de SOUZA, Leonardo; TREVISOL, Maria Teresa; BELLOTO, Maria Elvira. Juízos e valores morais: a perspectiva de investigação dos modelos organizadores do pensamento. *Paideia – USP*, v. 20, n. 46, p. 207-217, 2010.

WALKER, Lawrence. Sex differences in the development of moral reasoning. *Child Development*, v. 53, p. 677-691, 1984.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Monica (Org.) *Masculinidades*. São Paulo/Sta. Cruz do Sul: Boitempo/Unisc, p.107-128, 2004.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: vol.9 n.2, 2001, p.460-483.

WORELL, Judith. Feminist Psychology: revolution or evolution? *The Annals of the American Academy*. 2000, 571, p. 183-196.

ZALUAR, Alba. *Máquina e revolta*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

## **SOBRE O LIVRO**

### *Catálogo*

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

### *Normalização*

Taciana G. Oliveira

### *Diagramação e Capa*

Mariana da Rocha Corrêa Silva

### *Assessoria Técnica*

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

Neste livro Leonardo Lemos de Souza busca mapear o modo como as epistemes feministas, enquanto crítica do conhecimento, interrogaram a pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento. Esse mapeamento foi feito a partir da análise do percurso de 15 anos de pesquisas que abordam a juventude atravessada pelos marcadores de gêneros e sexualidades. Faz isso a partir da interlocução com as críticas feministas e queer sobre a ciência e o gênero na produção de conhecimento, estabelecendo temas e metodologias articuladas aos saberes situados e interseccionais. Nesse sentido, gênero passa a ser um interrogador da pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento, desde uma perspectiva performativizada (não binária e não determinista) de posituação das diferenças, que borra e revê os conceitos de natureza e cultura, e as suas decorrentes implicações éticas da/na pesquisa sobre jovens, gêneros e sexualidades. No itinerário de pesquisas apresentadas vão se desvelando esses entrelaçamentos com as metodologias narrativas e situadas, as quais buscam processos simétricos de pesquisa sobre temas como amor, violências e tecnologias. Com isso, são desenhadas possíveis contribuições desse percurso para se pensar a pesquisa sobre sexualidades e gêneros, a partir de marcadores etários, como a juventude. Interrogam-se como os feminismos e os estudos queer contemporâneos agenciam a produção de políticas de escrita e pesquisa em psicologia mais simétricos, problematizando o sujeito universal racional, adulto, heterossexual, branco, cisgênero.

ISBN 978-65-5954-470-7



9 786559 544707